Termo de Autorização para Publicação de Teses e Dissertações Eletrônicas (TOE) na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD)

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, autorizo a UFPI a disponibilizar este TEDE sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o texto integral da obra abaixo citada, conforme permissões assinaladas, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir do dia 31/03/2023

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação

2. Identificação da Dissertação

Autor:	MARIA NATIELLY SOARES CAMPOS			Matrícula:	20211002261 *(identificador)*
Telefone:					
Identidade:	3519164 - SSP/PI	CPF:		E-mail:	natielly.scampos@gmail.com
Orientador:	JOHNY SANTANA DE ARAUJO	CPF:	474.646.073-68	E-mail:	johny@ufpi.edu.br
Membro da banca:	JOHNY SANTANA DE ARAUJO	CPF:	474.646.073-68	E-mail:	johny@ufpi.edu.br
Membro da banca:	FRANCISCO GLEISON DA COSTA MONTEIRO	CPF:	448.623.853-20	E-mail:	gleison.monteiro@ufpi.edu.br
Membro da banca:	ALCEBIADES COSTA FILHO	CPF:	065.221.493-20	E-mail:	
Data da Defesa:	31/03/2023			Titulação:	Mestre
Título:	O LITORAL PIAUIENSE E A PRATICAGEM DA BARRA DA TUTÓIA: (1901-1910)				
Instituição de Defesa:	Universidade Federal do Piauí/UFPI			CNPJ:	06.517.387/0001-34
Afiliação:				CNPJ:	
Palavras-chave:	Historiografia piauiense. Litoral Piauiense. Tutóia. Contendas territoriais.				

3. Agência de Fomento

CNPQ

4. Informação de acesso ao documento

Liberação para publicação: **Total**

Maria Natielly Soares Campos

Assinatura do autor

31/03/2023

Data

Havendo concordância com a publicação eletrônica, toma-se imprescindível o envio em formato digital da tese ou dissertação.

ATENÇÃO

Para verificar a autenticidade deste documento acesse **/sigaa/documentos/** informando o identificador, a data de emissão e o código de verificação **db3110878f**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - CCHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL - PPGHB

Maria Natielly Soares Campos

O LITORAL PIAUIENSE E A PRATICAGEM DA BARRA DA TUTÓIA: (1901-1910)

Teresina - PI
2023

Maria Natielly Soares Campos

O LITORAL PIAUIENSE E A PRATICAGEM DA BARRA DA TUTÓIA: (1901-1910)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Brasil - PPGHB da Universidade Federal do Piauí – UFPI, na área de concentração História do Brasil e linha de pesquisa História, Cidade, Memória e Trabalho, como requisito para obtenção do título de Mestre em História do Brasil.

Orientador: Prof. Dr. Johny Santana de Araújo

Aprovado em _____

Teresina - PI

2023

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Divisão de Representação da Informação

C198l Campos, Maria Natielly Soares.

O litoral piauiense e a praticagem da barra da Tutóia : (1901-1910) / Maria Natielly Soares Campos. -- 2023.

120 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, 2023.

CDD 981.22

Bibliotecária: Francisca das Chagas Dias Leite – CRB3/1004

Maria Natielly Soares Campos

O LITORAL PIAUIENSE E A PRATICAGEM DA BARRA DA TUTÓIA: (1901-1910)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Brasil - PPGHB da Universidade Federal do Piauí – UFPI, como requisito à obtenção do título de Mestra em História do Brasil.
Área de concentração: História do Brasil.
Linha de pesquisa História, Cidade, Memória e Trabalho.
Orientador: Prof. Dr. Johny Santana de Araújo
Aprovada em ____/____/2023

BANCA EXAMINADORA

_____
Prof. Dr. Johny Santana de Araújo (Orientador Presidente da Banca)
Programa de Pós-graduação PPGHB – UFPI

_____
Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa (Primeiro Examinador)
Programa de Pós-graduação PPGHB – UFPI

_____
Prof. Dr. Alcebíades Costa Filho (Segundo Avaliador)
Programa de Pós-graduação PPGSC - UESPI

Teresina – PI
2023

Dedico a Deus, à minha família e ao meu noivo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, na plena certeza de que Ele providencia maravilhas em nossas vidas. Agradeço e também dedico este trabalho aos meus pais, Francisco Siqueira Campos e Sonia Maria Soares Campos, por tanto carinho, credibilidade, amor, incentivo e auxilio prestado em todos os momentos de minha vida, aos meus irmãos Elvis Diego Soares Campos, Marcos Vinicius Soares Campos e minha cunhada Antônia Bruna Vieira Moreira, que sempre me incentivaram e se orgulharam de minha jornada. Agradeço ao meu sobrinho, dono do sorriso que sempre me enche de alegria e renova as minhas forças, João Arthur Moreira Campos, você é luz em nossas vidas, providencia divina. Família é alicerce e fortaleza, e é graças à minha família que encontro a razão de procurar sempre a melhor versão de mim.

Agradeço ao meu noivo, Lenno Rubens Soares Monte, e estou convencida de que ele é uma das pessoas que mais se orgulha de minha caminhada, que vibra festejando em uma frequência superior à minha todos os degraus escalados por mim. Tenha certeza de que você também faz parte deste sonho realizado. Uma vez você me disse que eu era capaz de sair da zona de conforto que era o meu quarto e me permitir sentar-se nas cadeiras das salas do curso de Licenciatura em História, sem medo, porque o fato de ser de outra cidade poderia me servir como fórmula mágica para querer romper barreiras, mesmo que essa outra cidade ficasse em uma distância de 250 km. Disse que meu sonho era nobre, que eu era forte, corajosa e que eu conseguiria, porque sempre fui determinada, e é com essa determinação, com minha fé inabalável, que também dedico a você este trabalho e meus sinceros agradecimentos e gratidão. Que sorte a minha!

Pensar nas amizades é encontrar a harmonia que muitas vezes buscamos em sinceras risadas. Verdadeiras amizades nos fazem despertar a vontade de realiza sonhos, compartilhando momentos. Dessa forma, agradeço a todos os meus amigos, por estarem disponíveis sempre: Eliete Gomes, Jhonny Soares, Josiele Alexandre, Josiane Vilela, Luís Alves, Robert Soares, Tia Lurdinha Soares, Lucas Germano, Renato Fernandes, Hercílio Júnior, Yan Soares, especialmente minha querida prima e amiga Jaqueline Soares, que sempre demostra muito carinho, credibilidade e orgulho de minha caminhada, suas palavras sempre me renovam a vontade de conquistar e vencer.

Agradeço também o carinho e as constantes palavras de incentivo de familiares, que ficam na torcida e vibrando positivamente sempre, sintam-se todos mencionados.

Agradeço ao meu amigo e orientador, Professor Dr. Johny Santana de Araújo, que sempre me incentivou e acolheu. Suas lições são apreendidas e sempre lembradas. Conversar com o professor Johny Santana me faz pensar que nos conhecemos há tempos. Obrigada por sua amizade, dedicação e confiança em mim creditada. O senhor também faz parte desta conquista.

Também agradeço aos professores que compõem a banca de dissertação e que muito ajudaram e incentivaram a presente pesquisa, o Professor Dr. Francisco Gleison da Costa e o Professor Dr. Alcebíades Costa Filho. Os senhores enriquecem a minha pesquisa. É uma honra poder ouvi-los e tê-los na banca.

Agradeço o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil - CAPES, pela concessão da bolsa de estudo desde o início desta caminhada, possibilitando um melhor engajamento e dedicação à pesquisa.

Agradeço a todos os meus professores do Mestrado do Programa de Pós-graduação em História do Brasil (PPGHB) da Universidade Federal do Piauí (UFPI), que me inspiraram e contribuíram com a presente pesquisa. Agradeço também a Coordenação do PPGHB – UFPI e a todos que compõem o quadro profissional do Programa de Pós-graduação desta instituição.

Agradeço a todos os amigos que encontrei no Mestrado, são alguns deles: Gabriel Rocha, Isabela Sousa, Flávio Fernandes. Agradeço aos amigos que muito me incentivaram ao longo desta caminhada, a Professora Mestra Débora Jordana, aos amigos e ex-petianos Professor Mestre Júlio Alvarenga e o mestrando Rodrigo Thadeu, todos do PPGHB - UFPI. De modo geral, agradeço a todos aqueles que torcem por mim.

"*Só se vê bem com o coração, o essencial é invisível aos olhos"*

(Antoine de Saint-Exupéry)

RESUMO

A presente dissertação objetiva analisar algumas discussões sobre o litoral piauiense, suas atividades portuárias e a emergência da barra da Tutóia, um dos braços do rio Parnaíba, evidenciado em algumas narrativas como território que compreendia antes ao Piauí, devido a sua praticagem portuária. O recorte temporal compreende-se de 1901 a 1910, mas que deságua em narrativas que reverberam até os tempos atuais. Tais debates, ao discutir questões territoriais, sinalizam temas atuais, como o litígio territorial piauiense, no caso, envolvendo contendas também entre piauienses e maranhenses, segundo a documentação analisada. Observaremos o Piauí desde as suas primeiras ocupações, as notícias sobre o litoral, bem como alguns dos primeiros mapas e cartas sobre o rio Parnaíba e suas bocas, as movimentações portuárias e a presença crescente do comércio marítimo. O objetivo se fundamenta na busca por observar como o Piauí movimentava seu comércio marítimo e como a barra da Tutóia, no estado do Maranhão, passou a ser reivindicada como pertencente ao território piauiense no passado. Como suporte informativo, nos debruçamos sobre fontes da época, como o jornal Nortista (1901), jornal Pátria (1902), *Almanack da Parnahyba (*1924, 1925, 1927). Das fontes de pesquisa, para análise documental, temos Antonino Freire (1907) Odilon Nunes (2001, 2007 e 2014), Bugyja Britto (1976), Pe. Cláudio Melo (1985), entre outros estudos.

Palavras-Chave: Historiografia piauiense. Litoral Piauiense. Tutóia. Contendas territoriais.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze some discussions about the Piauí coast, its port activities and the emergence of the Tutóia bar, one of the arms of the Parnaíba River, evidenced in some narratives as a territory that previously understood Piauí, due to its port practice. The time frame is understood from 1901 to 1910, but that flow into narratives that reverberate to the present times. Such debates, when discussing territorial issues, signal current issues, such as the territorial dispute piauiense, in this case, involving disputes also between Piaui and Maranhão, according to the analyzed documentation. We will observe the Piauí from its first occupations, the news about the coast, as well as some of the first maps and letters about the Parnaíba River and its mouths, the port movements and the growing presence of maritime trade. The objective is based on the search to observe how Piauí moved its maritime trade and how the Tutóia bar, in the state of Maranhão, began to be claimed as belonging to the piauiense territory in the past. We will use the qualitative methodology. As an informative support, we focused on sources of the time, such as the newspaper Nortista (1901), jornal Pátria (1902),), Almanack da Parnahyba (1924, 1925, 1927). From the research sources, for documentary analysis, we have Antonino Freire (1907) Odilon Nunes (2001, 2007 and 2014), Bugyja Britto (1976), Fr. Cláudio Melo (1985), among other studies.

Keywords: Historiography piauiense. Piaui ense coast. Tutoia. Territorial strife.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Carta de Diogo Homem – 1558. Constando toda a América do Sul e as Antilhas.....39

Figura 2: Carta de Diogo Homem, 1868. Manuscrito em pergaminho. Parte de um atlas de 29 páginas.....40

Figura 3: Mapas Históricos Brasileiros, da enciclopédia Grandes Personagens da Nossa História, ed. Abril Cultural, São Paulo/SP, 1969. Reprodução do fac-simile existente na mapoteca do Ministério das Relações Exteriores, situada no Rio de Janeiro, no então estado.....42

Figura 4: Mapa de Simplício Dias da Silva – 1806.....47

Figura 5: Planta que mostra as fozes do rio Parnahiba, e barras da Província do Piauhy, até a Barra da Tutóia, da Província do Maranhão. Suas comunicações por garapés, , e as habitações colocadas nos lugares que o autor viu. 1826.....50

Figura 6: 1826. Recorte da "Planta que mostra as fozes do rio Parnahiba, e barras da Província do Piauhy, até a Barra da Tutóia, da Província do Maranhão. Suas comunicações por garapés, , e as habitações colocadas nos lugares que o autor viu. 1826.....52

Figura 7: Retratações das divisões das capitanias no século XVI.....61

Figura 8: Mapa das capitanias Hereditárias – 1534 – 1536. Adaptação de Jorge Pimentel Cintra (2013).....62

Figura 9: Maranhão e Grão-Pará, 1629. Descrição: "Pequeno Atlas do Maranhão e Grão-Pará, corte 2, desenhado a tinta pelo cartógrafo João Teixeira Albernaz I, em 1629, em três tábuas, em formato 47,3 cm x 59,7 cm. A primeira tábua mostra a cidade de São Luís do Maranhão em destaque, no canto direito, muito bem localizada em relação ao Atlântico e com possibilidade de controle de uma extensa região".....85

Figura 10: Carta corografica das provincias do Maranhão e Piauhy e parte das do Pará, Goyás, Bahia, Pernambuco e Ceará. Do ano de 1855.....89

Figura 11: Projeto de melhoramento do Porto de Amarração.....94

Figura 12: Carta Hidrográfica de Galluzzi (1760).....102

Figura 13: Recorte do mapa de Gallucci, de 1760. Sinalizando a presença simultanea de Caratiús e Amarração no mapa da Capitania do Piauí.....103

Figura 14: Mapa atual do Litoral do Piauí.....106

Figura 15: Mapa Atual do Delta do rio Parnaíba.....107

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Algumas variedades toponímicas atribuídas ao rio Parnaíba.....37

Tabela 2- Argumentos de piauienses e maranhenses sobre a titularidade da barra da Tutóia.....56

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHU- Arquivo Histórico Ultramarino

BBM – Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin

BNDB- Biblioteca Nacional Digital Brasil

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil

CNAV - UEA - Centro Acadêmico de Engenharia Naval – Universidade do Estado do Amazonas

CETE - Comissão de Litígio da Assembleia Legislativa do Piauí

IBGE – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

INTERPI – Instituto de Terras do Piauí

PET – História da UFPI– Programa de Educação Tutorial de História da Universidade Federal do Piauí

PROMEM - Instituto Pró-Memória do Maranhão

PPGHB– Programa de Pós-Graduação em História do Brasil

UFPI - Universidade Federal do Piauí**.**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 14

1. O LITORAL DO PIAUÍ NAS PÁGINAS DA HISTORIOGRAFIA PIAUIENSE (1901-1910) 25

1.1 GABRIEL SOARES DE SOUZA, NICOLAU DE RESENDE E AS NOTÍCIAS SOBRE O LITORAL DO PIAUÍ. 30

1.2. O RIO PARNAÍBA NAS ESCRITAS DA HISTORIOGRAFIA PIAUIENSE 36

2. A PRATICAGEM DA BARRA DA TUTÓIA 44

2.1 A PRATICAGEM DA BARRA DA TUTÓIA, QUESTÕES PARA SE PENSAR O LITORAL DO PIAUÍ. 54

2.2. QUESTÕES SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DAS CAPITANIAS E PRATICAGEM DA BARRA DA TUTÓIA 58

3. ALMANACK DA PARNAHYBA E JORNAL NORTISTA: QUESTÕES PARA SE PENSAR O LITORAL DO PIAUÍ E A BARRA DA TUTÓIA 69

3.1. CONVERGÊNCIAS ENTRE ODILON NUNES (2007) PE. CLÁUDIO MELO (1985) E ANTONINO FREIRE (1907): UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA SOBRE ASPECTOS DO LITORAL PIAUIENSE 77

4. O PAPEL DA CARTOGRAFIA E A NECESSIDADE PORTUÁRIA. 87

4.1 ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE A CAPITANIA DO PIAUÍ E MARANHÃO: ENTRE CARTÓGRAFIAS, MAPAS E A NECESSIDADE DE DEMARCAÇÕES TERRITORIAIS. 95

CONSIDERAÇÕES FINAIS 109

INTRODUÇÃO

Na presente dissertação, observaremos alguns estudos que nos levam a refletir sobre o Piauí, desde as suas primeiras ocupações, bem como as notícias sobre o litoral aqui encontrado, alguns dos primeiros mapas e estudos sobre o rio Parnaíba e suas bocas. Serão analisadas as movimentações portuárias e a presença crescente do comércio marítimo piauiense, a praticagem da barra da Tutóia e as questões que envolvem sua titularidade territorial

A pesquisa nasce da necessidade de estudar essas discussões que envolvem os debates litigiosos entre piauienses e maranhenses, no que se refere à praticagem da barra da Tutóia (para o termo praticagem, aqui abordado, entende-se como "uso", tornando-a "praticável à navegação")[1], uma vez que, ao realizarmos rápidas pesquisas sobre a temática, não encontramos facilmente essas discussões em acervos históricos, acervos de memória digital, e assim, percebemos que essa é uma temática incipiente. Desse modo, auxiliar nas pesquisas sobre a história do Piauí, também nos possibilita constatarmos que essas discussões de cunho litigioso de fato ocorreram e estão longe da inércia do tempo.

O contato com o professor e orientador da pesquisa, Dr. Johny Santana de Araújo, possibilitou o vislumbre de fontes e documentações imprescindíveis para o trabalho, assim como outras tantas fontes e documentações encontradas ao longo da construção da presente pesquisa, fruto de uma cuidadosa pesquisa, como as pesquisas no acervo da biblioteca do Programa de Educação Tutorial - PET – História, da UFPI. Assim como bibliotecas virtuais, arquivos digitais[2], digitalização de livros, etc.

O recorte temporal da pesquisa, embora destaque desde registros antigos sobre o Piauí, delimita-se em mapear fontes de pesquisas e referencias bibliográficas que estão

[1] Também entende-se que o conceito de praticagem, como consta no site do Centro Acadêmico de Engenharia Naval – Universidade do Estado do Amazonas – CNAV – UEA, está relacionado como o termo pilotagem (Portugal). Nesse sentido, a praticagem, é o ramo que presta serviços de apoio e auxilio aos navegantes, em um contexto de difícil navegação.

[2] Por exemplo, temos alguns dos sites que serão abordados na dissertação, tais como:
Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Disponível em: Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br). Acesso em: 20 de Jan. de 2023.

Biblioteca Digital Luso-Brasileira: **Carta corografica das provincias do Maranhão e Piauhy e parte das do Pará, Goyás, Bahia, Pernambuco e Ceará**. 1855. Acesso: 08 de jul. 2022.

INTERPI – Instituto de Terras do Piauí: http://biblioteca.interpi.pi.gov.br/Terras-war/index.xhtml. Acesso: 08 de jan. 2023
Hemeroteca Digital Brasileira, da Biblioteca Nacional Digital Brasileira. Disponível em: . Hemeroteca (bn.br). Acesso: 20 de dez. 2023

cravadas desde 1901 a 1910, recorte temporal em que são abordados os temas que envolvem a reivindicação da barra da Tutóia como genuinamente piauiense, mas que também se observa as posições contrárias do Maranhão, em relação a essa questão, uma vez que, as discussões maranhenses voltam-se para a tutela do mesmo sob as reivindicações territoriais do Piauí.

Muito embora a dissertação se volte para o recorte temporal de 1901 a 1910, percebemos dentro das pesquisas das próprias fontes e bibliografias analisadas, que, são feitos recuos no tempo, na intenção de historicizar o rio Parnaíba, seu uso, suas notícias. Então, as escritas, baseadas em pesquisas que correspondem ao século XX, referentes aos anos de suas publicações, são baseadas em discussões mais aprofundadas da historiografia piauiense, que ao olhar para períodos remotos, ocupam seus lugares de escrita entre 1901 a 1910.

A exemplo desse recorte temporal analisado, temos fontes como o jornal Nortista (1901-1902), que escreve sobre o litígio entre Piauí e Maranhão[3], defendendo categoricamente a barra da Tutóia como território piauiense. Temos também o jornal Pátria (1901), em que Miguel Rosa dissertava sobre o exato litígio, também em defesa do Piauí sobre a barra da Tutóia.

Miguel de Paiva Rosa nasceu em Teresina, bacharelado em Direito, foi Maçom e Mestre Maçom, governador do Piauí assumindo seu cargo em 1º de julho de 1912, contou com o apoio de Antonino Freire, ex-governador do Piauí (1878-1934). Ao afastar-se da política, Miguel Rosa passou a dedicar-se a advocacia. Em 1924 retoma a cargo público e é nomeado Procurador da República[4].

Miguel Rosa, foi um dos integrantes da "commissão patriotica" em prol de debates que asseguravam ao Piauí a titularidade sob a barra da Tutóia Nessa comissão, segundo o jornal semanal, citado por Antonino Freire (1907) em "*Limites entre os estados do Piauhy e Maranhão"*, participavam alguns integrantes, entre eles, o próprio Antonino Freire e Miguel Rosa. Desse modo, ao compreendermos o lugar em que esses autores encontram-se, na época de suas escritas, observamos um viés institucional e também político, que se relacionava com as ideologias da época em questão.

Um dos principais estudiosos sobre as pautas litigiosas entre os estados do Piauí e Maranhão é Antonino Freire (1878-1934). Engenheiro civil e funcionário público, foi governador do Piauí, atuando de 5/03/1910 a 01/071914, portanto, era ligado às questões políticas do Piauí. Antonino Freire estava diretamente relacionado ao Jornal Pátria (1901), do

[3] Compreendemos, com base nas pesquisas que seguem a esteira deste recorte temporal, que as discussões que envolvem a barra da Tutóia e o Piauí surgem com maior embasamento durante essas datas, em especial.
[4] Portal Piracuruca. **"O conturbado governo de Miguel Rosa".** Disponível em: O conturbado governo de Miguel Rosa – Portal Piracuruca - Desvendando o Piauí. Acesso em 20 de Abril de 2023.

qual também fazia parte da "commissão patriótica", atuando em defesa da barra da Tutóia como genuinamente piauiense. O livro de Antonino Freire (1907), "*Limites entre os estados do Piauhy e Maranhão"* é recheado de documentos e referências ao longo de sua escrita, deixando clara sua defesa em prol da causa piauiense sob a titularidade a quem deveria ser atribuída a barra da Tutóia.

O livro de Antonino Freire (1907) nasce da busca por defender os ideais territoriais piauienses, que, de acordo com o recorte temporal analisado, de 1901 a 1910, encontravam-se em evidencia, uma vez que, questões de litígio entre o Piauí e o Maranhão referentes à titularidade da barra da Tutóia, eram alvos de disputas, principalmente no campo das narrativas, no período analisado.

Nas escritas de Antonino Freire (1907), percebemos o viés político que envolvem suas escritas. Muito preocupado com as questões territoriais do Piauí, Freire se dedica a reunir fontes e "provas" que atestam sua tese do ser o Piauí a barra da Tutóia (do estado do Maranhão), um dos braços do rio Parnaíba.

Uma das razões de nos apropriarmos das escritas de Antonino Freire (1907) é por termos a oportunidade de observar como o autor, na condição de patriota, defensor da causa piauiense em prol da titularidade da barra da Tutóia, se apropria de causas políticas, na tentativa de resguardar a unidade territorial do Piauí, reunindo fontes, documentos e um compilado de escritas que nos auxiliam no fazer historiográfico, uma vez que torna-se possível seguirmos os rastros deixados por bibliografia estudadas.

Também temos escritas voltadas para um olhar diferente da visão piauiense, como é o caso, por exemplo, do maranhense José Ribeiro Amaral (1910), em "*Limites do Maranhão com o Piauí ou a questão da Tutoya",* que defende a tutela maranhense. José Ribeiro do Amaral (1853- 1927) nasceu em São Luís, no Maranhão. Das atribuições de Ribeiro do Amaral, foi um historiador e escritor brasileiro, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão e na Academia Maranhense de Letras. Um dos defensores da causa maranhense, Ribeiro do Amaral escrevia sobre a questão da Tutóia, os limites do Maranhão com o Piauí.

Citamos as escritas de José Ribeiro do Amaral (2010), como marco que fecha as discussões referentes especialmente ao recorte temporal analisado, na intenção de inserir, como contra ponto, as visões e perspectivas de uma escrita voltada para o outro lado interpretativo, no caso, a questão do Maranhão e sua defesa atribuída à posse da barra da Tutóia.

Dessa perspectiva, as escritas de José Ribeiro do Amaral (1910) oferecem novos olhares a respeito do que era publicado e noticiado por piauienses. Esse cruzamento de dados

assegura ao leitor a oportunidade de checar os dois lados dos discursos, que culminam com as respectivas defesas da barra da Tutóia enquanto genuinamente pertencente àquele que sai em sua defesa, sejam piauienses ou maranhenses.

Temos também incorporada às pesquisas de maranhenses que revelavam outras versões sobre essa contenda com piauienses as escritas de Justo Jansen Ferreira, que em 1908 publicava "*A Barra da Tutóia"*, debates em prol da causa maranhense no que se refere à tutela da barra da Tutóia. Justo Jansen Ferreira (1864-1930) nasceu em São Luís. Doutor em Medicina e professor no Liceu Maranhense destacava-se nos estudos geográficos.

Muito embora os estudos versem por séculos passados, a escrita parte de estudos que já foram realizados a respeito de fontes e referencias presentes em livros, como é o caso do já citado anteriormente "*Limites entre os estados do Piauhy e Maranhão"*, de Antonino Freire (1907). Temos discursos de jornais que revelam esses debates sobre o litígio entre Piauí e Maranhão, referente à titularidade da barra da Tutóia, como é o caso do jornal Nortista (1901), o jornal Pátria (1902). Mapas como o do Simplício Dias da Silva (1806), que demostra o rio Parnaíba e suas ilhas, o mapa do Engenheiro Militar Enrico Antonio Gallucci (1760), que retrata o mapa do Piauí, quase como o mapa piauiense atualmente se encontra.

Temos a própria historiografia piauiense tradicional, como é o caso dos estudos de Odilon Nunes (1899-1989), que foi professor, publicando em 1931 o*"Piauí na História*", livro didático, que era voltado para o ensino primário. Foi responsável por escrever o primeiro livro didático piauiense. Odilon Nunes, grande historiador, muito contribuiu e ainda contribui para a historiografia piauiense, graças aos seus vastos conhecimentos e muitas pesquisas realizadas. São exemplos de sua escrita o livro "*Súmula de História do Piauí"* (2001), apresentando um texto-síntese, com pontos imprescindíveis para compreendermos a história, povoamento e desenvolvimento do Piauí. Odilon Nunes (2007), em *"Pesquisa para a história do Piauí: Lutas partidárias e a situação da Província",* revela em sua escrita uma riqueza de documentos e fontes que nos auxiliam a compreender o Piauí desde os seus primeiros passos, suas construções históricas, lutas partidárias e outras temáticas que se revelam verdadeiras riquezas para a historiografia piauiense.

Seguimos com as escritas sobre o Piauí, em Odilon Nunes (2014) "*Estudos de história do Piauí"*, Bugyja Britto (1976) em "*O Piauí e a unidade nacional"*. Entre outras fontes imprescindíveis para tal pesquisa. Bugyja Britto (1907-1992), nasceu em Oeiras. Viveu em Teresina entre 1915 e 1930. Atuou no jornalismo em Teresina escrevendo nos jornais locais. Pertenceu a várias instituições culturais, como por exemplo a Academia Piauiense de Letras,

cadeira n. 12. Estudou Direito, possuindo artigos sobre a temática. Ao longo de sua vida, Bugyja Britto desenvolveu várias atribuições, como servidor público, escrito de poesias.

Em meio a algumas dessas obras que compõem a historiografia tradicional piauiense, nasce o desejo de compreender como essas discussões emergem nas fontes analisadas e como tais estudos podem contribuir para pesquisas vindouras. São estudos e leituras que nos permitem observar reuniões de temáticas, discussões que compõem a historiografia piauiense.

Seguiremos observando alguns embates que marcaram o tempo e a história entre os anos de 1901 a 1910, seguindo o objetivo de observar todas as faces que culminam com a praticagem da barra da Tutóia, seguida da reivindicação do Piauí por essa faixa litorânea.

Observaremos o Piauí desde as suas primeiras ocupações e como essas narrativas repercutem nas fontes analisadas, observando também as narrativas que versam sobre o litoral piauiense. Todos esses pontos deságuam nas atividades portuárias e a praticagem da barra da Tutóia por piauienses, seguida de como os piauienses passaram a reivindicar essa região, que passaria a ser tratada como área de conflito litigioso entre o Piauí e o Maranhão.

Quando falamos em questões territoriais, outro eixo a ser inevitavelmente observado nos debates (muito embora essa não seja a pauta da dissertação) é a presença de discussões de litígio territorial[5] envolvendo piauienses e cearenses, já que até a data da presente pesquisa, percebemos as continuidades dos entraves e disputas territoriais entre os dois estados, questões estas que seguem em tramites judiciais[6]. Desse modo, pensar no litoral piauiense, de acordo com as fontes até aqui analisadas (e que recuam no tempo em suas pesquisas), também nos aponta outro marcador, que convoca alguns elementos reflexivos. Dentre eles, destaca-se a negação de ter o Piauí uma costa litorânea. Discurso presente não só na historiografia cearense, no que se refere às pautas litigiosas[7], como também embates de narrativas piauienses e maranhenses a respeito da temática de litígio territorial.

[5] Remete-nos ao acordo firmado em 1880 entre ambos os estados e que se tornaria lei, obedecendo ao decreto de número 3.012 de 22 de outubro de 1880. Lei que alterava a linha divisória das Províncias do Piauhy e Ceará.
[6] O acordo legalizava as trocas de Príncipe Imperial (atual Crateús-CE) que deixaria de ser piauiense, em troca de Amarração (atual Luís Corrêia), na época uma vila do Ceará. Todas essas questões litigiosas estavam diretamente envolvidas com a questão da praticagem/uso da vila de Amarração e consequentemente visavam interesses da elite comercial do Piauí, que desejava uma rota comercial marítima.

[7] Autores como Eric de Melo Lima (2020), em "*Configurações de Territórios: Litígios entre os estados do Piauí e do Ceará"* retrata essas pautas que envolvem o litígio entre Piauí e Ceará. Temos a Carta Corografica das Provincias do Maranhão e Piauhy e Parte das do Pará, Goyás, Bahia, Pernambuco e Ceará. Do ano de 1855. Carta Cartográfica do Piauí e do Maranhão – 1855.Disponível em http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart176103/cart176103.jpg. Acesso em 28 de Setembro de 2022.

Dessa forma, o que hoje simboliza pisar nas terras piauienses, na certeza de que estamos no litoral genuinamente piauiense, em séculos passados não era uma experiência exatamente como a dos tempos atuais. Isso porque existiam questões que colocavam em cheque ou não a titularidade do litoral piauiense. Questões que desmembravam toda a faixa litorânea piauiense, desprovendo-o de litoral e consequentemente uma saída comercial via rotas marítimas piauienses.

Para tais elucidações, temos o caso das pesquisas de Antonino Freire (1907)[8], como mencionado, uma das principais fontes de pesquisa analisada, e que discute a barra da Tutóia e sua praticagem por parte das elites econômicas piauienses, revelando o anseio pela posse do que lhes era compreendido como de direito. Temos as pesquisas do Pe. Cláudio Melo (1985), no livro "*A Prioridade do Norte no povoamento do Piauí"* ao atestar que a ocupação do Piauí teria iniciado partindo do norte e que, portanto, teria o Piauí um litoral. Sobre Padre Cláudio Melo, algumas de suas informações são que, foi professor de história, nasceu em Campo Maior, em 1932, de suas atribuições, foi professor da Universidade Federal do Piauí – UFPI, foi membro da Academia Piauiense de Letras. Desempenhou papel sacerdotal nas cidades de Campo Maior, São Miguel do Tapuio, São Pedro do Piauí e Teresina. O contexto de sua escrita, nesse sentido, relaciona-se com atividades de pesquisa e seguimento acadêmico.

A metodologia utilizada se faz em meio à análise documental, em que foram introduzidas, em sua maior parte, fontes de pesquisa da escrita piauiense, de modo especial, as do século XX, observadas nas fontes escritas, como as de Antonino Freire (1907) "*Limites entre os estados do Piauhy e Maranhão"*, em que o autor reúne um compilado de escritas, documentos e fontes que trabalham no intuito de validar a defesa do Piauí sobre o seu direito à barra da Tutóia.

Ao nos apropriarmos das escritas de Antonino Freire (1907), é possível verificarmos como o autor, em seu tempo, trabalhava em defesa de uma barra da Tutóia piauiense e como essas questões políticas, em prol da integridade territorial, eram cruzadas com documentos e fontes disponibilizadas pelo autor.

No jornal Nortista (1901-1902), observa-se o alinhamento e aproximação da redação do jornal com os ideais defendidos no extenso livro de Antonino Freire (1907), em prol da causa territorial piauiense, ao despertar o patriotismo e inflamar o povo parnaibano.

Contamos também com os estudos do jornal Pátria (1902), que realiza o mesmo movimento de validar a causa piauiense, com a presença dos ideais de Antonino Freire

[8] FREIRE, Antonino. **Limites entre os estados do Piauhy e Maranhão**. Teresina. 1907.

(1907), lutando por um barra da Tutóia genuinamente piauiense, contando com documentos e narrativas que chegavam até o leitor e mantinha esse fôlego de discussões litigiosas entre o Piauí e Maranhão.

Já nas escritas de Pe. Cláudio Melo (1985) em *"A prioridade do norte no povoamento do Piauí"*, encontramos suas narrativas sobre o litoral do Piauí, que colocava em cheque os discursos que falavam sobre o Piauí sem um litoral. Nesse sentido, Pe. Cláudio Melo atesta que o Piauí sempre teve um litoral, que este era noticiado desde antes de sua invasão, com veremos nas próximas páginas. Desse modo, surgem na dissertação, outras importantes contribuições historiográficas.

Entre as fontes de suportes informáticos, como mencionado, temos fontes como o jornal Nortista (1901-1902), jornal Pátria (1902), o *Almanack da Parnahyba* (1924, 1925, 1927), que reúne uma vasta e incrível fonte de estudos sobre como era o Piauí no período referido, suas questões econômicas, políticas, sociais, cotidiano, etc.

Ao longo da escrita serão apresentadas bibliografias que discorrem sobre essas temáticas territoriais e que navegam profundamente nas águas do passado, invocando referencias e documentações que incorporam suas narrativas, como é o caso dos estudos de Junia Motta Antonaccio Napoleão do Rego (2013), em seu livro *"Dos Sertões aos Mares: história do Comércio e dos Comerciantes da cidade de Parnaíba – Piauí".* A autora também discorre sobre o Piauí, sua economia comercial, uso das rotas marítimas.

Temos ainda as importantes contribuições das escritas de José Lins Duarte (2022), em sua tese de doutorado, intitulada "*A companhia de navegação a vapor no rio Parnaíba***:** *o Piauí nas águas do progresso (1859-1900)",* onde o autor reúne informações sobre o rio Parnaíba, suas rotas fluviais e a importância da navegação a vapor para o progresso do Piauí.

Foram utilizados como recursos metodológicos o uso da cartografia, como o exemplo da carta que retrata o mapa do Piauí, de autoria do Ajud. Engenheiro Militar Enrico Antonio Galluzzi, que trabalhou na confecção de um importante mapa para o Piauí, o "*Mappa Geográfico da Capitania do Piauhy",* de 1760. Cartas que nos possibilitam observar como o então Brasil era retratado, como é o caso da Carta de Diogo Homem (1558), que consta toda a América do Sul e as Antilhas. Temos também a "*Carta corografica das provincias do Maranhão e Piauhy e parte das do Pará, Goyás, Bahia, Pernambuco e Ceará",* do ano de 1855, que retrata o Piauí em posse de Príncipe Imperial e do litoral, simultaneamente, como veremos, documento importante, do ponto de vista dos estudos sobre o litoral do Piauí.

O primeiro capítulo aborda as contendas territoriais entre escritas piauienses e maranhenses. Observaremos como o rio surge nas páginas da historiografia piauiense e como

são observados os debates que envolvem o litígio territorial entre o Piauí e Maranhão, expresso nas pesquisas analisadas entre 1901 a 1910.

Temos as escritas de Milton Santos (2004), em *"Por uma Geografia Nova: Da Crítica a uma Geografia Crítica".* Antonino Freire (1907), em *"Limites entre os Estados do Piauhy e do Maranhão"*, o jornal Nortista (1901-1902), o jornal Pátria (1902), Odilon Nunes (2007), em "*Pesquisas para a História do Piauí".*

Observaremos uma importante fonte que retratava o litoral do Piauí antes da invasão territorial colonial, como é o caso das escritas de Gabriel Soares de Souza Souza (1879), em "*Tratado Descriptivo do Brazil",* dando-nos notícias de um náufrago, Nicoláu de Rezende, que teria, juntamente com sua tripulação, naufragado "por estas bandas", como descrito em muitos arquivos analisados.

Seguiremos analisando as importantes considerações na escrita de Padre Cláudio Melo (1985) em "*A prioridade do norte no povoamento do Piauí"*, ao listar uma soma de argumentos que atestam a presença de uma saída para o mar no mapa do Piauí[9].

Autores como Bugyja Britto (1976), em "*O Piauí e a unidade nacional"* e *Antonino Freire (1907) em "Limites entre os Estados do Piauhy e do Maranhão"*, contribuem para a realização de minuciosas pesquisas. Temos também as escritas do maranhense Justo Jansen Ferreira, que em 1908 publicava "*A Barra da Tutóia"*, escrita dedicada à defesa da genuinidade da Tutóia em terras maranhenses, em resposta direta à publicação de Antonino Freire (1907), que defendia a causa piauiense, quando escrevia sobre a titularidade da barra da Tutóia ser atribuída ao Piauí. Observaremos as variedades toponímicas atribuídas ao rio Parnaíba e como as cartas representavam o rio, como é o caso da carta de Diogo Homem (1558-1568) e o mapa de Desseliers (1550).

No segundo capítulo, serão observadas as escritas sobre a praticagem da barra da Tutóia. Gercinair Silvério Gandara (2008), em *"Rio Parnaíba... Cidades-Beira",* cita sobre o primeiro regulamento para praticagem das barras do Parnaíba. Observaremos os estudos e contribuições de Antonino Freire (1907), que dedica a sua escrita à causa piauiense, em prol da barra da Tutóia como genuinamente piauiense.

Observaremos as escritas de Mairton Celestino das Silva (2016), em sua tese de Doutorado intitulada "*Um caminho para o Estado do Brasil: colonos, missionários, escravos e índios no tempo das conquistas do Estado do Maranhão e do Piauí, 1600-1800"* com suas

[9] Ao longo dos estudos sobrea historiografia piauiense, um dos embates historiográficos se dava em torno de dissertar se teria ou não o Piauí um litoral genuíno. Nesse sentido, o termo "saída para o mar" faz alusão às saídas para fins comerciais e as demais movimentações portuárias, bem como transito de pessoas.

considerações referentes ao mapa de Simplício Dias da Silva, (1806 e 1826), no qual notamos o rio Parnaíba e seus braços.

Observaremos também os estudos de Pe. Cláudio Melo (1985), em "*A prioridade do norte no povoamento do Piauí"*, em que o autor busca estabelecer as ideias de que teria o Piauí iniciado sua povoação do norte, entendido como o litoral, para o interior, já que observavam-se movimentações de moradores estrangeiros – no caso, Nicoláu de Rezende, que conviveu, juntamente com os demais náufragos, com os Tremembés no litoral -, antes da chegada dos primeiros curraleiros.

Observaremos como se davam as discussões sobre a praticagem da barra da Tutóia e suas questões que envolvem a genuinidade atribuída à essa faixa litorânea. Observaremos como o Me. Marcus Pierre de Carvalho Baptista e Dr. Francisco de Assis de Sousa Nascimento (2021) refletem sobre os serviços de praticagem, no texto *"Amarração entre o Piauí e o Ceará: modernidade, conflitos e litígio entre piauienses e cearenses na segunda metade do século XIX"*. Seguiremos analisando alguns dos principais argumentos utilizados por piauienses e maranhenses, em prol da defesa da barra da Tutóia de ambos os lados.

Fontes como o jornal Nortista (1901) auxiliam em debates favoráveis a uma barra da Tutóia genuinamente piauiense, conforme os debates elencados na época. Temos também o Almanack da Parnahyba (1924), entre outras fontes que nos auxiliam na compreensão de tais debates, que se debruçam em escritas que nos remetem desde às divisões das capitanias. Observaremos as contribuições de Odilon Nunes, por exemplo, em seu livro "Pesquisas para a História do Piauí". (2007), contribuindo com assuntos que se referem à jurisdição do Piauí, comércio e demais informações preciosas sobre a historiografia piauiense.

No terceiro capítulo, notamos alguns debates que envolvem a defesa da titularidade da barra da Tutóia como genuinamente piauiense. Fontes como o jornal Nortista (1901), ao defender a barra da Tutóia como pertencente ao Piauí, acabava inflamando o patriotismo de parnaibanos. Narrativas como as de Antonino Freire, em sua escrita sobre os "*Limites entre os estados do Piauhy e no Maranhão",* escrito em 1907, também nos descortinam uma soma de fontes e argumentos que discutem sobre a praticagem da barra da Tutóia por parte de piauienses e seu entendimento sobre o direito à tutela da barra em questão

O mesmo movimento de inflamar o patriotismo e reivindicar a barra da Tutóia como piauiense é percebido no jornal Pátria (1902), que também abordava sobre a temática, em um texto escrito por Miguel Rosa, como veremos. Temos o *Almanack da Parnahyba* (1924), que retrata questões como a necessidade do Piauí em ter um porto para movimentar a economia piauiense.

Observaremos as convergências de algumas escritas do campo da historiografia piauiense. Seguindo essa esteira de reivindicar a barra da Tutóia como genuinamente piauiense, observaremos as escritas de Antonino Freire (1907), ao relatar que Manoel de Souza Martins solicitava a fortificação de todas as barras do Parnaíba, em 1825.

Outro documento mencionado é o atlas de autoria de João Teixeira Albanez I, de 1630, com as representações do que compreendia o Maranhão e Grão-Pará.

No quarto capítulo observaremos como a cartografia pode auxiliar em pesquisas historiográficas. Serão observadas as questões que nos remetem à navegabilidade do rio Parnaíba e desejo de um porto comercial piauiense. Pesquisas como as de Junia Motta Antonaccio Napoleão do Rego (2013), em seu livro *"Dos Sertões aos Mares: história do Comércio e dos Comerciantes da cidade de Parnaíba – Piauí",* além de fontes como Odilon Nunes (2007), em "*Pesquisas para História do Piauí", entre outros estudos*, Antonino Freire (1907), "*Limites entre os estados do Piauhy e Maranhão"*, auxiliam na compreensão de como se dava as navegações pelo rio Parnaíba, as atividades econômicas realizadas e como o Piauí via a questão portuária.

Observaremos também uma carta, do ano de 1855, que evidencia as capitanias do Maranhão, Piauí e Ceará, no qual podemos analisar como estavam divididos os três estados. Nesse ponto, temos os estudos da geógrafa brasileira Mônica Balestrin Nunes (2016), em "*Cartografia e paisagem: o mapa como objeto de estudo"*, em que a autora fala sobre o "silenciamento" de informações, destacando outros aspectos escolhidos na hora da fabricação de um mapa.

Auxiliam-nos na compreensão dessas temáticas escritas como as do Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro e Dr. José Lins Duarte, no artigo intitulado *"A transferência da capital do Piauí no século XIX: motivações e embates nesse transcurso".* Observaremos o Almanack da Parnaíba (1924) mostrando como era pensado o projeto de melhoramento do porto de Amarração, já que a elite comercial piauiense sonhava com um porto.

Seguiremos analisando as escritas de Graciete Guerra da Costa (2015), em "*Fortes Portugueses na Amazônia Brasileira"*, Nívia Paula Dias de Assis (2016), em "*O Mappa Geografico da Capitania do Piauhy, de Antonio Galluzzi"*, Riccardo Fontana (2005), em "*As obras dos engenheiros militares Galluzzi e Sambuceti e do arquiteto Landi no Brasil colonial do séc. XVIII",* sobre as várias formas de perceber o sujeito e a importância do trabalho do engenheiro Militar Enrico Antonio Gallucci.

Dessa perspectiva, analisaremos o *"Mappa Geografico da Capitania do Piauhy*", obra do engenheiro Militar Enrico Antonio Gallucci, que retrata um mapa/carta da capitania do Piauí, em 1760, o.

Ao final do capítulo, observaremos como, atualmente, encontra-se o litoral piauiense, de acordo com os estudos de Iracilde M.M.Fé Lima (2017), em *"Hidrografia do Estado do Piauí, disponibilidades e usos. In: AQUINO, C. M. S. A.; SANTOS, F. A. Recursos Hídricos do Estado do Piauí: fundamentos de gestão e estudos de casos em bacias hidrográficas do centro-norte piauiense",* em seu capítulo 3, ao abordar em uma figura o Mapa do Litoral do Piauí e Delta do rio Parnaíba.

Pensar nas inquietações que nos saltam os olhos, na escrita da historiografia piauiense, nos possibilita interpelar o passado de formas múltiplas. Ainda temos muito o que pesquisar e sobre o que analisar, haja visto que a história do Piauí segue seu pleno desenvolvimento.

Portanto, pensando nesses rastros deixados no tempo, que narram essas contendas territoriais entre piauienses e maranhenses, nasce também o desejo de reunir nessa pesquisa, discussões que sinalizam esse anseio de narrar os fatos que constam na história do Piauí. O ato de enxergar esses debates descortinam uma infinidade de possiblidades de pesquisas. A ideia dessa escrita seria também mostrar que, se esses debates existiram, logo existia essa brecha interpretativa na época em que eram vivenciadas.

1. O LITORAL DO PIAUÍ NAS PÁGINAS DA HISTORIOGRAFIA PIAUIENSE (1901-1910)

A idealização deste capítulo se faz também em meio à necessidade de observarmos que, quando o assunto é disputa territorial ou embates que envolvem o litígio piauiense, observaremos estudos que apontam contendas não somente entre piauienses e cearenses, discussão comum no campo acadêmico, mas que também envolvendo o Piauí e Maranhão, em especial entre 1901 a 1910. Observaremos escritas como as de Justo Jansen Ferreira (1908), em "*A Barra da Tutóia"*, que contesta diretamente as escritas de Antonino Freire (1907), no livro "*Os limites entre os estados do Piauí e do Maranhão"*, ambos escrevem sobre a titularidade da barra da Tutóia, cada um defende sua titularidade (Antonino Freire defende a barra da Tutóia como genuinamente piauiense, já Justo Jansen, justifica a tutela maranhense sob a barra).

Temos as escritas de Milton Santos (2004), *"Por uma Geografia Nova: Da Crítica a uma Geografia Crítica".* Antonino Freire (1907), em "*Os limites entre os estados do Piauí e do Maranhão"*, o jornal Nortista (1901-1902), o jornal Pátria (1902), Gabriel Soares de Sousa (1879) "*Tratado Descriptivo do Brazil"*[10], fontes bibliográficas como Junia Motta Antonaccio Napoleão do Rego (2013), em seu livro "*Dos Sertões aos Mares, história do Comércio e dos Comerciantes da cidade de Parnaíba – Piauí",* revelam nossas perspectivas de pesquisas sobre o Piauí .

Observaremos as variedades toponímicas atribuídas ao rio Parnaíba e como esse rastreio de algumas nomenclaturas se faz necessário para que possamos compreender as variedades de nomes que era atribuídas ao rio. Notaremos também a importância de mapas para compreensão de como o território, hoje brasileiro, era percebido e noticiado. A exemplo desses mapas, temos as cartas que representavam o rio, como é o caso da carta de Diogo Homem (1558-1568) e o mapa de Desseliers (1550).

O Piauí, um dos estados do Nordeste brasileiro, é dono de um mapa territorial que chama atenção. Fugindo dos modelos de estados brasileiros padronizados, o Piauí se destaca por ter a menor faixa litorânea do Brasil, contando com apenas 66 km de praias. Limitando-se com os estados do Maranhão, Ceará, Bahia, Tocantins e Pernambuco. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, atualmente o Piauí possui

[10] O livro "*Tratado descritivo do Brasil em 1587"*, 2° edição (1879), também encontra-se digitalizado no acervo da biblioteca digital da Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin. Página: 11. Disponível em: Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin: Tratado descriptivo do Brasil em 1587 (usp.br). Acesso 18 de abril de 2023.

251.755,481km² como área territorial, contando como uma população de 3.289.290, possuindo 224 municípios[11].

O que hoje compreendemos como atual estado do Piauí, de início, ora encontrava-se sob a jurisdição de Pernambuco, ora sob a jurisdição da Bahia, entre os anos de 1635 e 1714. Um ano depois, em 1715, através de um Ato Régio, temos a transferência da tutela do atual Piauí, que agora passaria para a jurisdição do Maranhão e Grão-Pará.

Sabe-se que durante um tempo, discutir a possibilidade de ter o Piauí uma saída comercial para o mar, no que se refere à barra da Tutóia, era motivo de conflitos e contestações[12], em especial nas escritas maranhenses, como é o caso do Justo Jansen Ferreira, geógrafo, professor e médico maranhense, que em 1908 publicava "*A Barra da Tutóia"*, escrita dedicada à defesa da genuinidade da Tutóia em terras maranhenses.

O livro de Justo Jansen Ferreira (1908) deixa claro sua intenção: uma resposta direta, no ano seguinte da publicação do livro de Antonino Freire (1907) "*Os limites entre os estados do Piauí e do Maranhão"*. Por um lado, Antonino Freire (1907) defendia categoricamente a barra da Tutóia como piauiense, devido à sua praticagem por parte de piauienses, ao realizarem atividades portuárias, bem como várias outras narrativas destacadas por Antonino Freire. Já Justo Jansen (1908) dedicava-se a defender a jurisdição maranhense sob a barra da Tutóia.

Um dos argumentos presentes no livro de Justo Jansen Ferreira (1908) se encarregava de justificar uma citação que Antonino Freire (1907) teria feito sobre o período em que o governador do Piauí, na pessoa de João Pereira Caldas, sob possível ameaça de guerra vinda de inimigos estrangeiros, encontrava-se trabalhando para proteção de todo rio Parnaíba, incluindo a barra da Tutóia. Para Antonino Freire, tal iniciativa atestava ao Piauí o direito à região salvaguardada. Vejamos:

Desse modo, Justo Jansen Ferreira, em "*A Barra da Tutóia"* escrevia:

> Era da competencia dos governadores de capitania tomar todas as providencias necessárias para impedir que o estrangeiro invadisse o território sob sua jurisdição, auxiliando-se mutuamente contra qualquer inimigo que intentasse acometer a qualquer capitania. (FERREIRA, 1908, p. 32).

Justo Jansen Ferreira[13] (1908) atestava que a barra da Tutóia pertencia e sempre pertenceu ao Maranhão, portanto, contestando as escritas de Antonino Freire (1907), em seu

[11] Dados referentes ao último censo com início em 2022 (ainda não finalizado até a data de elaboração deste trabalho). Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi. Acesso em 07 de junho de 2023.
[12] As discussões sobre ter o Piauí ou não um litoral remontam ao período das divisões das capitanias hereditárias.
[13] Justo Jansen Ferreira publica em 1908, exatamente um ano após a publicação de Antonino Freire, em 1807. Ambas as escritas nos oferecem o mote de ricas documentações. Ambos os autores também nos possibilitam

livro "*Os limites entre os estados do Piauí e do Maranhão"*, que assegurava ao Piauí, o direito secular sobre a tutela da barra da Tutóia. Nessa citação, em especial, Justo Jansen defendia o motivo que fazia com que, naquele contexto, o Piauí defendesse todas as barras do rio Parnaíba: justificando que, sob ameaça, era necessário trabalhar na defesa de qualquer capitania. Desse modo, a economia deixa de ser a única razão para a luta em prol da soberania territorial. Questões políticas e de segurança passam a ser observadas em conjunto.

Sobre essa construções estratégicas, Milton Santos (2004), em *"Por uma Geografia Nova: Da Crítica a uma Geografia Crítica*[14]*"* ressalta que o espaço organizado não depende somente das estruturas que permeiam o ramo econômico. Mas que se relaciona, de forma essencial, com aspectos geográficos da região.

> O espaço organizado não pode ser jamais considerado como uma estrutura social dependendo unicamente da economia. Se esse pudesse ter sido o caso em situação do passado, nos dias de hoje é mais que evidente o fato de que outras influencias interferem nas modificações da estrutura espacial. O dado político, por exemplo, possui um papel motor. Um exemplo: quando o Estado toma a decisão de reordenar o território para melhor assegurar sua soberania. As preocupações com a segurança, que constituem uma doutrina, enquadram-se na mesma dimensão. (SANTOS, 2004, p. 185)

Milton Santos (2004) estabelece que, nesses casos, o governo pode entender que algumas regiões, por exemplo, as fronteiriças, ou de limites[15] entre outros estados, possam necessitar de construções estratégicas que visem o controle e segurança desses espaços:

> A própria noção de defesa militar econômica, uma das doutrinas vigentes nas relações internacionais em nossos dias, leva à construção de estradas, pontes, postos avançados, cidades artificiais e ao estímulo para o deslocamento de populações consideráveis para áreas estratégicas. A produção do espaço deixa de ser uma consequência estrita da produção. O dado político aparece como um dos seus autores de relevo, ainda que no fim a economia retome os seus direitos, porque, uma vez criado um espaço político social novo, as relações do homem com a natureza transformada são, afinal, um fato produtivo. (SANTOS, 2004, p. 213)

---

indispensáveis evidencias de que a história é também como uma árvore, cheia de galhos, folhas, frutos, fases e raízes. O livro de Justo Jansen Ferreira pode ser encontrado em formato digital, no link: A barra da Tutoya : Justo Jansen Ferreira , Antonino Freire da Silva : Free Download, Borrow, and Streaming : Internet Archive

[14] SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: Da Crítica a uma Geografia Crítica** / Milton Santos. – 6. Ed.- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. – (Coleção Milton Santos; 2). Disponível em: Milton Santos - Por Uma Geografia Nova.pdf [34wmok8kwzl7] (idoc.pub).

[15] No que se refere ao conceito de limite, o geógrafo francês Claude Raffestin, em seu livro "*Por uma geografia do Poder"* [15]do ano de 1980, traduzido para o português me 1993, aborda uma série de conceitos. Claude Raffestin (1980) ressalta que os limites fazem parte de nossos jogos de troca, produção, consumo. Chama atenção para o fato de que os limites são vividos, consumidos. Essas questões também flertam diretamente com as relações de poder. Disponível em: RAFFESTIN, Claude - Por uma Geografia do Poder(3).pdf (google.com).

As considerações de Milton Santos (2004) nos auxiliam na compreensão de como alguns governantes escolhem fortificar, construir defesas, ou até mesmo povoar regiões fronteiriças, na intenção de reafirmar o poder e soberania territorial, assim como demarcar suas áreas de alcance e consequentemente, de estratégias políticas de defesa e organização territorial.

Seguindo na esteira de pensar as noções de território, pesquisas como as do historiador Odilon Nunes (2007), em "*Pesquisas para a História do Piauí"*, Pe. Cláudio Melo (1985) "*A Prioridade do Norte no povoamento do Piauí"*, Antonino Freire (1907) "*Os limites entre os estados do Piauí e do Maranhão"*, presentes na historiografia piauiense, possibilitam refletir sobre a divisão e ocupação/invasão do Piauí[16]. Todos esses autores nos ajudam a pensar na temática observando suas pesquisas sobre como o litoral era compreendido, como era retratado. Lembrando que esse recuo na história se faz em meio às fontes utilizadas no recorte temporal trabalhado, que, ao recuarem no tempo, em suas narrativas, oferecem possibilidades de colocar em perspectiva histórica o rio Parnaíba e o litoral do Piauí. .

Desse modo, seguiremos analisando como rio Parnaíba surge nas páginas da historiografia piauiense e como uma de suas principais entradas, a barra da Tutóia, passa a ser reivindicada por piauienses, nas narrativas analisadas na primeira metade do século XX, e que se estendem até os dias atuais.

Contaremos com o acesso às fontes que nos possibilitarão um olhar mais detalhado, em espacial nas cartas corográficas e plantas, como é o caso de um importante documento, a planta que "mostra as fozes do rio Parnahiba e barras da provincia do Piauhy até a barra da Tutoia, da provincia do Maranhão" com os esclarecimentos Antonio Caetano da Silva Ferreira, correspondente a 30 de março de 1826, extraído do site da Biblioteca Nacional Digital e que também encontra-se no site do Instituto de Terras do Piauí INTERPI[17], constando o rio Parnaíba e suas cinco bocas: Barra do Igaraçu, Barra da Parnahyba ou Canárias, Barra do Caju, Barra do Carrapato e Barra da Tutóia, como veremos no decorrer do

[16] Alguns conceitos como o de "ocupação", mesmo não sendo o termo adequado e utilizado pela historiografia contemporânea, surge no presente pesquisa por estar inserido nas escritas das fontes analisadas.

[17] Site: Instituto de Terras do Piauí – INTERPI. 1826. "Planta que mostra as fozes do rio Parnahiba e barras da provincia do Piauhy até a barra da Tutoia, da provincia do Maranhão suas communicaçoens por garapés e as habitaçoens colocadas nos lugares que o autor vio". Disponível em: Terras (interpi.pi.gov.br). Acesso em 04 de dez. 2022.

trabalho. Outro documento analisado é a carta corográfica do engenheiro Militar Enrico Antonio Gallucci (1760)[18], que retrata o Piauí, em termos geográficos.

Outra importante fonte analisada são as escritas de Gabriel Soares de Souza (1879)[19], em "*Tratado Descriptivo do Brazil"*, em suas escritas, o autor destaca em suas viagens e estudos a presença de um náufrago e sua tripulação vivendo no que hoje é compreendido como o rio Parnaíba. A importância de tal documento também se deve para a validação de que o Piauí possuía, desde os primórdios, uma faixa litorânea e que a mesma já era retratada, segundo as escritas de Gabriel Soares de Sousa.

Já sobre as questões portuárias, em 5 de março do ano de 1864, temos o Regulamento do Porto de Parnahyba, expedido pelo então Inspetor da Alfândega de Parnaíba, Prudencio José Botelho, um dos vários documento citado por Antonino Freire (1907), ao extrair informações do jornal Nortista n° 11, que ressaltava também o fato de que ainda "hoje" (ou seja, 1901), tal documento não havia sido contestado.

Tanto Antonino Freire (1907) como o jornal Nortista (1901) trabalhavam na junção de documentos que pudessem validar suas causas: reivindicar a barra da Tutóia, tida como surrupiada pelo estado vizinho, o Maranhão. Vejamos o que destaca Antonino Feire (1907), ao fazer uso das pesquisas e publicações do jornal Nortista (1901):

> Art. 10. O porto da Tutoya – fica dividido em dois ancoradouros que são: o 1° de quarentena e o 2° de carga e descarga.
> Art. 11. Para ancoradouros de quarentena fica designado o espaço que se compreende do porto do Cajueiro até a entrada da barra. Este ancoradouro poderá servir conjunctamente para ancoradouro de franquia.
> Art. 12. Para ancoradouros de carga e descarga fica marcado o espaço existente desde a barra do I=igarapé da Ilha Grande até a ponta de cima da ilha da Caieira. (Do Nortista n° 11.). (FREIRE, 1907, p. 37).

Antonino Freire (1907) destaca documentos como o Regulamento do Porto de Parnahyba, de 1864, que conta a presença do porto de Tutoya, dentro do Regimento e prestando serviços para o Piauí, devido sua qualidade como excelente ancoradouro[20].

---

[18] : Biblioteca Nacional Digital (Brasil). *"Mappa geographico da capitania do Piauhy, e parte das do Maranhão, e do Gram Pará [Cartográfico]"*, de autoria do Engenheiro Militar Enrico Antonio Gallucci.Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=17952. Acesso em 23 de Abril de 2023

[19] Gabriel Soares de Sousa, português, nascido em Ribatejo, foi colonizador, dono de engenho, atuava como comerciante, era sertanista e navegador. Conhecido por sua obra *"Tratado descritivo do Brasil (1587)"*, Sua obra revela o Brasil Colonial que era retrata baseando em suas viagens e estudos, contendo importantes dados geográficos, étnicos, etc. Sua obra foi publicada, como segunda edição pelo historiador brasileiro Varnhagen (1879).

[20] Outra questão que aparece nos estudos e interpretações feitas sobre as escritas de Antonino Freire (1907) relaciona-se com o viés político, uma vez que o referido autor estava diretamente relacionado com as questões políticas do estado. Lutar pelas questões territoriais, pela integridade territorial do Piauí, fazia parte de suas

Reunindo as falas de Antonino Freire (1907) e do jornal Nortista (1901-1902), podemos verificar essas buscas por melhores provas, argumentos e informações que possam facilitar o favorecimento do Piauí sob a barra da Tutóia. O jornal Nortista, em 16 de março de 1901, Anno 1 n° 11, escrevia que até o Ministro da Fazenda, José Maria da Silva Paranhos, havia "expedido ordens sobre a barra da Tutoya, dirigiu-se ao Inspector da Thesouraria de Fazenda do Piauhy, deixando claramente reconhecido o nosso direito sobre todo o delta". (NORTISTA, 1901, n°11).

Antonino Freire (1907) e o jornal Nortista (1901) comentam sobre o silêncio que o Maranhão encontrava-se em face da propagando e campanha que o Piauí levantava em prol do litígio existente com o estado maranhense. O jornal cita que não mediria esforços para fazer o máximo de levantamento documental possível para que o Piauí saísse vitorioso e com a reintegração da barra da Tutóia.

Desse modo, para seguir nossa linha de raciocínio, se faz necessário observar as questões relacionadas com a necessidade portuária do Piauí, como a barra da Tutóia teria sido praticada/utilizada para fins comerciais pelo Piauí e como essa faixa litorânea passa a ser alvo de preocupações, por parte dos piauienses, a respeito de possíveis invasões estrangeiras. Tudo isso culmina com a ligação entre a barra da Tutóia, o Piauí e as posteriores reivindicações desse trecho do rio Parnaíba.

1.1 GABRIEL SOARES DE SOUZA, NICOLAU DE RESENDE E AS NOTÍCIAS SOBRE O LITORAL DO PIAUÍ.

Através de estudos e análises historiográficas, destacaremos os anos de 1901 a 1910 como marcadores que delimitam a pesquisa, com objetivo de observar as construções históricas do passado que hoje compreende o estado do Piauí e o litoral piauiense. A escolha do recorte temporal se baseia nas pautas evidenciadas e identificadas em livros, com o de Antonino Freire (1907) em "*Limites entre os estados do Piauhy e do Maranhão,* jornais, como o jornal Nortista (1901-1902). Jornal Pátria (1902), entre outras fontes e bibliografias incorporadas na dissertação.

Observaremos assuntos sobre o litoral do Piauí, a praticagem da barra da Tutóia e como todos esses assuntos são tratados e referenciados durante o período analisado e que nos

---

metas, também pelos interesses econômicos do Piauí. Antonino Freire realiza tais defesas em prol da causa piauiense sob a barra da Tutóia, juntamente com o jornal Nortista (1902), o periódico de Parnahyba, o jornal Pátria (1902), jornal semanal de Therezina, que contava com uma equipe, dentre eles o Antonino Freire, Miguel Rosa.

possibilitam revisitar mapas corográficos, como é o caso da carta de Diogo Homem (1558-1568) e o mapa de Desseliers (1550), bem como fontes da historiografia tradicional piauiense, contando com os estudos de Odilon Nunes (2007), por exemplo, em "*Pesquisas para a História do Piauí"*.

Em 1907 Antonino Freire publica o livro "*Limites entre os estados do Piauhy e do Maranhão"* em sua escrita, o autor nos dá testemunho do fato que emerge nas páginas da historiografia piauiense. Antonino Freire (1907) menciona as escritas de Gabriel Soares de Souza, no "*Tratado descritivo do Brasil em 1587"*, que se trata de uma segunda edição referente a 1879, organizada pelo historiador brasileiro Adolfo de Varnhagen, partindo de textos já estabelecidos anteriormente pelo mesmo autor em 1879.

Neste livro, que reúne estudos e pesquisas realizadas por Gabriel Soares de Sousa, nos é dado o testemunho de um náufrago, chamado Nicoláu de Rezende, juntamente com seus companheiros[21].

Ao analisarmos propriamente a obra de Gabriel Soares de Souza (1879) "*Tratado descritivo do Brasil em 1587"*, 2° edição (1879)[22] que reúne estudos e manuscritos do Brasil, Portugal, Espanha e França e conta com alguns comentários de Francisco Adolpho de Varnhagen, percebemos detalhes a respeito do náufrago Nicoláu de Rezende. Vejamos:

> (...) Perdendo-se, haverá dezesseis annos, um navio nos baixos do Maranhão, da gente que escapou d'elle que veio por terra, affirmou um Nicoláo de Rezende, d'esta companhia, que a terra toda ao longo do mar até este Rio Grande era escalvada a mór parte d'ella, e outra cheia de palmares bravos, e que achara uma lagoa muito grande que seria de 20 léguas pouco mais ou menos; e que ao longo d'ella era a terra fresca e coberta de arvoredo; e que mais adiante achara outra muito maior a que não vira o fim, mas que a terra que visinhava com ella era fresca e escalvada, e que em uma e em outra havia grandes pescarias de que se aproveitavam os *Tapuias* que viviam por esta costa até este Rio Grande: dos quaes disse que recebera com os mais companheiros bom tratamento. Por este Rio Grande entram navios da costa e tem n'elle boa colheita (...). (SOUZA, 1879, p. 22).

Gabriel Soares de Souza (1879), em suas descrições sobre o Brasil, revela uma riqueza de detalhes, ao descrever o percurso que o náufrago Nicoláu de Rezende e seus companheiros observaram, bem como os detalhes fornecidos sobre a terra, os rios, os *Tapuia*s e suas práticas

[21] Fato este que também consta nas escritas de Odilon Nunes em "*Pesquisas para a História do Piauí"* (2007) como veremos a seguir.

[22] Gabriel Soares de Souza (1879) foi fundamental para seguirmos compreendendo também sobre o período de povoamento do Brasil (com as navegações), sua geografia, os povos que aqui viviam e as riquezas que saltavam aos olhos. O livro "*Tratado descritivo do Brasil em 1587"*, 2° edição (1879), também encontra-se digitalizado no acervo da biblioteca digital da Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin. Página: 11. Disponível em: Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin: Tratado descriptivo do Brasil em 1587 (usp.br). Acesso 18 de abril de 2023.

de pescarias, indicando a passagem de navios e também notícias sobre a terra vizinha e suas lagoas.

O referido autor também retrata em seus estudos o rio do Meio[23], que seria o braço do Parnaíba. Cita também sobre a Bahia do Anno Bom, que seria *Tutoya.* Nota-se que Gabriel Soares de Souza (1879) refere-se ao rio Parnaíba como Rio Grande dos Tapuias[24].

Em sua escrita, Gabriel Soares de Souza (1879) também dá testemunho de pedras preciosas que são descritas por povos que viviam nas redondezas do rio Parnaíba. Tais escritas nos possibilitam observar de quais modos a história do Piauí pode ser observada e como o rio Parnaíba surge nas páginas escritas.

Uma das principais contribuições deste trecho seria a evidencia de que o rio Parnaíba já surgia em escritas, por vezes citado como Rio Grande, assim como retrata o título do capítulo VI do livro de Gabriel Soares de Sousa (1879), texto acima retratado. No livro, localiza-se com o título "*CAPITULO VI: Em que se declara a costa do Rio do Maranhão até o Rio Grande*[25]*"*.

Assim, são ventiladas ideias de um náufrago português que, para alguns historiadores, como é o caso de Odilon Nunes, em "*Pesquisas para a história do Piauí",* Volume 1, de 2007, já movimentava o litoral piauiense e relatava sobre as primeiras alvoradas do comércio local, mesmo que de forma tímida, já "que se perdera nos baixos do Maranhão, pelo ano de 1571, e que conseguira, pelo litoral, com seus companheiros, regressar às capitanias vizinhas já colonizadas". (NUNES, 2007, p. 76).

Seguindo na esteira destas pesquisas, em 1571, contrariando o que muitos estudiosos defendiam sobre o pioneirismo na ocupação do Piauí, referindo-se aos bandeirantes Domingos Jorge Velho e Domingos Afonso Mafrense, este era o ano em que, segundo Pe. Cláudio Melo (1985), em seu livro "*A Prioridade do Norte no povoamento do Piauí"* a história do Piauí ganhava algumas de suas primeiras páginas.

Padre Cláudio Melo (1985), também retrata o náufrago português Nicoláu de Rezende, ressaltando que o náufrago não só viveu no litoral piauiense como conviveu com os

[23] Francisco Augusto Pereira da Costa em "Chronologia historica do Estado do Piauhy" descreve o rio do Meio da seguinte forma: "é o braço do Parnaíba que desagua entre as ilhas dos Poldros e das Canárias". (p.26) O livro encontra-se disponível para download no site: https://literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?action=download&id=43602

[24] Antonino Freire (1907) em "*Limites para o Estado do Piauhy e do Maranhão"* destaca que outras denominações são encontradas para o rio Parnaíba, tais como Pará, Rio Grande, Paraoassu. Mas Gabriel Soares de Sousa prefere se referir como Rio Grande dos Tapuyas, para evitar duplicatas de nome se possíveis confusões.

[25] A leitura do livro de Gabriel Soares de Souza (1879) em "*Tratado Descriptivo do Brazil"* encontra-se disponível na página da Biblioteca Digital da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em: http://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/199. Páginas: 12 à 15.

Tapuias, na altura o rio Parnaíba[26]. Sobre esse relato de convivência, vários outros autores também o mencionam em suas escritas, como é o caso, por exemplo, de Junia Motta Antonaccio Napoleão do Rego (2013), em seu livro "*Dos Sertões aos Mares, história do Comércio e dos Comerciantes da cidade de Parnaíba – Piauí".* No livro, a autora comenta sobre as escritas de Pe. Cláudio Melo (1985), quando falava sobre o náufrago Nicolau de Resende e sua "convivência pacífica com os nativos do litoral". (REGO, 2013, p. 67).

Em algumas páginas da historiografia piauiense tradicional, destacam-se diferentes percepções de como era identificado o rio Parnaíba. Algumas das referências ao rio Parnaíba surgem nas escritas analisadas com os nomes de: rio Pará (Parnaíba) ou Punaré (NUNES, 2007, p. 67), rio Ano Bom (BORGES, 2004, p. 86), rio Grande dos Tapuias (Gabriel Soares de Sousa, 1879). Rio Paraguaçu (Cid de Castro Dias, 2008), etc.

É nesse processo de reunir algumas das primeiras páginas que estão inseridas na historiografia piauiense que, Padre Joaquim Chaves (1953), em seu texto intitulado *"O índio no solo piauiense"* nos dá notícias, em meados de 1697, dos relatos de Padre Miguel de Couto, em um documento publicado por Ernesto Ennes *"As guerras dos Palmares",* intitulado de "Descrições do Sertão do Piauí, remetida ao Ilmo. Revmo. Sr. Frei Francisco de Lima, Bispo de Pernambuco".

Nessas escritas de Pe. Joaquim Chaves, ao retratar os estudos de Pe. Miguel, em 1697, aponta que a ideia de um Piauí que constasse com facilidade em sua localização e proporções territoriais, não foi algo presente nas terras aqui encontradas, "isto aqui era um fim de mundo" (CHAVES, 1953, p. 5). Sobre as declarações de Pe. Miguel, consta:

> "Esta a povoação do Piauí situada a 3 graus para a parte do sul, no meio do sertão que se acha entre o rio S. Francisco e a costa do mar, que corre do Ceará para o Maranhão, da qual distará, pelo caminho sabido, 80 léguas. Confina pela parte do nascente como os sertões desertos que corre, para Pernambuco, pelos quais se não tem descoberto caminho, nem se vadeiam, em razão dos muitos gentios bravos que neles habitam, e só se tem chegado pela parte desta povoação a avistar uma serra chamada o Araripe, que dizem ser muito alta, e que na Superfície tem de pano 50 léguas de uma e outra parte está rodeada de várias nações de tapuias bravos". (CHAVES, 1953, p. 5).

Nos estudos de Pe. Joaquim Chaves (1953) observamos também que já constavam nas histórias escritas as notícias do rio Parnaíba, rio Grão-Pará, Gurguéia. Outras denominações a respeito do rio Parnaíba e de como este era retratado encontram-se também

[26] Ao longo da escrita veremos que algumas das teses aqui apresentadas e já consagradas aparecem em outras diferentes referencias para o campo da historiografia piauiense. São estudos que se repercutem e que possuem um papel fundamental: validar pesquisas e olhares múltiplos.

nas escritas do historiador pernambucano Francisco Augusto Pereira da Costa (1974), em *"Cronologia Histórica do Estado do Piauí*, em uma de suas passagens, o autor escreve:

> Pelo tempo adiante perdeu o Parnaíba a sua primitiva denominação de Rio Grande dos Tapuias, e tomou a de Pará, como lhe chama Diogo de Campos Moreno em 1614 da qual vem, naturalmente, a de Parauaçu com que o qualifica Bento Maciel Parente'" pelos anos de 1626, e ainda a de Punaré, segundo frei Vicente do Salvador, para chegar à de Paraguaçu como lhe chama o padre António Vieira, bem como a carta régia de 1 de dezembro de 1677, denominação, aliás, que vinha já demeados do século, como se vê das cartas geográficas que figuram nas obras de G. Barlaeus e frei José de Santa Teresa. Segundo Cândido Mendes, o Parnaíba teve também o nome de rio das Garças, — em razão da abundância dessas aves nas suas margens, — mas não diz em que época. (COSTA, 1974, p. 26).

Assim como aborda Francisco Augusto Pereira da Costa (1974), são várias as referencias sobre o rio Parnaíba. Muitos mapas estrangeiros o retratam com outros nomes, dos quais não são comuns, mas que foram utilizados no período em que era atribuído ao rio, como é o exemplo de algumas referencias de mapas do século XVII que tratam o rio Parnaíba como Rio Pará.

Sobre as notícias do Piauí, temos outra dimensão que remete às discussões sobre o pioneirismo do povoamento piauiense. Para muitos, a data de 1662, sobre a presença de Domingos Jorge Velho está rodeando o rio Poti[27], bem como a data de 1671 relacionada à Domingos Afonso Sertão, passa a ser discutida nas escritas da historiografia piauiense, no intuito de identificar, em meio às documentações sobre o devassamento, qual dos bandeirantes teria primeiro instalado curral em solo piauiense:

> E quando se refere ao Piauí, acrescenta que Domingos Afonso Sertão foi um dos primeiros que penetraram no ano de 1671, e que nessa ocasião se encontrou com Domingos Jorge Velho que "chegara àquela parte pouco tempo antes que o Capitão Domingos Afonso a adentrasse". O próprio Domingos Jorge Velho deixou documento que confirma a data indicada pelo historiador, ou melhor, pelo cronista seu contemporâneo. (NUNES, 2007, p. 86).

Desse modo, Odilon Nunes (1985) retrata essa passagem nas escritas de Sebastião da Rocha Pita, em "*História da América Portuguesa"*, no ano de 1730, que seria contemporâneo ao devassamento do Piauí. Padre Cláudio Melo reconhece o paulista como "o primeiro entre os curraleiros do Piauí" (MELO, 1985, p. 58).

Já o Mafrense seria o "conquistador e povoador daquela porção do Piauí de hoje, o vale do rio Piauí", citado por Rocha Pita. "Firmado no mesmo historiador, acompanho os defensores da prioridade do Paulista". (MELO, 1985, p. 45).

---

[27] Esse argumento é encontrado nas pesquisas de Padre Cláudio Melo (1985), em "***A prioridade do Norte no Povoamento do Piauí"***, e de Odilon Nunes (2007) em **"*Pesquisas para a História do Piauí".***

Odilon Nunes em "*Súmula de História do Piauí"* (2001) retrata como se davam as percepções do Piauí no século XVII. Para Odilon Nunes, o então Piauí tem sua conquista atribuída a guerreiros, em que "paulistas são, então, enrobustecidos pela Casa da Torre, e prosseguem em suas incursões de limpeza, já com finalidade de ocupação definitiva". (NUNES, 2001, p. 32). Seguindo com o devassamente e colonização da bacia do rio Parnaíba.

Em "*O Piauí e a unidade nacional"* Bugyja Britto (1976) nos lembra das condições de subordinação que o Piauí ocupava em alguns cenários da história piauiense. Bugyja Britto realça o fato de que por alguns momentos, o Piauí não passava de "um Maranhão continuado" (BRITTO, 1976, p. 25). Além disso, vale ressaltar os momentos em que esteve o Piauí sob o domínio maranhense:

> E o Piauí, como se sabe, constituiu em vastos períodos da sua existência uma dependência do Maranhão. Por mais de uma vez ele esteve subordinado ao Maranhão, primeiramente quando Freguesia em 1701, depois na situação de vila e comarca em 1717 e, finalmente com *Capitania Subalterna* até 1811, embora tenha havido em mais de um século (de 1701 a 1811) interregnos em que ele possa aparecer com área independente. (BRITTO, 1976, p. 25).

Esse processo que compreende o entendimento sobre os momentos na história que marcam a subordinação do Piauí ao Maranhão, funciona como baliza para compreendermos a raiz de muitos dos discursos que clamam por a devolução total dos limites que se referem ao território piauiense. Todas essas questões levantadas são sintomas dos desejos de piauienses que, reativavam a sede de reagrupar o território que, para eles, foram então surrupiados.

Antonino Freire (1907) escreve sobre as crescentes da capitania do Piauí para o mercado de exportação. Mas esse pulsar mercantilista estaria à sobra do estado vizinho, o Maranhão. Vejamos:

> Até então, o Piauhy não tinha, quase, relações directas com a metrópole, nem mesmo com as outras capitanias do Brazil. O Maranhão era o seu fornecedor geral, o monopolista das suas transações comerciaes. As producções do sòlo piauhyense iam para S; Luiz e Bahia, onde perdiam a origem e entravam na exportação geral dessas capitanias. Graças a esse expediente, o commercio do Piauhy era anonymo, sem vida, ou representação oficial. (FREIRE, 1907, p. LXXXIV).

As relações do Piauí com a metrópole se dava por intermédio do Maranhão, ao realizar as transições comerciais. Tudo isso, para Antonino Freire (1907) acabava colocando o Piauí em uma condição de anonimato, já que era o Maranhão que realizava o contato e as relações diretas com a metrópole. Todos os produtos que saiam do Piauí eram destinados para São Luís, onde perdiam sua origem e se realinhavam com as demais exportações da capitania do Maranhão.

*Vale ressaltar que, todas essas questões que envolvem territorialidade, no século XVII, apontam que toda a costa do Piauí, de acordo com as escritas analisadas, estaria ocupada por tribos de guerreiros, algumas de difícil acesso, como é o caso do faixa litorânea do Piauí, separando-o do Maranhã e Ceará. Algumas desses povos eram os Tremembés.

1.2. O RIO PARNAÍBA NAS ESCRITAS DA HISTORIOGRAFIA PIAUIENSE

Gustavo Luiz Guilherme Dodt, em seu livro de 1873, intitulado "*Descripção dos rios Parnahyba e Gurupy. Relatorio sobre as explorações dos mesmos seguidos de uma memoria sobre o porto de San Luiz do Maranhão"*[28] retrata não só as características geográficas do rio, como também, relembra em sua escrita que no período observado, Amarração (atual Luís Correia – PI) encontrava-se sob a tutela da Província do Ceará.

Sobre o episódio que envolve as questões territoriais sobre o Piauí e Ceará, o autor destaca ainda que "Perto da povoação da Amarração entra uma gambôa denominada também Iguaraçú, que a Provincia do Ceará tomou por divisa, de sorte que a provincia do Piauhy ficou sem porto marítimo". (DODT, 1873, p. 38).

Já sobre a barra da Tutoya, o autor cita:

> Também no Santa Rosa não tem navegação não obstante ser a barra da Tutoya a mais franca entre todas, porque a communicação com a cidade da Parnahyba, que é o emporio do commercio da província do Piauhy é difficil por causa da distancia. Pelo mesmo motivo não são aproveitadas as barras do Carrapato e do Cajú, que além disso são muito inferiores àda Tutoya. (DODT, 1873, p. 38).

Nota-se que, assim como observa Gustavo Dodt (1873), a Província do Piauí contava com a barra da *Tutoya* para a realização da ligação entre a cidade de Parnaíba e o movimento comercial marítimo. Por se tratar de uma saída viável às atividades comerciais marítimas. Vale ressaltar que a barra da Tutóia distava da cidade de Parnaíba, mas se mantinha como rota vital e inclinada à navegação para comercialização de produtos escoados por sua rota marítima.

Das bocas do rio Parnaíba, em meados de 1614, a barra da Tutóia já era conhecida e retratada. Sobre esse fato, Antonino Freire (1907) escreve que:

> Das bocas do Parnahyba, só era conhecida até áquella data a da Tutoya, onde pretendeu entrar em 1614 a armada de Jeronymo de Albuquerque, segundo refere DIOGO DE CAMPOS, na sua *Jornada do Maranhão,* não

[28] Gustavo Luiz Guilherme Dodt, em seu livro de 1873, intitulado "*Descripção dos rios Parnahyba e Gurupy. Relatorio sobre as explorações dos mesmos seguidos de uma memoria sobre o porto de San Luiz do Maranhão".* Disponível em: Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin: Descripção dos rios Parnahyba e Gurupy, relatorios sobre a exploração dos mesmos seguidos de uma memoria sobre o porto de San'Luiz do Maranhão. (usp.br). Acesso em: 25 de Abril de 2023.

> conseguindo, porém, porque chamamando-se os pilotos "soube-se que nenhum só dentre eles conhecia a entrada da corrente" (...)
>
> Os indigenas do litoral e os da Ibiapaba chamavam-no Abiunham, Punharè e Paraoassu. Esta ultima denominação, dada especialmente ao rio que desagua naquela bahia, era a usada pelos tremembés, indios carirys, habitantes do delta. (FREIRE, 1907, p. XXII).

Antonino Freire (1907) cita outra passagem que consta como era conhecido e retratado o rio Parnaíba, na primeira metade do século XVII: "o mappa appenso à obra de Diogo Campos Moreno, Razão do Estado do Brazil (1603-1608) é attribuído ao dito Pero Lopez, designa Parnahyba d'aquella maneira, Ponaré". (FREIRE: 1907, p. XXIII). Gabriel Soares, em "Tratado Descritivo do Brasil" – 1879, revela outra nomenclatura para o rio Parnaíba, em que os Tremembés, de Tutóia, chamavam-no de Paraó ou Paragua Assu.

Vejamos abaixo, algumas alternativas toponímicas com significados diversos atribuídos ao rio Parnaíba. Veremos como algumas dessas nomenclaturas foram identificadas ao longo da presente pesquisa e onde podemos encontra-las referenciadas:

Tabela 1- Algumas variedades toponímicas atribuídas ao rio Parnaíba.

Paraoassú; Paraoassu; Pará; Rio Grande; Paraó; Paragua Assu; Rio Grande dos Tapuias/Tapuyas	SOUZA, Gabriel Soares de. ***Tratado descritivo do Brasil em 1587***. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1879.
Ponaré; Punarè; Rio Paravassu; Abiunham, Punharè; Paraoassu, Ponarè.	Antonino Freire – **Limites entre os estados do Piauhy e do Maranhão.** (1907).
rio Paraguaçu (nome indígena, que significa rio caudalosíssimo)	Odilon Nunes – **Pesquisas para a História do Piauí.** (2007).
Ponaré; Punaré; Pará do Piaguí; Pará dos Tapuias; Paraó; Paraguá Assu; Rio Grande dos Tapuias/Tapuyas; Pará; Paraguaçu; Paraoassu; Paravassu; Paruaçu; Parauaçu; Ototói; Totói; Paraguas; Paragues; Des Paragues; Fam Quel Coous. Rio Grande; Abiunham; Canárias; Rio das Garças; Parana-Iba; Parana-ahyba; Parnaíba; Parnahyba e finalmente Parnaíba. (GANDARA, 2008, p. 46).	Gercinair Silvério Gandara - **Rio Parnaíba... Cidades-Beira. (**2008).

rio Niegro; Palma, Ano Novo; Abihunham, Jaguaribe ou Jaguarive; Punará; Das Graças. (REGO, 2013, p. 65)	Junia Motta Antonaccio Napoleão do Rego – **Dos Sertões aos Mares: história do Comércio e dos Comerciantes da cidade de Parnaíba – Piauí.** (2013)
Rio Parauasu	Albanez I, João Teixeira. **Pequeno atlas do Maranhão e Grão-Pará.fl. 1602-1649.** Biblioteca Digital Luso-Brasileira.
Paraguaçu. Descrição de Padre Antônio Vieira, 1650.	Judith Santana– **Parnaíba.** 1982.
Paraoaçu – descrição de Bento Maciel Parente.	Judith Santana– **Parnaíba.** 1982.

Fonte: Tabela elaborada pela autora (2023).

Das variedades com que se apresenta o termo "rio Parnaíba" e das várias referencias toponímicas que se apresentam, destacamos algumas identificadas ao longo das pesquisas realizadas. Vale ressaltar que existem casos em que o nome possui significado, seja na linguagem indígena, como é o caso do termo "Abihunham", como chamavam "os indígenas do litoral e da Serra da Ibiapaba (Ceará)". (REGO, 2013, p. 65)[29].

As várias nomenclaturas atribuídas ao rio Parnaíba se destacam também em mapas estrangeiros, mapas antigos, como é o caso da Carta de Diogo Homem (1558-1568), cosmógrafo oficial do Reino português, e também no caso do mapa de Desseliers (1550). O rio fica localizado com as denominações de "rio Niegro" "Ano Novo" e "Palma". Alguns nomes apresentam-se duplicados, citados em mais de um autor, para que seja possível identificar, de alguma forma, ao serem novamente pesquisados.

Uma das formas de pesquisar sobre o rio é observar os estudos sobre a cartografia, que retratava como o Brasil, de modo geral era compreendido, apreendido e divulgado, seja por pesquisadores, estudiosos ou viajantes.

Nas figuras a seguir, veremos a Carta de Diogo Homem (1558-1568) e o mapa de Desseliers (1550):

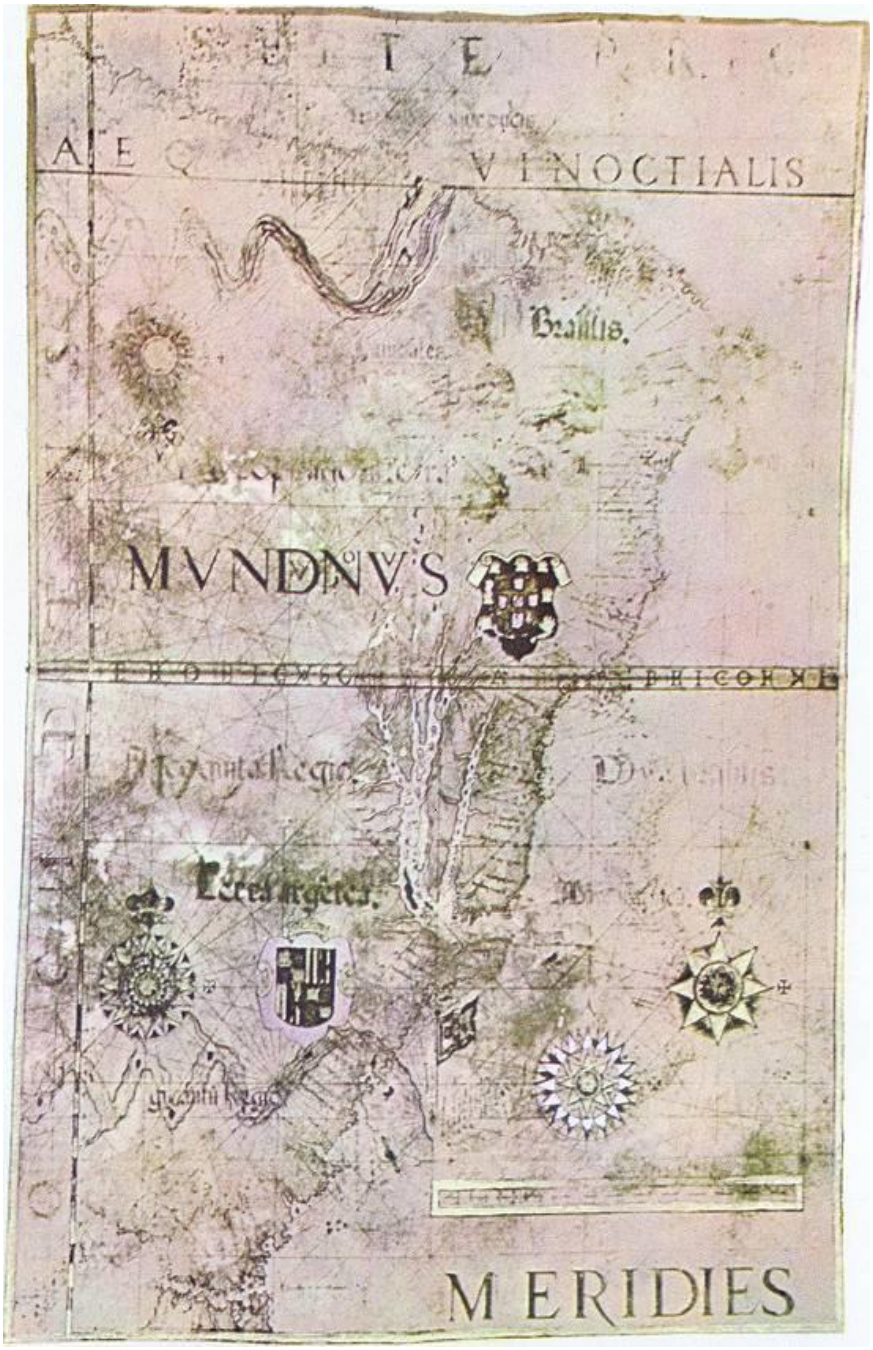
[29] REGO, Junia Mota Antonaccio Napoleão do. Dos sertões aos mares: história do comércio e dos comerciantes de Parnaíba (1700-1950). 2010. 291 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

Figura 1- Carta de Diogo Homem – 1558. Constando toda
a América do Sul e as Antilhas.



Fonte: Site Novo Milênio. 2005

Figura 2- Carta de Diogo Homem, 1868.
Manuscrito em pergaminho. Parte de um atlas de 29 páginas.



Fonte: Site Novo Milênio. 2005

Na carta de Diogo Homem (1558), extraída do site Novo Milênio[30], é possível observarmos toda a América do Sul, bem como os detalhes os quais o autor da Carta exprime, de acordo com suas impressões. Diogo Homem foi um importante cartógrafo, responsável por a produção do Atlas (Figura 1), que auxiliava na invasão portuguesa às novas terras do novo mundo. Portugal necessitava de informações sobre o novo território, agora Colônia, a ser conquistada e explorada. Sobre essas questões, Luciana de Queiroz Pinto (2016), em *"Uma*

[30] Site Novo Milênio. Mapa Mundo Novo. Diogo Homem. Disponível em: http://www.novomilenio.inf.br/santos/mapa20.htm. Acesso 04 de fevereiro de 2023

análise sobre a representação do indígena em dois mapas de Diogo Homem, 1558 e 1568" [31]ressalta que "Uma colônia era um território a ser explorado, porém necessitava, antes de tudo, ser estudado e, ao longo da colonização, a cultura e religião europeia deveriam se infiltrar e ganhar espaço nestas terras". (PINTO, 2016, p. 3). O trabalho da cartografia destacava-se de fundamental importância para as primeiras formas de retratação do território compreendido como a América.

Quando falamos nas primeiras cartografias que retratam o Brasil, o que regia nas obras em geral, eram as impressões capturadas por cartógrafos, que por vezes, repercutiam um discurso dominante. Na figura 1, chama atenção a ilustração de um dos representantes dos povos indígenas que aqui viviam, em que é retratado como antropófago.

Já na retratação dos povos ao sul do país, temos referencias de armas em posse desses povos. Luciana de Queiroz Pinto (2016) explica que, cenas como as retratadas eram tidas como cenas do cotidiano, observadas por viajantes, cartógrafos, etc. "A diferença é que canibais são aqueles que se alimentam de carne humana; muito distinta do caso dos tupinambás, por exemplo, que comem seus inimigos por vingança". (PINTO, 2016, p. 7).

A figura (2) é parte de um atlas de 29 páginas, referente ao mapa original, e faz parte do "Atlas de Diogo Homem", localizado no Museu Britânico, em Londres. Já a outra carta de Diogo Homem, datada do ano de 1568. Trata-se de um manuscrito em pergaminho. Seu original encontra-se na Biblioteca de Dresden, na Alemanha.

Temos também, para efeitos ilustrativos, o mapa de Desseliers (1550).

[31]Luciana de Queiroz Pinto (2016), em *"Uma análise sobre a representação do indígena em dois mapas de Diogo Homem, 1558 e 1568"*. Disponível em: 27LucianaPinto_3SBCH.pdf (ufmg.br). Acesso em 05 de março de 2023. Página 3 do arquivo digital. Página 311 do arquivo impresso, na íntegra.

Figura 3- Mapas Históricos Brasileiros, da enciclopédia Grandes Personagens da Nossa História, ed. Abril Cultural, São Paulo/SP, 1969.



Fonte: Mapa de Desseliers (1550). Site **Novo Milenio. Disponível em:** http://www.novomilenio.inf.br/santos/mapa55.htm. Reprodução do fac-simile existente na mapoteca do Ministério das Relações Exteriores, situada no Rio de Janeiro, no então estado. Acesso em: 03 de jan. de 2023.

Na figura (3), temos a representação do interior do território americano, em que são destacadas as lutas entre povos, arcos, flechas, os animais dos quais se tinha notícias e outros elementos ilustrativos que era descritos por viajantes, mapas portugueses. Muitas vezes, nas primeiras cartografias documentadas, percebemos o uso constante de imagens figurativas, que buscavam retratar o os povos e tribos observados em cada região.

Para Mônica Balestrin Nunes (2016) em *"Cartografia e paisagem: o mapa como objeto de estudo",* "Os elementos iconográficos presentes nos mapas também merecem atenção do autor, na medida em que as imagens, ornamentos e adereços presentes nos mapas se tornam parte da mensagem a ser transmitida". (NUNES, 2016, p. 99).

As informações de viagens de cartógrafos eram influenciadas por lendas e crenças da época. É possível observarmos no interior da imagem, que o cartógrafo Desseliers (1550) retratava, por exemplo, o interior com tribos que eram governadas por brancos. O destaque no

mapa também vai para a região onde hoje fica o Peru, em que é retratado por Desseliers, um conflito armado entre índios e castelhanos. Portanto, notamos a importância de tais mapas para compreensão de como o território, hoje brasileiro, era percebido e noticiado. Mapas, cartas, regulamentos, são de suma importância para compreendermos como o território era reconhecido e retratado.

2. A PRATICAGEM DA BARRA DA TUTÓIA

Neste capítulo, observaremos como a praticagem da barra da Tutóia é observada nas escritas e fontes analisadas. Serão observadas informações sobre o regulamento para a praticagem das barras do Parnaíba. Seguiremos observando as considerações de Gercinair Silvério Gandara, que em 2008, escreve sua tese de doutorado intitulada *"Rio Parnaíba... Cidades-Beira"*.

Temos as escritas de Antonino Freire (1907), em "*Os limites entre os estados do Piauí e do Maranhão",* escritas de Pe. Claudio Melo (1985) em "*A prioridade do norte no povoamento do Piauí",* Mairton Celestino das Silva (2016), em sua tese de Doutorado intitulada "*Um caminho para o Estado do Brasil: colonos, missionários, escravos e índios no tempo das conquistas do Estado do Maranhão e do Piauí, 1600-1800"* bem como as considerações do mapa de Simplício Dias da Silva, de 1806 e 1826, retratando os braços do rio Parnaíba, entre outros estudos que auxiliam na construção da escrita.

Temos as contribuições dos professores historiadores Me. Marcus Pierre de Carvalho Baptista e Dr. Francisco de Assis de Sousa Nascimento, que refletem sobre os serviços de praticagem, no trabalho intitulado *"Amarração entre o Piauí e o Ceará: modernidade, conflitos e litígio entre piauienses e cearenses na segunda metade do século XIX"*. Contando ainda com fontes como o jornal Nortista (1901), o Almanack da Parnahyba (1924, 1925 e 1927), bem como escritas que partem do ponto de vista maranhense, como é o caso de Justo Jansen Ferreira, *em "A barra da Tutoya"***.** Livro publicado em 1908, como forma de resposta e discordância direta ao livro de Antonino Freire (1907), que defendia a barra da Tutóia como genuinamente piauienses.

Desse modo, iniciaremos observando os estudos de Gercinair Silvério Gandara, que em 2008 escreve sua tese de doutorado intitulada *"Rio Parnaíba... Cidades-Beira"*, apontando que em 1857 temos o primeiro regulamento que transcorre sobre a praticagem das barras do rio Parnaíba. Sobre essa temática, em uma de suas passagens na escrita, a autora discorre sobre o primeiro regulamento para a praticagem das barras e portos no rio Parnaíba:

> Foi também no ano de 1857 que se expediu o primeiro regulamento para a praticagem das barras e portos no rio Parnaíba, cuja navegação se inauguraria dois anos depois. No regulamento lê-se no trecho referendado pelo conselheiro José Andrade Saraiva, e mandado observar por aviso do ministério da Marinha, de 11.12.1857 "regulamento para a praticagem das barras do rio Parnahyba, na Província do Piauhy, organizado, segundo o disposto nos artigos 91 e 92 das Capitanias dos Portos, de 19.05.1846". (GANDARA, 2008, p. 157).

Gercinair Silvério Gandara (2008) cita que a navegação se realizaria dois anos depois da data da expedição do regulamento. Antonino Freire (1907) também cita os usos e praticagens do rio Parnaíba, com ênfase na barra da Tutóia e sua praticagem por parte do Piauí, para fins comerciais.

Antonino Freire (1907) em uma de suas inúmeras citações de documentos, em posse de pesquisas realizadas também pelo jornal Nortista[32], n° 10, observou que o referido jornal cita um trecho do Ministério dos Negócios da Marinha, 3° secção – N° 1450. – Rio de Janeiro, 13 de Junho de 1892, em seu CAPITULO I "o serviço da Praticagem", em que consta o "Art. 1. A praticagem do Piauhy, compreende as barras da Amarração, Canarias, Cajú e Tutoya, formadas pelo Parnahyba". (Nortista, 1901 apud FREIRE, 1907, p. 33).

Observamos de acordo com o documento apresentado por Antonino Freire (1907) e também pelo jornal Nortista (1901), que o termo "praticagem" era abordado até mesmo por documentos oficiais, na intenção de apontar o uso realizado pelo Piauí nessas áreas destacadas, incluindo a barra da *Tutoya*.

Nas primeiras abordagens escritas, percebemos que nem sempre o mapa piauiense foi retratado com a vastidão que hoje ele dispõe. Para termos uma ideia, Padre Cláudio Melo (1985) destaca que hoje, o que compreendemos como território piauiense, nem sempre foi captado nas escritas historiográficas. O Piauí, como retrata Pe. Cláudio Melo (1985) em "*A prioridade do norte no povoamento do Piauí"*, era compreendido como um rio, cuja civilização se estendia por outros vales paulatinamente:

> Piauí não era a vastidão que compreende hoje o Estado do Piauí, mas apenas um rio, em cujo vale se desenvolveu uma civilização que logo se estendeu por outros vales, como o do Gurguéia, do Canindé, atingindo por fim, do Parnaíba às serras que nos ligam ao Ceará, Pernambuco e a Bahia. (MELO, 1985, p. 71).

Ao descrever o Piauí nas suas primeiras alvoradas de seus núcleos de povoamentos, Pe. Cláudio Melo (1985) realça também que é na Freguesia e Vila de Mocha que nascem as primeiras organizações religiosas e políticas do Piauí. Conforme ocorriam os reconhecimentos e retratações territoriais "o nome Piauí passou a designar todas aquelas terras que estavam à margem direita do Parnaíba" (MELO, 1985, p. 72).

[32] O jornal Nortista foi um importante veículo de comunicação. Com sua sede em Parnaíba, o jornal circulava entre os anos de 1901 a 1902. Um dos compromissos do jornal era informar e acompanhar de perto sobre a causa que envolvia o litígio do Piauí, com ênfase no litígio entre Piauí e Maranhão a redação buscou de fontes documentais, consultas a historiadores, livros, leis e várias formas que possibilitasse a escrita sobre o litígio. Seu tom era de reivindicação, inflamando o patriotismo dos piauienses a não esquecerem a causa piauiense e seguirem na cobrança de uma resolução junto ao estado do Maranhão, sobre a integração da barra da Tutóia, limite entre os estados. As edições pesquisadas podem ser encontradas no site da Hemeroteca Digital Brasileira, da Biblioteca Nacional Digital Brasileira. Disponível em: Hemeroteca (bn.br).

Em "*Estudos de história do Piauí"*, Odilon Nunes (2014) escreve que, na primeira metade do século XVIII, o Piauí era uma expressão geografia indefinida. Documentos oficiais apontavam que a bacia oriental do rio Parnaíba era influenciada diretamente por o Maranhão, Ceará e Pernambuco. Odilon Nunes esclarece que:

> Em 1701, o Senado da Câmara da vila de S. José de Ribamar, do Ceará, pede que os dízimos fossem ali arrematados, desde a *Ribeira de Mossoró até ao rio Parnaíba e os sertões do mesmo, - distrito este que servirá de termo a esta Vila permitindo Vossa Real Majestade, porque além de serem as terras conquistadas com as armas do Ceará, cujos habitantes assistiram com suas fazendas para as despesas necessárias para a expedição das tropas que a conseguiriam, fica mais conveniente fazerem-se aqui as ditas rematações*. (NUNES, 2014, p. 202).

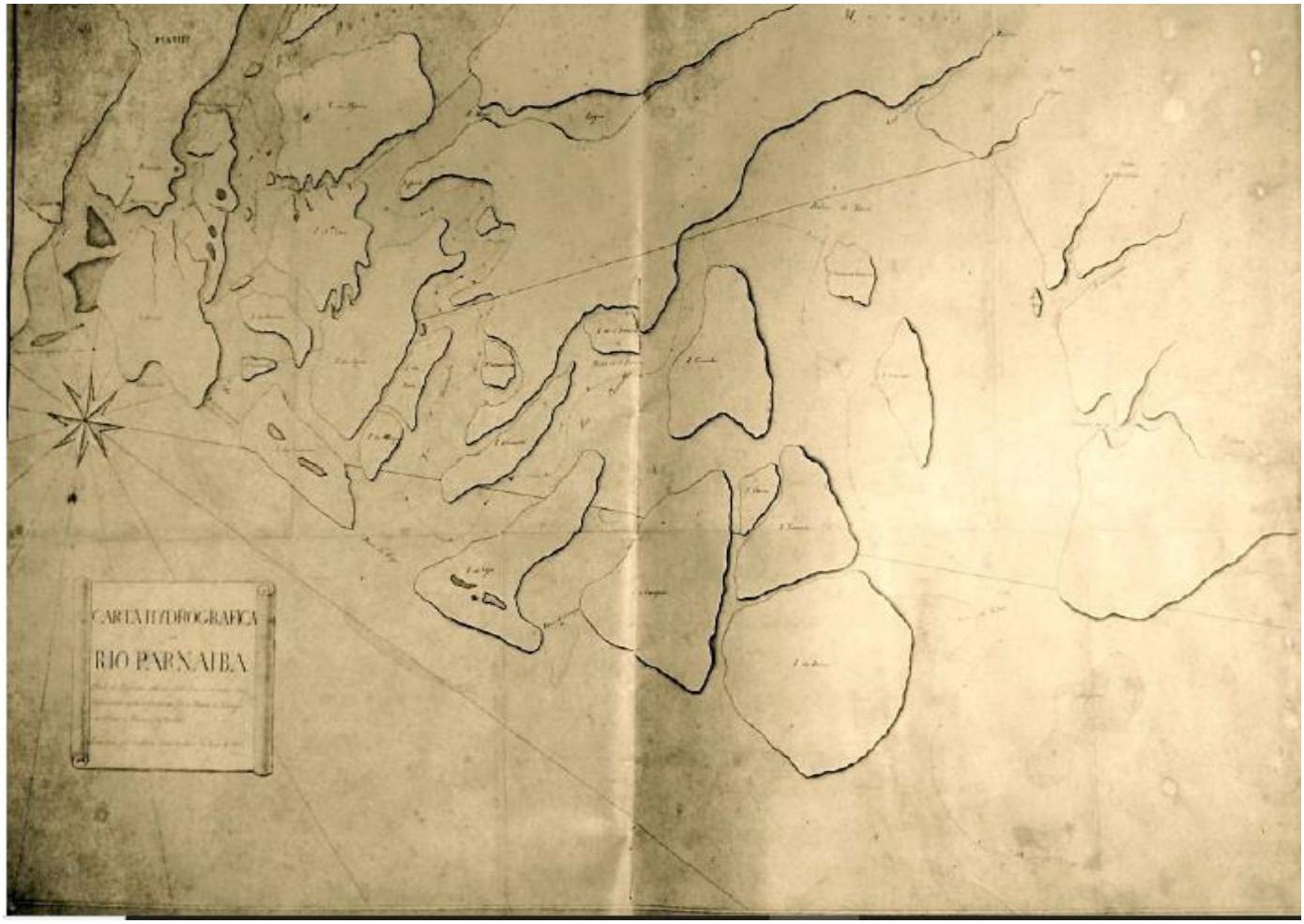
Odilon Nunes (2014) cita também as jurisdições as quais o Piauí passara, ao longo dos anos, como era o caso, por exemplo, das jurisdições a cargo do Maranhão, Ceará, em que o dízimo era pago a quem estivesse com a tutela do então Piauí.

Seguindo o mote de pesquisas e apontamentos que davam notícias de um rio caudaloso, que escala o mapa do Piauí e segue seu destino certeiro: o encontro com oceano atlântico, temos suas primeiras descrições, que remetem ao ano de 1806, data que Simplício Dias da Silva[33] realiza minucioso mapeamento das ilhas e demais informações do delta do rio Parnaíba.

Vejamos o mapa retratado:

[33] Simplício Dias da Silva nasceu em 1773, na vila de São João da Parnaíba, piauiense, foi um rico fazendeiro, presidente da província do Piauí, atrelado à política e econômica da Vila de São João da Parnaíba. Em 1806, foi nomeado comandante militar da vila de São João da Parnaíba, foi coronel-comandante do regimento de cavalaria miliciana. Simplício Dias da Silva esteve diretamente ligado à liderança do movimento de Independência, na Parnaíba. Desempenhou papel no movimento de emancipação política do Brasil, sendo assim, oferecido a ele o posto de primeiro na Presidência da Província do Piauí, mas o posto é recusado, passando para Manuel de Sousa Martins, depois visconde da Parnaíba.

Figura 4- Mapa de Simplício Dias da Silva - 1806



Fonte: SILVA, Mairton Celestino da (2016), em sua tese de Doutorado intitulada "*Um caminho para o Estado do Brasil: colonos, missionários, escravos e índios no tempo das conquistas do Estado do Maranhão e do Piauí, 1600-1800"*. Mapa extraído da Mapoteca do Itamaraty.

A figura (4), trata-se de um mapa, feito por Simplício Dias da Silva, no ano de 1806, que retrata detalhadamente todo o delta do rio Parnaíba. O mapa foi oferecido ao Coronel Carlos Cesar Burlamaqui, governador de S. José do Piauhy. "do rio Parnahyba, seus braços, Ilhas e Bahias (...) desde as Possões até diferentes baras (...) e dá costa a barra do Garassù, sua primeira foz, até a ultima que é a barra da Tutoya". (FREIRE, 1907, p. LXXXVIII).

Sobre o mapa da figura 4, para desenvolver tal trabalho, com todos os detalhes do delta do rio Parnaíba, Simplício Dias da Silva "Chamando pessoal habilitado, esquadrinhou, em pouco tempo, todas as barras e enseadas do formoso delta do Parnahyba, percorrendo-lhe as ilhas, e conseguindo, ainda no mesmo anno de 1806 remeter o mappa... (FREIRE, 1907, p. LXXXVII).

O mapa realça características geográficas, como é o caso das ilhas, mangues, freguesias, vilas. São destaques do lado do Maranhão a Tutóia e do lado do Piauí a vila de São

José da Parnaíba. Mairton Celestino das Silva (2016), em sua tese de Doutorado intitulada "*Um caminho para o Estado do Brasil: colonos, missionários, escravos e índios no tempo das conquistas do Estado do Maranhão e do Piauí, 1600-1800"* destaca que um dos grandes interesses de Simplício Dias da Silva voltava-se para o reconhecimento das ilhas para fins comerciais, distinguindo-as "como a Ilha do Caju, Grande, das Éguas, das Canárias, a de Santa Cruz, Poções, Mangues, Carrapato, Carnaubeiras e Ilha dos Índios, uma das maiores e que principia com o estuário que vai aos domínios territoriais do Maranhão." (CELESTINO, 2016, p. 133).

Mairton Celestino (2016) destaca também o nítido desejo de Simplício Dias da Silva em dinamizar o comércio do Piauí, com ideias para a movimentação comercial e o estabelecimento de uma alfandega na vila da Parnaíba.

O mapa retratado em 1806 por Simplício Dias da Silva serviria também, no ano seguinte, em 1807, para mapear todo o delta do rio Parnaíba e providenciar uma defesa armada que pudesse resguardar o litoral do Piauí contra possíveis entradas de invasores, fruto das guerras napoleônicas que assolavam as nações. Em posse de tal informação de ameaças de invasores, Carlos César Burlamaque, militar, que foi governador da província do Piauí e também primeiro governador de Sergipe, monta sua estratégia de defesa armada no que se compreendia litoral do Piauí, entendido como o ponto mais ameaçado da capitania.

Segundo Antonino Freire (1907), essa montagem de defesa incluía todo o delta do rio Parnaíba, incluindo a barra da Tutóia. O que, para o autor, sinalizava uma afirmação de tutela e praticagem da barra da Tutóia por parte de piauienses, já que os mesmos estavam dispostos a defendê-la contra ataques de invasores inimigos.

Nesse cenário, Antonino Freire (1907) destaca que, em 20 de outubro de 1806, Carlos Cesar Burlamaqui escrevia para o Sr. Simplício Dias da Silva, incumbindo-o de elaborar um mapa que detalhasse o litoral do então Piauí. Antonino Freire (1907) cita a escrita de um ofício escrito por Carlos Cesar Burlmaque a Simplicio Dias Da Silva: "Uns por já conhecidos e outros pela sua vastidão e apparencia vantajosa são Igaraçú, Cajú, Carrapato e Tutoya, sendo este ultimo o que se frequenta, tendo abandonado o primeiro por incommodo e arriscado", (FREIRE, 1907, p. LXXXVI).

Carlos Cesar Burlamaque, ao escrever sobre a escolha de Simplício Duas da Silva para realizar a produção de um mapa do rio Parnaíba e suas bocas, destacava em seu ofício: "nenhuma pessôa mais hábil, inteligente e activa do que vmc. e para poder conseguir este fim, de maneira certa e segura, lhe doou toda a autoridade que eu posso dar e tão inteira como si fosse mesmo quem a dita deligencia fizesse [...]. (FREIRE, 1907, p. LXXXVII).

É comum observarmos, de acordo com as fontes analisadas, que o rio Parnaíba, desde os primórdios das comercializações marítimas, era praticado - conhecido e utilizado - pelo então estado do Piauí. Outro dado importante é que desde os primeiros governadores do Piauí, havia uma preocupação com o reconhecimento oficial do território piauiense, bem como uma sinalização de preocupação com as áreas litorâneas, que deveriam defender-se de possíveis ataques, invasões ou ameaças estrangeiras. O mapa acima é fruto desses anseios de reconhecimento territorial e de uma melhor estratégia de defesa territorial, além de analises de como poderia ocorrer a comercialização marítima.

Gercinair Gandara (2008) salienta que Simplício Dias solicitava às autoridades portuguesas o direito de comercializar diretamente com o comércio de Lisboa. Esse desejo era em razão de buscar a emancipação econômica piauiense, já que o comércio "nessa época estava submetido a São Luís do Maranhão, em razão da inexistência de uma alfandega no Piauí. E por esta razão, os comerciantes eram obrigados a passar com seus produtos pelo entreposto ou do Maranhão ou de Pernambuco". (GANDARA, 2008, p. 233)

A seguir, temos a figura (5)[34] que retarata o delta do rio Parnaíba, bem como seus cinco braços, que são eles: Igaraçu, Canárias, Cajú, Melancieira e Tutóia. Ficando o Piauí com o litoral que corresponde atualente a Luís Corrêia, tendo como praias: Atalaia, Coqueiro, Macapá, Barra Grande e Cajueiro. Sobre o rio Parnaíba e suas características, vejamos na figura (5) como, em 1826, encontrava-se distribuído o mapa do delta do rio Parnaíba:

A figura (5) mostra a planta do rio Parnaíba referente ao período oitocentista, em que Manoel de Souza Martins, encontrava-se na governança do Piauí, em 1826:

[34] Planta que mostra as fozes do rio Parnahiba, e barras da Província do Piauhy, até a Barra da Tutóia, da Província do Maranhão. Suas comunicações por garapés, , e as habitações colocadas nos lugares que o autor viu. 1826. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart514927/cart514927.jpg. Acesso em 28 de novembro de 2022

Figura 5- Planta que mostra as fozes do rio Parnahiba, e barras da Província do Piauhy, até a Barra da Tutóia, da Província do Maranhão. Suas comunicações por garapés,, e as habitações colocadas nos lugares que o autor viu. 1826.



Fonte: Planta que mostra as fozes do rio Parnahiba, e barras da Província do Piauhy, até a Barra da Tutóia, da Província do Maranhão. Suas comunicações por garapés, e as habitações colocadas nos lugares que o autor viu. 1826. Planta disponível no site da Biblioteca Nacional Digital Brasil: em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=30485. Acesso em: 12 de Maio de 2023.

Uma das plantas mais conhecidas do rio Parnaíba, no campo da historiografia piauiense, presente no site da Biblioteca Nacional Brasil[35] e também disponível no site

[35] . **Planta que mostra as fozes do rio Parnahiba e barras da provincia do Piauhy até a barra da Tutoia, da provincia do Maranhão suas communicaçoens por garapés e as habitaçoens colocadas nos lugares que o**

Instituto de Terras do Piauí – INTERPI[36], retrata a ilustração do primeiro mapa hidrográfico que detalha características da bacia do rio Parnaíba, com as informações e esclarecimentos de Antonio Caetano da Silva Ferreira. O mapa refere-se às reformulação do mapa de Simplício Dias da Silva, que ganhava novas interpretações e anexação de características constantemente observadas, como é o caso de uma maior evidencia das ilhas, da própria barra da Tutóia, claramente ilustrada. As reformulações do mapa estavam relacionadas também com as reivindicações e esclarecimentos de colonos.

Na figura (5), na planta, é possível observar as primeiras interpretações de como eram as fozes do rio Parnaíba. Observamos as Províncias do Piauí e do Maranhão, em um dos principais documentos do século XIX. É possível vermos as barras do Caju, Canárias, também o povoado de Tutoia, por exemplo.

Temos a figura (6), uma reformulação da figura (5), que havia passado por mudanças reivindicadas por donos de terras, inclusive, essa é uma razão para que a planta seja constantemente reformulada, como é o caso dessa reformulação de 1826. Nela, é possível ver com precisão o delta do rio Parnaíba e localizar onde começa e termina o litoral piauiense.

Na planta da figura (5) é possível observar as cinco bocas do rio Parnaíba que deságuam no mar, de acordo com a grafia utilizado pelo autor da planta, são elas: Barra do Igaraçu, Barra da Parnahyba ou Canárias, Barra do Caju, Barra do Carrapato e Barra da Tutóia.

Observemos com atenção especial as curvas que formam a divisa do Piauí com o Maranhão, observamos desde a barra do Igaraçu até a entrada do delta do rio Parnaíba:

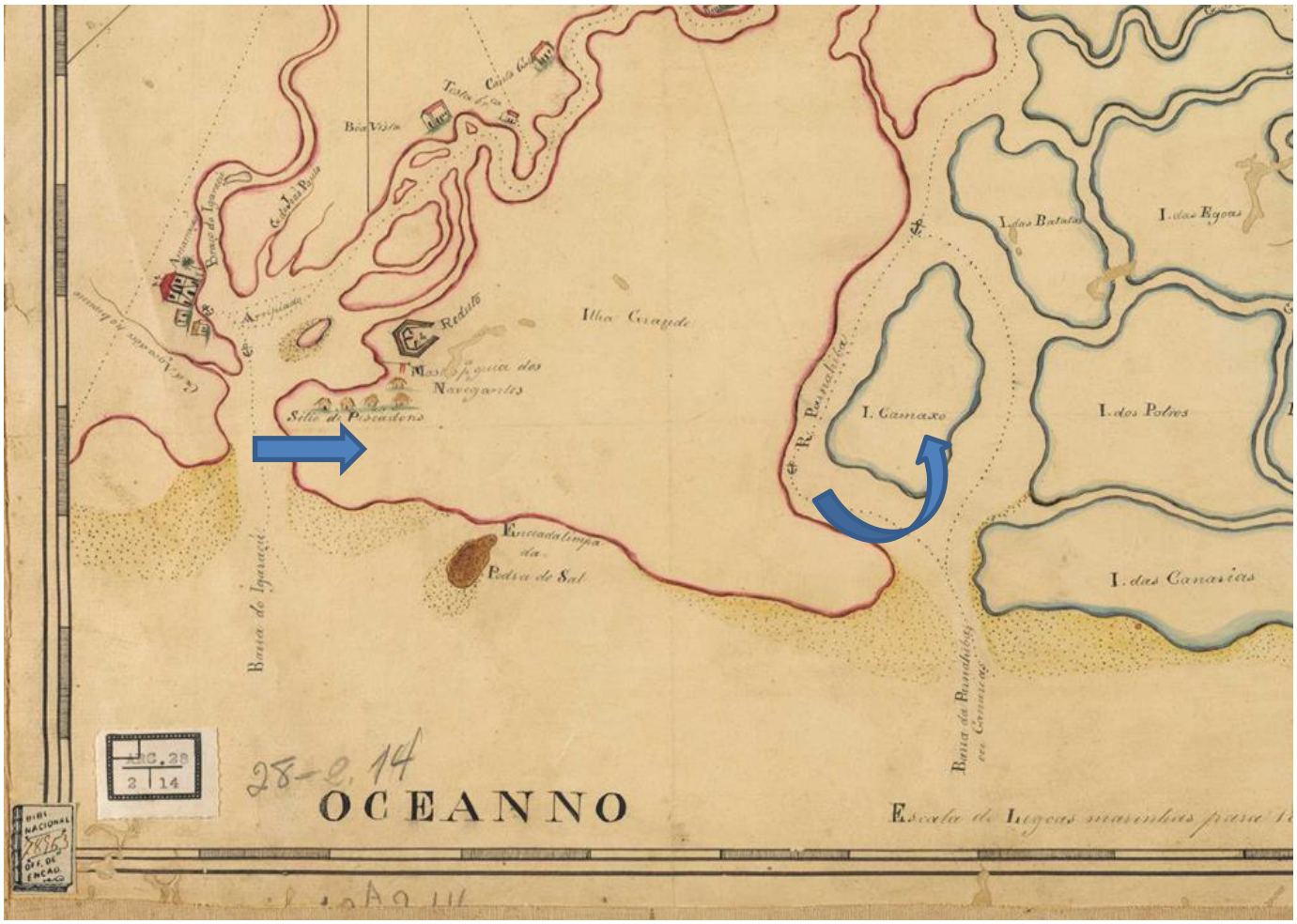
---

autor vio [Cartográfico]. 1826. Disponível em: Biblioteca Nacional Digital Brasil: em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=30485. Acesso em: 12 de Maio de 2023.

[36]Instituto de Terras do Piauí – INTERPI. Disponível em: Terras (interpi.pi.gov.br).

Figura 6- 1826. Recorte da "Planta que mostra as fozes do rio Parnahiba, e barras da Província do Piauhy, até a Barra da Tutóia, da Província do Maranhão. Suas comunicações por garapés, e as habitações colocadas nos lugares que o autor viu. 1826.

.



Fonte: site: Recorte realizado pela autora. *Planta que mostra as fozes do rio Parnahiba e barras da provincia do Piauhy até a barra da Tutoia, da provincia do Maranhão suas communicaçoens por garapés e as habitaçoens colocadas nos lugares que o autor vio [Cartográfico] – 1826.* Disponível em: Biblioteca Nacional Digital Brasil: em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=30485. Acesso em: 12 de Maio de 2023.

Na planta retratada na figura (6)[37], constam as fozes do rio Parnaíba e barras da Província do Piauhy até a Barra da Tutóia, da Província do Maranhão. É possível observarmos em destaque desde a barra do Igaraçu, em vermelho, demarcando a área do Piauí, até a barra da *Parnahyba*, em azul, no território identificado como maranhense.

[37] Recorte realizado pela autora, referente à "*Planta que mostra as fozes do rio Parnahiba e barras da provincia do Piauhy até a barra da Tutoia, da provincia do Maranhão suas communicaçoens por garapés e as habitaçoens colocadas nos lugares que o autor vio [Cartográfico]"* – 1826. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart514927/cart514927.jpg. Acesso em 20 de novembro de 2022.

No ano de 1826, ano em que a referida planta é divulgada, como dito, tínhamos à frente da governança do Piauí o brigadeiro Manoel de Souza Martins, que via a abertura da barra da Tutóia um possível local de vulnerabilidade, que pudesse facilitar a entrada de invasores. Com base nesse receio, uma das primeiras medidas tomadas por Manoel de Souza Martins teria sido o envio de uma representação ao governo imperial, pedindo-lhe que fosse anexada ao Piauí toda a barra da Tutóia. "Só assim, o presidente do Piauí se sentiria forte para defendê-la contra os inimigos externos". (FREIRE, 1907, CI). Tal pedido não foi prontamente atendido, mas ficava a promessa de uma resolução para quando fossem tratados os assuntos sobre os limites das províncias imperiais.

Essa reformulação da planta, segundo Mairton Celestino da Silva (2016) em "*Um caminho para o Estado do Brasil: Colonos, missionários, escravos e índios no tempo das conquistas do Estado do Maranhão e Piauí, 1600-1800"* se deu também devido às reivindicações territoriais por colonos, que alegavam estar sob domínio dos povos indígenas boa parte do território que se almejava ocupar.

Outro fator a ser observado nos planos de Simplício Dias da Silva, sobre o rio Parnaíba, segundo Mairton Celestino (2016) seria também porque haviam interesses em estabelecer uma alfândega na vila da Parnaíba:

> Nos planos de Simplício Dias da Silva havia o nítido interesse em estabelecer uma alfândega na vila da Parnaíba e que ela pudesse dinamizar o comércio de carnes e couros com São Luís, Pará e Lisboa mediante, claro, a descoberta de uma rota marítima favorável a esse tipo de empreendimento. Seu plano já havia sido comunicado ao governador da capitania do Piauí, Pedro José Cesár de Meneses, em março de 1804, quando Simplício Dias apontava as qualidades favoráveis da Vila da Parnaíba e do rio de mesmo nome que a banhava como preponderantes nos negócios com as demais capitanias e, sobretudo, no comércio Atlântico envolvendo couramas, em pêlo e em sola, madeiras, carnes secas e "muitos outros gêneros, cujo comércio despertará a cobiça dos preguiçosos2 (SILVA, 2016, p. 133).

Mairton Celestino (2016) observa que muitos dos colonos objetivavam um avanço econômico, na criação de gado, visando também o comércio marítimo, bem como o aproveitamento dos rios para plantação, entre outros planos para alavancar a economia piauiense.

Duas situações são identificadas, no que tange os estudos e narrativas sobre o litoral piauiense, em especial o delta do rio Parnaíba. Um dos principais registros de mapas detalhados do delta do rio Parnaíba surge no ano de 1806, como vimos, com a planta de Simplício Dias da Silva (Figura 6), posteriormente essa planta ganha novas observações.

Isso mostrava uma segunda situação: o Piauí buscava afunilar suas responsabilidades comerciais e reconhecer seu território, mostrando que a data da planta, que consta de 1806, antecede o próprio acordo de troca realizada por Piauí e Ceará, mostrando que antes do Decreto Imperial nº 3.012 de 1880, já estava o litoral, anexado ao Piauí.

Eric de Melo Lima e Iracilde Maria de Moura Fé Lima, publicam, em 2020, o artigo intitulado "*Configurações de Territórios: Litígios entre os estados do Piauí e do Ceará"*[38] ressaltando que, tempos depois, nem mesmo o IBGE, em 2015, levou em consideração, para as questões de litígio territorial envolvendo o Piauí e o Ceará, o mapa do Engenheiro Militar Enrico Antonio Galluccio, datado de 1760. "O conceito de litígio, segundo Ferreira (2001), está relacionado à questão judicial, a exemplo desta área que é palco do conflito de interesses entre o Piauí e o Ceará". (LIMA, LIMA, p. 10, 2020).

Desse modo, seguindo as situações identificadas, temos a segunda finalidade, que também estava voltada para o mapeamento territorial e para as formas de estudar melhorias para a economia piauiense, via comercialização marítima.

A primeira situação observada, desde estudos sobre o Piauí Colonial, seria a presença de discussões que denunciam a ausência de uma saída para o mar, de uma rota de exportação comercial marítima que pudesse atender diretamente às demandas da elite comercial piauiense. Graças ao papel importante do historiador, sabemos, através de documentações, que o Piauí não foi desprovido de litoral.

2.1 A PRATICAGEM DA BARRA DA TUTÓIA, QUESTÕES PARA SE PENSAR O LITORAL DO PIAUÍ

No presente tópico buscaremos analisar algumas das principais discussões que atravessam as escritas bibliográficas sobre a genuinidade da barra da Tutóia e sua praticagem portuária. Observaremos como a sociedade e os teóricos no século XX percebem essas questões estacionadas no tempo e como elas reverberam nas bibliografias analisadas.

Antes de adentrarmos às questões que permeiam as escritas postuladas por intelectuais piauienses, entre outros escritores e fontes aqui abordadas, iniciaremos orbitando em torno das divisões territoriais sobre as províncias do Piauí e Maranhão, como essas percepções eram abordadas na escrita da história de seu tempo.

Seguiremos na observação de como se deu a praticagem da Tutóia, pertencente a um dos cinco braços do rio Parnaíba, em seu requisitado papel portuário e como essas contendas

[38] Revista Equador (UFPI), Vol. 9, Nº 4, Ano, 2020, p.193 – 213. Home: http://www.ojs.ufpi.br/index.php/equador ISSN 2317-3491. Acesso em 20 de Maio de 2023.

entre piauienses e maranhenses são abordadas ao longo do tempo. Vale ressaltar que, o termo "praticagem" se vale da ideia de "fazer uso", "praticar"- com base em conhecimentos sobre a área explorada - o território[39].

No artigo intitulado *"Amarração entre o Piauí e o Ceará: modernidade, conflitos e litígio entre piauienses e cearenses na segunda metade do século XIX",* os professores historiadores Me. Marcus Pierre de Carvalho Baptista e Dr. Francisco de Assis de Sousa Nascimento (2021) refletem sobre os serviços de praticagem, ao apontarem que "O serviço de praticagem comumente utilizado em portos para auxiliar as embarcações a manobrarem e terem acesso a portos ou atracadouros evitando acidentes marítimos." (BAPTISTA e NASCIMENTO, 2021, p. 14)[40].

Desse modo, o Piauí que observamos nas escritas e pesquisas realizadas, fala sobre a praticagem da barra da Tutóia por parte dos piauienses, na intenção de justificar, através dessa praticagem, a posse que deveria estar sob a tutela piauiense. Assim, gravitaremos em torno das narrativas tecidas no século XX, abordando questões que surgem através de interesses em intensificar as reivindicações da barra da Tutóia, bem como seu uso/praticagem portuária.

Neste capítulo, foram utilizadas também como suporte metodológico, fontes de comunicação, como é o caso do jornal Nortista (1901) e do Almanack da Parnahyba (1924, 1925 e 1927). Assim como algumas falas de pesquisadores maranhenses, que validam e sinalizam a presença dessas lacunas a serem estudadas e incorporadas na historiografia piauiense.

Portanto, é buscando compreender essas tensões narrativas e discussões territoriais entre os estados do Piauí e Maranhão pela disputa secular da titularidade e praticagem da barra da Tutóia que seguiremos neste tópico. Nesse sentindo, o suporte das fontes aqui analisadas nos permite experienciar novos direcionamentos da pesquisa e, assim, nos guiar nesse mar de reivindicações ora piauiense, ora maranhense, sejam elas através de perspectivas políticas, econômicas ou sociais.

---

[39] Vale ressaltar que o termo praticagem também está relacionada com o ofício do "prático". Conforme o site do Ministério da Infraestrutura, podemos entender que "O prático é o profissional especializado que possui experiência e conhecimentos técnicos de navegação e de condução e manobra de navios, bem como das particularidades locais, correntes e variações de marés, ventos reinantes e limitações dos pontos de acostagem e os perigos submersos". (Ministério da Infraestrutura, 2023). Disponível em: Praticagem — Ministério da Infraestrutura (www.gov.br).

[40] BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho. NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa."Amarração entre o Piauí e o Ceará: Modernidade, Conflitos e Litígio entre piauienses e cearenses na segunda metade do século XIX". Me. Marcus Pierre de Carvalho Baptista e Dr. Francisco de Assis de Sousa Nascimento. Artigo disponível em: 1627923360_ARQUIVO_4f0b6ce419672d00d434c432e642435b.pdf (anpuh.org). Acesso em 20 de Abril de 2023.

Vejamos o seguinte esquema, que consta alguns dos principais argumentos elaborados por pesquisadores piauienses e maranhenses na primeira metade do século XX:

Tabela 2- Argumentos de piauienses e maranhenses sobre a titularidade da barra da Tutóia.

<table>
<tr><th>PIAUÍ</th><th>MARANHÃO</th></tr>
<tr><td rowspan="2">FREIRE, Antonino. Limites entre os estados do Piauí e Maranhão. Teresina. 1907.

• Tutóia era considera porto do Piauí
• Mapa de Gallucci 1760;
• Praticagem das barras de Amarração, Canárias, Caju e Tutóia;
• João Pereira Caldas e a defesa armada de 1763;
• Manoel de Sousa Martins, o Visconde da Parnaíba, reclamava a restituição do território usurpado.</td><td>FERREIRA, Justo Jansen. A barra da Tutoya. Maranhão. 1908

Responde a FREIRE (1907) sobre as confusões de nomenclatura do termo Maranhão:

• Povoamento central;
• Naufrágio e perda de documentos;</td></tr>
<tr><td rowspan="2">VASCONCELOS, Benedito de Barros. A Tutoya e o Delta do Parnayba. Maranhão.

• Confusão de termos: Maranhão, Parnaíba;
• João Pereira Caldas não gerou intervenção em Tutóia;
• Ausência de reivindicações anteriores</td></tr>
<tr><td>Nortista (1901):

• Litoral surrupiado por Maranhão e Ceará;
• Ausência de demarcações das províncias;
• Inflamação do patriotismo do povo parnaibano, no ano de 1901, em prol da causa</td></tr>
</table>

relacionada à reivindicação da barra da Tutóia	AMARAL, José Ribeiro. **Limites do Maranhão com o Piauí ou a questão da Tutoya.** Imprensa oficial. Maranhão, 1910. • Ambição a um porto lucrativo: - Silencio do Piauí; • Pioneirismo Maranhense e cearense; • Documentação.

Fonte: elaborado pela autora (2019).

De acordo com o quadro elaborado[41], notamos alguns dos principais argumentos desenvolvidos ao longo das pesquisas e escritas de piauienses e maranhenses observadas. As contendas que remontam discussões sobre a quem de fato pertencia a barra da Tutóia estavam em alta durante o ano de 1901, data referente às publicações do jornal Nortista, seguido do ano de 1907, com a escrita de Antonio Freire. Em resposta direta à escrita de Antonino Freire (1907), temos a publicação de Justo Jansen Ferreira, em 1908, e por fim, as escritas de José Ribeiro do Amaral, em 1910[42].

Desse modo, o Piauí surge com essas reclamações, em que reivindica a barra da Tutóia como sendo parte do litoral do Piauí, inflamando o povo, ao reinaugura essa temática de pendencia com o Maranhão. Em contra partida, os maranhenses dedicavam-se a comprovar o contrário, deixando claro que a barra da Tutóia sempre pertencera ao estado do Maranhão. Um dos principais motivos para ambos os estados disputarem a barra da Tutóia se dava por questões políticas e econômicas. De um lado, o Maranhão defendia sua integridade territorial consagrada, com a presença de uma das barras que compõem o rio Parnaíba que melhor correspondia às atividades portuárias, de outro lado, o Piauí, que fazia valer de seu direito, sustentado pelo fato de estar em posse, com a ação de praticagem, da barra da Tutóia.

[41] Tabela extraída do trabalho de monografia de Maria Natielly Soares Campos (2019), *intitulado "Um Piauí no Maranhão ou um Maranhão no Piauí? Discursos e narrativas bibliográficas sobre a genuinidade da barra da Tutóia (1901-1910)".*

[42] A estruturação da presente pesquisa se deu, em grande medida, por essas fontes analisadas e que foram integradas a outras fontes de pesquisa, imprescindíveis para o trabalho.

2.2. QUESTÕES SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DAS CAPITANIAS E PRATICAGEM DA BARRA DA TUTÓIA

Iniciaremos com uma indagação necessária para compreensão do presente tópico: Onde começam as discussões sobre a titularidade da barra da Tutóia?

As narrativas que evidencia a questão da barra da Tutóia, um dos braços do rio Parnaíba, pertencente ao Maranhão, nos são descortinadas desde as discussões sobre as imprecisões nas doações das capitanias hereditárias.

Contribuições como as de Jorge Pimentel Cintra (2013), em "*Os Limites das Capitanias Hereditárias do Sul e o Conceito de Território"* auxiliaram nas discussões sobre as distribuições das capitanias. Novamente, escritas como as de Antonino Freire (1907), em "*Limites entre os estados do Piauhy e no Maranhão"*, jornal Pátria, jornal Nortista, nos auxiliaram nas discussões sobre a praticagem da barra da Tutóia e como essas questões eram abordadas. Outras discussões serão abordadas ao longo da escrita, como veremos.

Pe. Claudio de Melo (1985), em "*A prioridade do norte no povoamento do Piauí"*, escreve que seria o Piauí, povoado do litoral para o interior. Como veremos a seguir. Antonino Freire (1907) escrevia que o fato da barra da Tutóia possuir excelentes ancoradouros gerou a cobiça do Maranhão. O Piauí utilizava-se da barra da Tutóia para escoar seus produtos. Freire (1907) escreve sobre uma carta, escrita em 30 de março de 1826, ano em que, segundo o autor, o Piauí, sob o governo de Manoel de Souza Martins, teria recebido um ofício do Ministro da Marinha, pedindo informações sobre o litoral do Piauí, incluindo a barra da Tutóia. Veremos também as informações do jornal Nortista (1901), falando sobre a barra da Tutóia e sua genuinidade atribuída ao Piauí.

Iniciaremos comentando brevemente sobre as divisões das capitanias, em que Antonino Freire (1907), ao fazer esse recuo na história, observa que os estado que hoje correspondem ao Piauí, Ceará e Maranhão, foram doados em consórcio para os fidalgos Ayres da Cunha, João de Barros e Fernand' Alvares, entre os anos de 1534 e 1536. Mas o que chama atenção são as narrativas que revelam a imprecisão dessa divisão territorial, como veremos a seguir.

Algumas questões que antes eram temas controversos e até mesmo duvidosos, como a presença de um litoral pertencente ao Piauí, já encontram-se esmiuçados por pesquisadores e historiadores, em especial intelectuais piauienses. E no tocante à história do Piauí, as narrativas que remetem ao século XVI e XVII ainda são encontradas de forma menos densa. Desse modo, fica a cargo dos pesquisadores e historiadores pesquisarem e explorarem nossas histórias, nossas narrativas e nossas raízes, sobre aquilo que nos constitui.

A exemplo disso temos as escritas de Pe. Claudio de Melo (1985), em "*A prioridade do norte no povoamento do Piauí"*, em que o autor busca, de forma cabal, estabelecer as ideias de que teria o Piauí iniciado sua povoação do norte, entendido como o litoral, para o interior, visão que vai contra as discursões que defendem de forma definitiva um Piauí povoado do interior para o litoral.

Essas narrativas que deságuam inevitavelmente na construção de um viés que nos revela novas vertentes e que rompem com narrativas já cristalizadas, sobre o desbravamento do Piauí por Domingos Jorge Velho e Afonso Mafrense, vislumbram múltiplas faces e novas infinidades de se perceber a historiografia piauiense desde sua colonização e os efeitos nos tempos atuais. Sobre essas percepções, aborda Pe. Claudio Melo (1985) em *A prioridade do norte no povoamento do Piauí*:

> A tese da prioridade entre os dois Domingos é um dos meus argumentos principais para provar a prioridade do norte sobre o povoamento do Piauí, pois afirmo, com Odilon Nunes, a presença de Domingos Jorge Velho na bacia do Poti, por volta do ano de 1662. (MELO, 1985, p. 39).

Pe. Claudio Melo (1985), ao analisar o pioneirismo dos Domingos no povoamento do Piauí, utiliza-se dessas versões de grandes historiadores para enfatizar sua própria tese: a de que seria o norte do Piauí o berço dos primeiros contatos com as terras piauienses, ao tocarem e conhecerem o litoral, como foi o caso de Nicolau de Resende, náufrago que habitou a faixa litorânea, conviveu com os povos indígenas que aqui viviam e constituiu família, como já mencionado anteriormente. Para o autor, antes da instalação das primeiras fazendas de gado, o Piauí teve seu litoral conhecido e ocupado, mas a grande concentração territorial seu deu de forma mais densa no interior do que hoje corresponde ao mapa do Piauí.

Para alguns historiadores e pesquisadores, os registros de Nicolau de Resende, em 1571, sustentam revalidações de que o Piauí possuía um litoral e que há muito era mencionado, sendo assim, uma das discussões que reinauguram os debates sobre o litoral piauiense.

Mas, para compreendermos e alinharmos as percepções sobre as divisões das capitanias, nos entornos de 1534, quando tudo era compreendido como Maranhão, temos as escritas de Antonino Freire (1907):

> A capitania do Maranhão teve para limites, aproximadamente os mesmos da doação de João de Barros e Ayres da Cunha; o Estado do Maranhão estende-se desde o Amazonas até ao Ceará.
>
> Tarefa difficilima è estabelecer sobre actos positivos e claramente expressos, os limites das antigas circunscripções administrativas do Brazil. Porque a falta de legislação sobre o assumpto è quase absoluta e as divisões territoriais das primitivas capitanias hereditárias, que è a base remota sobre a

> qual pode assentar o traçado dos ditos limites, è deficiente e anarchica. (FREIRE, 1907, p. XIV).

Nas percepções do autor supracitado, o fato de, desde as divisões das capitanias, todo o emaranhado de terras correspondente ao Ceará, Maranhão e Piauí serem todas intituladas de Maranhão, causou e ainda causa grandes controvérsias e discussões sobre essas divisões, como relatam as bibliografias examinadas.

Isso porque além de imprecisões territoriais, havia uma presença de duplicatas de nomes, identificados em documentos e mapas. Um exemplo dessa duplicata de nomes é o termo Maranhão, que ora aparecia como o que hoje compreende a região da Ilha de São Luís, ora se referia a todo o território que abrangia sua jurisdição territorial.

Sabe-se que as três capitanias foram doadas para serem exploradas em consórcio entre Fernand' Alvares, João de Barros, Ayres da Cunha, e que tal doação gera até a atualidade extensivas pesquisas, abordagens e interpretações.

Observando a figura (9) a seguir, que se trata de uma releitura de Jorge Pimentel Cintra (2013), podemos constatar as mudanças adotadas pelo autor, ao contestar as referencias encontradas no século XVI, mas propondo uma releitura, utilizando como suporte fontes primárias, como o mapa de Battolomeu Velho, cartas de doações, etc.

Como já mencionado anteriormente, relembraremos como estavam divididas as sesmarias entre os três sócios, todos amigos do rei. A figura (9) exemplifica como essas capitanias hereditárias eram pensadas ao longo do século XVI, já a figura (10) retrata como Jorge Pimentel Cintra (2013), em "*Os Limites das Capitanias Hereditárias do Sul e o Conceito de Território"* [43] compreende essas divisões territoriais, através de suas pesquisas:

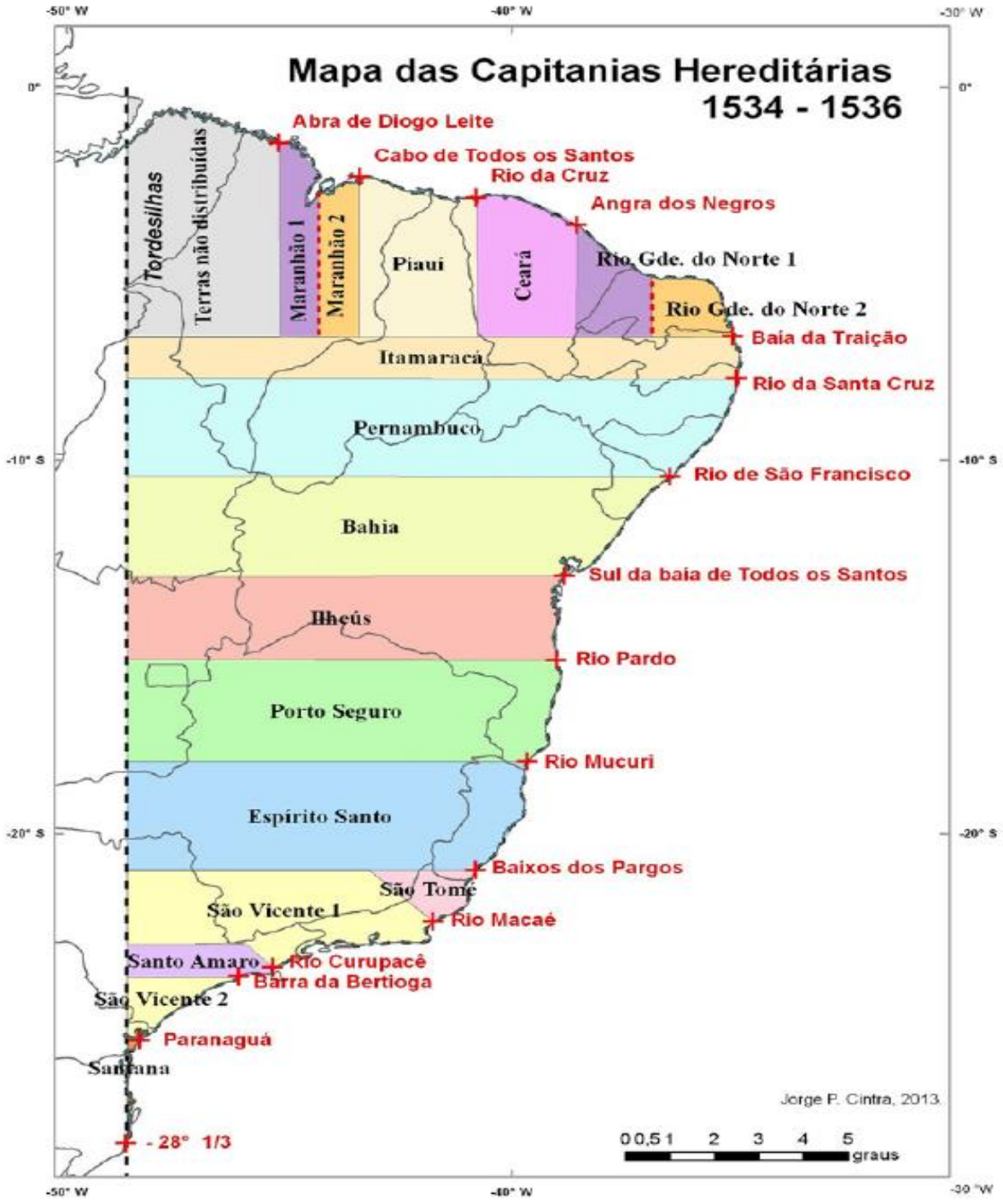
[43] Site Histo é História. Disponível em: https://dougnahistoria.blogspot.com/2015/11/mapas-historicos-capitanias.html.

Figura 7- Retratações das divisões das capitanias no século XVI



Fonte: Site Histo é história. Jorge Pimentel Cintra (2013), em "*Os Limites das Capitanias Hereditárias do Sul e o Conceito de Território"*. Disponível em: https://dougnahistoria.blogspot.com/2015/11/mapas-historicos-capitanias.html.

Figura 8: Mapa das capitanias Hereditárias – 1534 – 1536. Adaptação de Jorge Pimentel Cintra (2013)



Fonte: Jorge Cintra Pimentel Cintra (2013). Disponível em: https://dougnahistoria.blogspot.com/2015/11/mapas-historicos-capitanias.html.

Dessa forma, Cintra (2013) através de suas pesquisas nos possibilita observarmos não somente como se encontravam divididas as capitanias hereditárias de Ayres da Cunha e João de Barros, mas também a existência de terras que não estariam divididas. Na figura (8) Cintra (2013), retrata que as mudanças são observadas em especial nas linhas divisórias das capitanias do norte. Que deixam o modelo de acompanhar os meridianos e passam a ser identificadas a partir dos paralelos. Isso dificultaria uma divisão igualitária das capitanias.

Nota-se também, na figura (10), que seus dados evidenciam o Piauí como dono de uma vasta faixa litorânea. Partindo do pressuposto de que as sesmarias teriam sido efetivamente doadas de forma igualitária entre os três donatários sócios.

Sobre as divisões das primeiras sesmarias do Piauí, Alencastre (2005) em *"Memória cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí",* comenta sobre a Carta Régia de 19 de junho de 1761, que, destinada a João Pereira Caldas, então governador do Piauí, estabelecia a autorização de novas concessões de terras. O autor também cita sobre a data de 1776, data em que uma doação fica registrada:

Segundo Alencastre (2005), as primeiras sesmarias do Piauí foram concedidas em 12 de outubro de 1676, a divisão para cada um correspondia a 10 léguas em quadro, na margem do Gurgueia. Ficando dividida "Por Dom Pedro de Almeida, governador de Pernambuco, ao capitão mor Francisco Dias de Ávila, ao seu irmão Bernardo Pereira Gado ao Capitão Domingos, Afonso Serão, e seu irmão Julião Afonso Serra". (ALENCASTRE, 2005, p. 166).

Padre Claudio Melo (1985) aborda essas percepções ao analisar a emergência de observar de uma forma amplificada e até mesmo problematizada o que se defende de forma categórica, cristalina e imaculada.

Assim nos é reveladas as fontes piauienses que transcorrem sobre a praticagem e a titularidade da barra da Tutóia, ao nos disponibilizar uma multiplicidade de fontes, argumentos e pontos de vistas. Antonino Freire (1907) ressalta:

> A Bahia da Tutoya com as suas excellentes qualidades de porto de mar, concorreu poderosamente para esse resultado, aguçando-a cubiça dos nossos visinhos. Possueella magníficos ancoradouros, sendo principal delles o do cajueiro, ponto de escala dos vapores, trasatlanticos e por onde se faz hoje um activissimo commercio. (FREIRE, 1907, p. LIX-LX).

Freire (1907) cita que ao possuir a barra da Tutóia excelentes ancoradouros, acabou gerando cobiças do estado vizinho, ao utilizar a bahia da Tutóia como ferramenta de navegabilidade e movimentação comercial pela economia maranhense.

Dessa forma, Antonino Freire (1907) destaca dois fatores que incluem o litoral piauiense, nas linhas da historiografia piauiense, a saber: a primeira sinalização sobre os relatos de Nicolau de Rezende, que como vimos anteriormente, juntamente com seus companheiros de tripulação, teriam naufragado nas praias do litoral do Piauí, em 1571, apontando não apenas as presença dessa faixa litorânea como também relatando algumas atividades comerciais que envolvia pedras preciosas, por exemplo.

O segundo caso retratado seria o advento do 30 de março de 1826, ano em que, segundo Antonino Freire (1907), o Piauí, sob o governo de Manoel de Souza Martins, teria

recebido um ofício do Ministro da Marinha, pedindo informações e esclarecimentos sobre as barras do rio Parnaíba, incluindo a barra da Tutóia. Os rastro dessas narrativas que são apresentadas, despertam o interesse de compreender como se deu a construção das narrativas sobre o litoral piauiense e como a barra da Tutóia é apresentada nesses estudos.

As temáticas que envolvem questões territoriais entre o Piauí e Maranhão, a respeito da titularidade da barra da Tutóia, são percebidas também nos estudos de Alexandre Wellington dos Santos Silva (2020), em um capítulo intitulado "*Trabalho e cotidiano no Delta do Parnaíba no entresséculos (XIX e XX)",* no livro organizado pelo mesmo autor, intitulado "*Mundos do Trabalho no Piauí, história, sociabilidades e resistências"* e publicado em 2020:

> Aberto por cinco braços e totalizando 73 ilhas, o Delta do Rio Parnaíba é uma região que hoje está sob a jurisdição dos estados do Maranhão e Piauí. Estudado por diversos autores[1] mapas e registros de viagem apontam para uma intrincada rede insular de fauna e flora diversificada e abundante. Muitos detalhes são oferecidos ao pesquisador quanto a geografia do lugar, especialmente durante o litígio pela posse da barra da Tutóia, entre o Piauí e o Maranhão nas primeiras décadas do século XX (...). (SILVA, 2020, p. 85).

Tal citação nos serve como termômetro para observar que, de fato, essas temáticas e discussões estão inseridas na historiografia piauiense, e que muito ainda se deve pesquisar e compreender sobre esse período que reivindica a barra da Tutóia como genuinamente piauiense, com base em fontes que atestam seu uso nas atividades comerciais e na proteção marinha contra inimigos invasores. Compreender essas contendas nos auxilia em novos olhares e novas ramificações de pesquisas piauienses. Portanto, falar e escrever sobre história é como tocar no tempo, que, como uma simbiose, tempo e espaço ocupam o mesmo cômodo.

É nesse processo de simbiose, quando o espaço e o tempo parecem se tocar, que observamos as falas defendidas pelo jornal Nortista, de 1901 com sua sede em Parnaíba, edição 1 número 6[44], ao afirma que:

> O Piauhy foi e continua a ser prejudicado territorialmente pelos seus vizinhos do Maranhão e Ceará, que têm ultrapassado os nossos limites, apesar de determinados em diversos alvarás, decretos e leis. Continuaremos a tratar dos nossos limites com o Maranhão pelo contestado Tutoya, e mais tarde passaremos a occupar-nos dos limites com o Ceará, pela serra da Ibiapaba, cuja vertente occidental nos pertence, embora se ache sob o domínio do Ceará. (Nortista, 1901, Ano I, n°6).

[44] Jornal Nortista, 1901, Anno 1, n° 6. Em sua primeira página, trata do texto "Pelo Piauhy, integridade territorial. Tutoya II". Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/825565/per825565_1901_00006.pdf. Acesso em 03 de fev. de 2023.

Nota-se a presença de uma mobilização que articula uma vigilância social para com as questões que envolvem o território piauiense, ao alegar uma perda parcial da faixa litorânea que liga os estados do Piauí e Ceará, o jornal Nortista busca evidenciar a perda paulatina de outras áreas piauienses, em litígio com o estado maranhense.

O Jornal Nortista (1901) declarava seu apoio ao Piauí e suas reivindicações sobre a barra da Tutóia, e tudo isso acabaria inflamando os patriotas, ao escrever sobre as reivindicações territoriais almejadas. É nesse clima de integrar a sociedade aos interesses defendidos, que o *Almanack da Parnahyba,* nas edições de 1924, 1925 e 1927, que revela o grande desejo de parnaibanos, em especial a elite, em poder realizar negócios via comércio marítimo.

Outro importante jornal que faz referencia às questões de litígio envolvendo Piauí e Maranhão é o jornal Pátria, nas publicações de 1902. Uma de suas menções encontra-se localizada nas escritas de Antonino Freire (1907), no livro "*Limites entre os Estados do Piauhy e do Maranhão"* quando o autor faz uma citação sobre os olhares lançados pelo jornal a respeito da pauta em questão. Vejamos o que Antonino Freire (1907) cita, ao fazer um recorte do jornal:

> Depois de tomar conhecimento do relatorio dos trabalhos do Sr. Santos Ferreira, oficial do exercito portuguez, incumbido de fazer pesquisas nos arquivos da Torre do Tombo, Bibliotheca Nacional e outros do reino de Portugal, a commissão resolveu, por unanimidade, mandar reunir em volume todos os documentos publicados até agora e outros existentes sobre a questão da Tutoya, afim de serem aproveitados na defesa perante o tribunal arbitral, ou na acção judicial que o estado do Piauhy terá de mover ao do Maranhão, para a reivindicar aquelle território. (FREIRE, 1907, p. 264).

O referido autor, ao dialogar com o jornal Pátria, LVII, n° 123, sobre o "Delta Contestado" VII, nos revela trechos retirados do jornal que falam sobre uma reunião com a "commissão patriotica", incumbida de promover discursos e narrativas que reivindicavam a Tutoya como genuinamente piauiense. Nessa comissão, segundo o jornal semanal, citado por Antonino Freire, participavam "Os srs. Coronéis João Augusto Rosa, Manoel Raymundo da Paz e Lysandro Francisco Nogueira, major Manoel Lopes e drs. Antonino Freire e Miguel Rosa" (FREIRE, 1907, p. 204).

Antonino Freire (1907) disponibiliza um trecho extraído dessa mesma edição do jornal Pátria, em que é divulgado um balanço dos valores arrecadados para a produção de volumes de documentos em prol do Piauí. Tendo como tesoureiro da comissão o Coronel Manoel Raymundo da Paz, os valores em posse da comissão, estavam alçados em:

> Eis o balanço dos valores ainda em poder do thesoreiro da comissão, coronel Manoel Raymnundo da Paz:

Quantias recebidas.....4.993.090
Despendido até agora.....1.910.250

Saldo R$ 3.082.840
(Da Patria n.° 123.).
(FREIRE, 1907, p. 265).

Como observado, a comissão, a convite do presidente coronel João Augusto Rosa, incumbida de angariar provas, documentos e qualquer referencia sobre o delta do rio Parnaíba, bem como sobre a praticagem da barra da Tutóia sob o Piauí, encontrava-se com a responsabilidade de juntar volumes de documentos que pudessem ser utilizados pelo Piauí em uma defesa seja em ação judicial, ou tribunal arbitral. Como mencionado, Antonino Freire também fazia parte da "commissão patriotica".

Já sobre os pedidos de anexação da barra da Tutoya ao Piauí, Antonino Freire (1907) transcreve um trecho do "relatório apresentado em 1901, ao Dr. Arlindo Francisco Nogueira, governador do estado, pelo coronel João Augusto Rosa, Secretário de Estado da Fazenda":

> IV. Reclamação documentada do presidente do Piauhy em 14 de março de 1825 para ser anexada á sua província a barra da Tutoya. A reclamação, reconhecida justa pelo governo imperial (aviso de 15 de julho de 1825), foi, todavia, adiada para quando se fizesse a demarcação geral dos limites das províncias. E' curioso acrescentar que no mesmo anno de 1825 (portaria de 4 de novembro) era o governo do Piauhy, e não ao do Maranhão, que o ministério da marinha se dirigia para obter esclarecimentos sobre o porto da Tutoya.
> (...)
> VII. Regulamento expedido em 11 de dezembro de 1857, pelo ministro da marinha, para a praticagem das barras na província do Piauhy. A da Tutoya está compreendida, e é importante acrescentar que o ministro que expediu o dito regulamento foi o conselheiro José Antonio Saraiva, profundo conhecedor das cousas do Piauhy, cuja administração pouco antes deixara. (FREIRE, 1907, p. 344-345).

Antonino Freire (1907) elenca em seu livro uma série de documentos que trabalham a sua tese de ter o Piauí o direto secular sob a barra da Tutóia. A citação acima aborda uma dessas questões, em que o presidente do Piauhy, em 1825, fazia uma reclamação, pedindo que fosse anexado à sua província a barra da Tutoya. Nesse exemplo, temos alguns dos tópicos retirados do relatório de 1901, direcionado para o governador do estado. Além da questão litigiosa com o Ceará, o Coronel João Augusto Rosa, Secretário de Estado da Fazenda, citado por Antonino Freire, ressaltava que "A questão da barra da Tutoya é, ao meu ver, a que reclama mais immediata solução. (FREIRE, 1907, p. 343).

Outro trecho do jornal Pátria, do ano de 1902, sobre o texto "O Delta Contestado" VII, publicação do ANNO I, num. 9, e escrito por Miguel Rosa, cita um episódio que ocorreu em 1901, quando Antonio Mineu Castello Branco, um piauiense, que morava na ilha de Santa

Cruz, por se recusar a renegar sua própria pátria, foi intimado a mudar-se dentro de três dias, caso não obedecesse, estaria sujeito a prisão. O jornal cita ainda um relatório escrito por o engenheiro civil Antonino Freire da Silva ao Governador do Piauhy:

> "Tendo-o percorrido ultimamente (o delta parnahybano) pude verificar que, apesar dos longos anos do domínio, a tradição popular guarda intacta a soberania piauhyense e esta tradição é bastante forte para não fazer esquecer aos filhos do Piauhy, que como tal se consideram, repelindo a nova pátria que lhes querem oferecer". (Patria, 1902, Anno I, num. 9).

Nessas duas partes descritas pelo jornal, percebemos duas importantes informações. A primeira é que esses movimentos transcendiam os debates do campo acadêmico, uma vez que, segundo o jornal Pátria (1902), o Maranhão fazia uso de praças, forças de defesa armada, para conter os levantes e desobedientes, que contestavam a soberania maranhense sob o territorial em questão. Outra informação é a presença de uma cultura piauiense, que utilizava a identidade como meio patriótico de reconhecimento popular. E essas tradições buscavam se sobressair da "pátria que lhes queriam oferecer".

Outro ponto que é tocado pelo jornal, é o fato de que ficava sob responsabilidade do governo do Piauí todas as informações prestadas sobre a Tutoya. "Convém dizer que todas as ordens referentes a Tutoya, informações prestadas ao governo e até participações dos diversos postos, ali emanavam do presidente do Piauhy" (Patria, 1902, Anno I, num. 9).

No mesmo texto do jornal Pátria, que, aliás, é redigido por Miguel Rosa, nesta mesma edição citada anteriormente, comentava sobre os praças e oficiais que foram enviados para abafar os protestos e a campanha cravada em 1902. Vejamos o que escrevia Miguel Rosa no jornal Pátria:

> Aos que acompanham com interesse este litigio, uma cousa prende logo a atenção: o silencio do Maranhão. Diante da forte campanha levantada no Piauhy, apenas aprouve ao governador do estado transparnahybano consignar algumas phrases em sua mensagem de 1902 sobre a pendencia, depois de haver mandado destacar praças e officiaes no contestado, para abafar protestos, justas revoltas dos nossos coestadanos. (Patria, 1902, Anno I, num. 9).

Ao inclinar o povo piauiense a um olhar para essas questões, nos é desvelada as formas de fabricar essa memória, que garante que posteriormente possamos observar as tensões produzidas nas falas que nos são tecidas, identificadas em narrativas de identidade social. Como demonstram os fragmentos analisados no jornal Pátria, de 1902, havia um sentimento patriota, um desejo de persistir com as origens que se identificavam como piauienses.

Dentre alguns intelectuais maranhenses, ao questionarem as razões pelas quais o Piauí demorou para reivindicar o que afirmariam ser-lhes seu de direito, notamos a fala de José Ribeiro Amaral, em "*Limites do Maranhão com o Piauí ou a questão da Tutoya",* (1910), ao ressaltar:

> E cabe aqui perguntar: emquanto, em obediencia á lei, assim procedia o Maranhão, que fazia o Piauhy? Se lhe pertence o delta do Parnahyba, porque não deu então a registro nenhuma das ilhas supra-mencionadas, e nem se quer protestou contra o acto do Maranhão? (AMARAL, 1910, p. 112-113).

Essas questões que permeiam as divisões das capitanias hereditárias indicavam desde então para as imprecisões de suas doações, que já apresentava nas divisões em léguas os seus primeiros indícios de certas imprecisões. Como já observado, sobre a divisão das capitanias e seus respectivos donatários, temos a capitania do Maranhão, de posse dela Ayres da Cunha, e a capitania do Piauí sob a tutela de João de Barros.

Jorge Pimentel Cintra (2013), ao estudar essas questões e observar os demais estudos como o de António Baião (1932), esclarece que:

> No tocante às léguas de cada donatário, as cartas forais dos dois primeiros (Aires da Cunha e João de Barros) especificam 50 léguas para cada um; não se dispõem do foral de Fernando Álvares de Andrade, e a de António Cardoso de Barros, além de fornecer os limites, especifica dois valores contraditórios para a testada da capitania: 50 léguas (provavelmente por cópia mecânica dos dizeres iniciais repetitivos de outra carta de doação) e 40 léguas, valor que se repete por duas vezes no mesmo documento e que coincide com o valor da carta de foral.
> A carta de doação de João de Barros esclarece não só os dados da sua como da de Aires da Cunha: "ordenei ... duas capitanias de cem léguas [no total, subentende-se] e a cada uma cinqüenta léguas ... [e as] ditas cem léguas ... as hão de repartir entre si igualmente de tal maneira que cada um deles fique com sua capitania de 50 léguas" e mais abaixo: "segundo a repartição que ... entre si fizerem das ditas cem léguas 42 (CINTRA, 2013, p.30).

Percebemos de início, nas falas de Jorge Cintra (2013) que em seus estudos e interpretações de autores que trabalham sobre o tema, o autor nos coloca a ideia embrionária das divisões dessas capitanias, que seria uma divisão por igual, de cinquenta léguas para cada fidalgo para as capitanias escaladas, como já citado ao decorrer desse trabalho, no entanto realidade das faixas litorâneas da contemporaneidade nos revela um afunilamento do litoral piauiense e consequentemente uma perda paulatina de seu litoral.

3. ALMANACK DA PARNAHYBA E JORNAL NORTISTA: QUESTÕES PARA SE PENSAR O LITORAL DO PIAUÍ E A BARRA DA TUTÓIA.

Ao longo do capítulo, observaremos movimentos como os do jornal Nortista, voltado para a defesa da titularidade da barra da Tutóia como piauiense, e como isso inflamava os patriotas. Narrativas como as de Antonino Freire, em sua escrita sobre os "*Limites entre os estados do Piauhy e no Maranhão"*, escrito em 1907, embalam nossas mentes e nos impulsionam para a geração de novas pesquisas que apontam em suas linhas escritas. Antonino Freire segue inflamando discursos sobre a genuinidade da barra da Tutóia e propondo novos olhares sobre a questão territorial piauiense, em especial as questões litorâneas.

Desse modo, tanto Antonino Freire (1907) como o jornal Nortista (1901), operariam em função de inflamar os sentidos patriotas dos piauienses, reivindicando, nas palavras de ambas as referências, aquilo que lhes era compreendido como de direito secular.

Vejamos:

> Apresentamo-nos mais uma vez sobraçando documentos claros e convenientes, plenamente comprobatórios dos nossos direitos, sobre os quais, o menor vislumbre de dúvida restará após a leitura dos documentos que iremos apresentando gradativamente. Delles deduz como conclusão immediata e certa, o reconhecimento do nosso direito secular a posse do achipelago do delta do Parnahyba até a barra da Tutoya, a qual nos pertence desde de os primeiros tempos do Brazil-colonia, desde o século XVI, mas que está actualmente sob a jurisdição do Maranhão. (NORTISTA, 1901, ano 1, n° 6).

Dentre os principais argumentos, Antonino Freire (1907) também estabelece a tese que, longe de ser uma forja sua, transcreve fontes e documentos que atestam o direito secular do Piauí por sua reivindicada faixa litorânea em questão: a barra da Tutóia. Em uma de suas argumentações Freire conclui que:

> E a prova de que a metrópole portugueza considerava a Tutoya porto piauhyense, é que, mais tarde, consentiu que por elle entrassem os barcos que, carregados na Parnahyba, regressava pela Amarração, sendo o serviço fiscalisado pelas nossas auctoridades. Dão testemunho disso, inúmeros mappas de entradas sahidas dos navios, existentes no archivo da Secretaria do Governo do Piauhy. (FREIRE, 1907, p. LXXXIII).

Partindo de tais perspectivas e debates, daremos segmentos às narrativas que discorrem sobre a praticagem da barra da Tutóia, enquanto porto de importantes comercializações, cobiçada e responsável pelo escoamento de produtos piauienses. Antonino Freire (1907) em um dos fragmentos extraídos do jornal Nortista (1901) traz o um recorte

sobre a batalha e o compromisso do jornal, que desde a criação busca lutar pela causa piauiense:

> É pela restituição desse território que o "Nortista" desde a sua fundação batalha, e não sentiu-se ainda desfalecido na luta, pois que diariamente aparecem novas e importantes fontes de documentos, opiniões valiosas e competentes no assumpto, proclamando a nossa soberania no referido território. (Nortista n.° 23 apud FREIRE, 1907, p. 93).

O jornal, no trecho evidenciado por Antonino Freire (1907), em seguida, deixa clara sua intenção: a de lutar "em prol desse querido torrão onde nascemos". O jornal falava em nome do Piauí, dos piauienses e da reivindicação das cinco bocas/barras que compunham a extensa faixa litorânea "surrupiada". Em outro momento, anteriormente, o autor cita outro trecho do jornal Nortista (1901) "Na defesa sacrossanta do nosso extremecido Piauhy, o 'Nortista' não poupará esforços, nem medirá sacrifícios. (Do Nortista n.° 21.)". (FREIRE, 1907, p. 89)

As discussões sobre litígio que envolve Piauí com o Maranhão não é algo comum de encontrarmos, isso porque a temática territorial envolve corriqueiramente os estados do Piauí e Ceará. O jornal Nortista, em sua edição Anno I, N° 6, de 9 de fevereiro de 1901, retrata sobre a temática partindo da seguinte perspectiva:

> O Piauhy foi e continua a ser prejudicado territorialmente pelos seus vizinhos do Maranhão e Ceará, que tem ultrapassado os nossos limites, apesar de determinados em diversos alvarás, decretos e leis. Continuaremos á trata dos nossos limites, com o Maranhão pelo contestado Tutoya, e mais tarde passaremos a ocupar-nos dos limites com o Ceará, pela serra Ibiapaba, cuja vertente Occidental nos pertence, embora se ache sob o domimo do Ceará. (Nortista, 1901, Anno I, N° 6).

O jornal Nortista (1901), desde as suas primeiras edições, assegurava aos piauienses o desejo de seguir pesquisando, analisando, consultando historiadores, mapas e todos os tipos de fontes que levasse aos conterrâneos a garantia de não deixar que tal temática fosse esquecida. O mapa, utilizado como fonte histórica, tem a capacidade de mostrar pontos que, apenas a escrita não daria conta, como são os casos de mapas que asseguram o que está sendo escrito à época, e que nos servem como complementos históricos.

O mesmo se vale aos jornais. Como é o caso da campanha do jornal Nortista, que se destacou de 1901 a 1902 com publicações e ferrenhas críticas e cobranças ao estado do Maranhão. O jornal Nortista deixava claro que contava com apoio e fôlego documental para tal empreitada.

No dia 2 de março de 1901 o jornal Nortista realizava uma publicação com uma lei que autorizava o estado do Piauí a tratar sobre os assuntos de integralização e delimitação

territorial com os estados do Piauí e Maranhão. Tratava-se da Lei N°. 226, publicada em 20 de junho de 1900. Sobre a questão territorial com o Maranhão:

> Raymundo Arthur do Vasconcellos, Governador do Estado do Piauhy. Faço saber a todos os Seus habitantes que a Câmara decreta e eu promulgo a seguinte lei:
> Art. l.° Fica o Governador do Estado auctorisado a entrar em accordo com os governos dos Estados do Maranhão e Ceará sobre as delimitações dos referidos Estados com o do Piauhy nos pontos onde ellas se conservam duvidosas e a firmar tratados marcando essas delimitacões.
> § 1. É ponto duvidoso, para os efeitos desta lei, quanto ai estado do Maranhão, a barra da Tutoya, que separa, no literal, o Piauhy do território maranhense.
> § 2.° São pontos duvidosos, quanto ao Estado do Ceará, os lugares occupados por esse Estado em território visivelmente piauhyense, tomando-se em consideração respeitada a queda das aguas, a linha divisaria natural adoptada desde tempos imemmoriaes, isto é, a grande serra que partindo do sul deste Estado e separando-o dos da Bahia e Pernambuco vem terminar, ao norte, entre as comarcas de Viçosa, do Ceará, e Parnabyba, do Piauhy,—até chegar ao marco final constituído pelo rio e Barra da Timonha. (Nortista, 1901, Anno I, N° 9).

Todas essas fontes nos levam a observar que durante os anos de 1901 a 1902 o jornal Nortista esteve comprometido, em suas edições, a assegurar ao povo piauiense constantes disponibilidades de informações e pesquisas que acompanhavam de perto a cobrança ao estado vizinho, o Maranhão, para que resolvesse junto ao Piauí, as pendencias que envolviam o litígio territorial divulgado. Em 28 de Junho de 1902[45], o jornal Nortista noticiava:

> Os nossos limites com o Maranhão e Ceará são, neste momento, objecto de séria discussão. A questão da Tutoya, pricipalmente, tem despertado o mais vivo interesse da parte de todos os piauhyenses verdadeiramente amantes do seu torrão natal. (Nortista, 1902).

Notamos nesta passagem do jornal Nortista (1902), que são despertados na sociedade o sentimento patriota, de lutar por seu território, entendido como de direito. Entre 1901 a 1902[46], até onde foi analisado, o jornal escreve de forma expressiva sobre o desejo em reaver a barra da Tutóia. Mesmo citando o caso do litígio com o Ceará, não são deixadas de lado as

[45] O jornal encontra-se rasurado, não sendo possível observara informações sobre a edição. Mas o arquivo encontra-se disponível na Hemeroteca Digital Brasileira, em: http://memoria.bn.br/pdf/825565/per825565_1902_00008.pdf. Acesso em 20 de Maio de 2023.

[46] Biblioteca Nacional Digital Brasil- Hemeroteca Digital Brasileira. Nortista: **Publicação Semanal (PI) – 1901 -1907.** Disponível em: https://www.bing.com/ck/a?!&&p=1492720893dae951JmltdHM9MTY3NTcyODAwMCZpZ3VpZD0wNGI5NzU3YS1jZTg3LTY5NzEtMDgyOC02NzFkY2Y5MzY4NzYmaW5zaWQ9NTE2NA&ptn=3&hsh=3&fclid=04b9757a-ce87-6971-0828-671dcf936876&psq=jornal+nortista+1901+arquivo+dididal&u=a1aHR0cDovL2JuZGlnaXRhbC5ibi5ici9hY2Vydm8tZGlnaXRhbC9ub3J0aXN0YS84MjU1NjU&ntb=1. Acesso: 05 de jan. 2023.

contendas com o Maranhão. O mesmo movimento é percebido no jornal Pátria (1902), que também abordava sobre a temática, em um texto escrito por Miguel Rosa, como vimos.

Sobre o desejo do Piauí de possui um porto, de alavancar sua economia, podemos observar as escritas referentes a Amarração, atual Luís Correia, no início do século XX, clamam por um olhar mais detalhada sobre essas divisões e saídas para o mar, sobretudo porque desde as divisões das capitanias, passando pelos movimentos econômicos das províncias, o Piauí ansiava por um litoral, exatamente como nos mostra o *Almanack da Parnahyba*, de 1924:

> A pitoresca villa, cujo nome serve de epigraphe a estas linhas, distante desta cidade apenas 16 kilometros, está destinada a um grande fucturo. Durante longos annos, pesou sobre ella, esmagadoramente, a mão rude da mais feroz perseguição da própria naturesa. A semelhança dum pequeno sahara, as areias movediças impelidas pelo vento impetuoso e forte soterravam os prédios erguendo sobre eles imensas Pyramides de areia ou de ouro, que emprestava naquela pobre terra, uma bellesa sinistra e aterradora. Em 1911, porém, o eminente e boníssimo Piauhyense, o então deputado federal, dr. Joaquim de Lima Pires Ferreira, volveu ás vistas para a infeliz Amarração e obteve do Governo Federal uma comissão de melhoramento para seu porto que valiosíssimos serviços emprestados áquellavilla, destinguindo-se e salientando-se a paralisação das dunas, levado a efeito durante um trabalho tenaz e perseverante de doze annos.
> Com a construção do Porto, que está sendo providenciada, Amarração, como a Phenix da fabula, ressurgirá de suas próprias Cinzas. Um futuro grandioso aguarda a sympatliicavilla, já possuidora de um clima adorável e sua veemente bafeijada pela amena brisa do mar. (ALMANACK DA PARNAHYBA, 1924, p. 9, transcrição Cleiton do Amaral).

As falas colhidas no *Almanack da Parnahyba* (1924) revelam o grande anseio da população parnaibana, nos anos áureos da B*elle Époque*[47] por a instalação do porto de Amarração, atual Luís Correia. Tudo isso gerava reboliço na sociedade, ao tempo em que crescia a vontade de progredir e modificar suas narrativas sobre a modernidade.

No período que corresponde aos tempos áureos das condições de navegabilidade do rio Parnaíba, temos o rio Igaraçu como veia pulsante que ligava o Porto das Barcas[48] à comercialização marítima do Piauí com as regiões do Brasil e do mundo. A construção do Porto das Barcas, beijado pelas margens do rio Igaraçu, guarda até os dias atuais a sua arquitetura e demonstração de como os armazéns se encontravam à beira do rio, facilitando o processo de escoamento de produtos comerciais.

[47] Momento de grandes referências e transformações urbanas na cidade de Parnaíba, que vivenciava mudanças sociais e experimentava novos costumes. Momento também de grandes avanços no comercio internacional, lançando o Piauí do século XX nas entranhas capitalistas em escala mundial. Nas narrativas da época, encontrava-se o Piauí em busca da emancipação daquilo que o detinha a fio: os traços coloniais.
[48] O Porto das Barcas também era conhecido como Porto Salgado.

Toda essa ebulição política e econômica constatada em Parnaíba, atestava a necessidade e ansiedade da sociedade e, principalmente da elite econômica, pela instalação portuária de Amarração. E essas abordagens, embora estivessem sob o espectro político, nos foram alinhavados como um desejo coletivo, mas que se revelava como critério para o desenvolvimento comercial piauiense. Teresinha Queiroz em *Econômica Piauiense* (2006) ressalta que:

> No Piauí, estava claro para alguns políticos, desde os meados do século XIX, que a realização do objetivo nacional de integração no âmbito da divisão internacional do trabalho, por meio da exploração de produtos agrícolas, só seria possível na medida do aproveitamento das áreas situadas às margens do rio Parnaíba e de seus afluentes. Esta proposta estava visceralmente ligada à tese de que a abertura de vias de comunicação e maiores facilidades de transporte seriam os elementos indutores do processo de inserção da economia piauiense ao contexto nacional e internacional. A condição para o desenvolvimento era, pois, a ruptura do isolamento em que jazia a Província. (QUEIROZ, 2006, p. 15)

Por tanto, pensar na necessidade de um porto genuinamente piauiense ecoa nessa pesquisa desde os estudos de Antonino Freire (1907), no movimento em que o autor acaba remontando um compilado de textos, decretos, cartas, referências de mapas, passando por o Jornal Nortista (1901), jornal Pátria (190122), *Almanack da Parnahyba* (1924, 1925 e 1927), bem como as abordagens de Joaquim Nogueira Paranaguá (2019), entre outros trabalhos abordados.

Em 1925 o Almanack da Parnahyba se referia ao resumo de exportações do Piauí. Tutoya era também mencionada como bahia do Cajueiro. Sobre os destinos das embarcações, eram retratados como "Da praça de PARNAHYBA, com destino aos portos da **Europa** e dos **Estados-Unidos,** durante o primeiro semestre de 1924, pela bahia do Cajueiro (TUTOYA)" (Almanaque da Parnahyba, 1925, p. 35)

Voltando à questão da barra da Tutoya, seguimos observando as falas de Antonino Freire (1907), ao mencionar a importância da barra da Tutóia para a movimentação comercial no delta do rio Parnaíba, ressalta o "território que o Maranhão usurpou ao Piauhy, na foz do Parnahyba". (FREIRE, 1907, p. LIX). Citando ainda que:

> A bahya da Tutoya com as suas excelentes qualidades de porto de mar, concorreu poderosamente para esse resultado, aguçando a cubiça dos vizinhos. Possueella magníficos ancoradouros, sendo principal deles e do Cajueiro, ponto de escala dos vapores translatlanticos e por onde se faz hoje um activissimocommercio. (FREIRE, 1907, p. LIX-LX).

Segundo Antonino Freire (1907), não somente a barra da Tutóia era cobiçada por seu estado vizinho, o Maranhão, como também, no 1715, essa região litorânea passou a pertencer

à jurisdição maranhense. Dessa forma, ficava o Maranhão sob a guarda de um importante porto, a cargo inclusive, de escoar produtos do próprio Piauí.

Essa empreitada causaria no Piauí uma espécie de invisibilidade comercial, ao passar seus produtos através de uma alfândega do estado do Maranhão. Notamos nas escritas do autor supracitado, que toda essa "invisibilidade" era também temida, por deixar rastros como a própria questão da imprecisão territorial do Piauí, e como isso repercutiria no que viria a ser a história do Piauí.

Variadas fontes permeiam as ideias de que o porto seria algo imprescindível para o estado, bem como ressalta o uso de Amarração para suprir as necessidades portuárias que assolavam desde o Piauí Colonial. Nessa busca por ter o Piauí um porto que conseguisse atender às necessidades econômicas, Joaquim Nogueira de Paranaguá, em seu livro "*Do Rio de Janeiro ao Piauí pelo interior do país: impressões de viagem"* aborda observações de que seria Amarração um porto importante, destaca

> O ancoradouro de Amarração é profundo e abrigado. A entrada da sua barra é arriscada, por causa de um banco de areia que vai tornando aquele porto impraticável. Nas grandes marés, alguns vapores transatlânticos ali penetram, mas o ancoradouro piauiense que nada deixa a desejar é o do Cajueiro, na baía de Tutóia. (Paranaguá, Nogueira, 2019, p. 153).

As pesquisas de Joaquim Nogueira (2019)[49], natural de Corrente (PI), abordam questões que permeiam os limites entre os estados do Piauí e Maranhão, apontando seus aspectos marítimos, econômicos e políticos, ao analisar as reivindicações da elite comercial de Parnaíba. O autor cita a tarefa arriscada que era a entrada da barra de Amarração. Tanto em o *Almanack da Parnahyba* (1924), quanto nas escritas de Joaquim Nogueira (2019)[50], são expressas as dificuldades encontradas no ancoradouro de Amarração, devido a suas condições naturais, que apresentavam empecilhos no porto.

Joaquim Nogueira (2019) cita um dos ancoradouros piauienses que nada deixa a desejar, situado na baía de Tutóia. Portanto, na busca de sanar essas questões portuárias, o Piauí engloba Amarração.

Cleto Sandys Nascimento de Sousa (2018), em sua tese: *ALMANACK DA PARNAHYBA: desejo de modernidade sob o véu da barbárie em Parnaíba - Piauí (1924 - 1941)* relata que essas elites parnaibanas nutriam um desejo mútuo da conquista de um porto piauiense.

---

[49] Joaquim Nogueira Paranaguá formou-se em medicina, exercendo suas funções em sua terra natal, Corrente, dedicou-se aos cuidados medicinais dos mais pobres, Paranaguá era também muito ligado à igreja Batista.
[50] Joaquim Nogueira Paranaguá formou-se em medicina, exercendo suas funções em sua terra natal, Corrente, dedicou-se aos cuidados medicinais dos mais pobres, Paranaguá era também muito ligado à igreja Batista.

Todas essas considerações de Cleto Sandys (2018) estavam imbricadas com as pesquisas em volta do Almanaque na Parnaíba. E sobre esse desejo de um porto, o autor cita:

> O frenesi de mercadorias exportadas e importadas que adentravam o Porto Salgado em Parnaíba tinham como porta principal de entrada e saída o Porto de Tutóia, localizado no vizinho estado do Maranhão, distante poucas milhas náuticas. Os comerciantes parnaibanos iniciaram, então, uma campanha junto ao governo federal para a construção do Porto de Amarração, na praia do mesmo nome que pertencia ao Piauí. Esse desejo de construir um porto piauiense era um engajamento da maioria da sociedade parnaibana e o Almanaque da Parnaíba, desde a sua criação, incentivou com bastante afinco a empreitada, conforme registros retirados das páginas do Almanaque. (SOUSA, 2018, p. 85).

Ao lermos tais informações, sobre a urgência de um porto excepcionalmente piauiense[51], destravamos outras informações caras a essas questões que envolvem litígio territorial, e foi, em meio a essa atmosfera de anseios políticos e econômicos, através dessa busca por finalmente colher os louros dessa empreitada, que em 1880, através do decreto n.3.012, de 22 de outubro de1880, foi formalmente efetivada a "troca" entre Príncipe Imperial na época piauiense (atual Crateús-CE) por Amarração (atual Luís Correia-PI).

Foi através desse movimento de "mexer os pauzinhos" que influentes elites econômicas do Piauí negociaram com homens políticos do Ceará e oficializaram o acordo que ainda hoje ecoa na história e sacode as decisões em trâmites judiciais até a vigente data. Dessa forma, entendemos que, passado, futuro e presente estão entrelaçados. Nogueira (2019) observa que essas questões que envolvem as divisões territoriais enfrentam problemas de precisão:

> Os limites entre o Piauí e o Maranhão, deste ponto para o sul, não estão definidos: o mesmo também acontece ao delta parnaibano, em consequência da pretensão do Maranhão ao domínio exclusivo da barra da Tutoia, contra o direito do Piauí. Sendo o rio Parnaíba conhecido, em sua parte setentrional, desde os tempos coloniais, outro tanto não acontecia com as suas vertentes. (...) Não estando definitivamente discriminados os limites entre o Piauí e o Maranhão, nos pontos extremos do grande e majestoso Parnaíba, é de conveniência que seja confiada à comissão que tiver de continuar os trabalhos de desobstrução do referido rio a incumbência desse estude, quanto à parte geográfica. (Paranaguá, Nogueira, 2019, p. 134).

[51] O porto de Tutóia funcionava como principal rota de ligação com o Piauí, isso se dava por ser uma boa rota, com melhores possibilidades para escoar os produtos do Piauí. Dos braços do rio Parnaíba, seu destaque foi notável, além de ter sido monitorada por o estado do Piauí, contra eventuais ataques, sua praticagem, por parte do comércio piauiense, abria brechas para que a barra da Tutóia fosse reivindicada. Essas questões envolviam alvarás, debates, documentos, mapas e muita cobrança por parte do estado do Piauí, em especial entre os anos de 1901 a 1910, e que via inúmeros motivos para reclamar a integridade territorial.

O autor faz aqui o mesmo exercício de Pe. Claudio Melo (1985), no sentido de que, cabe aos pesquisadores posteriores fazerem os devidos levantamentos e apontamentos dessas histórias que nos cercam.

Nem mesmo as instituições, nem o passado, nos são apresentados de forma engessada. No caso da barra da Tutóia, do território maranhenses, mesmo aparecendo de forma pronta, acabada, aparentemente, passa por desordens e inquietudes no campo da historiografia piauiense e consequentemente da incorporação no campo da história nacional, já que dispõe de fôlego e escritas que reinauguram essas temáticas envolvendo o Piauí, Maranhão e o rio Parnaíba.

As abordagens observadas nas leituras de Antonino Freire (1907) e do jornal Nortista (1901-1902) constatam o "direito secular do Piauí na praticagem e na titularidade da barra da Tutóia". Esses apontamentos reacendem no historiador o desejo de seguir pesquisas e novos olhares não só para a historiografia brasileira, mas para maiores aprofundamentos bibliográficos do Piauí, nos deixando cientes de que esses debates de fato ocorreram e que estão documentados. Notemos o que nos fala o jornal Nortista (1901):

> Della se deduz como conclusão immediata e certa, o reconhecimento do nosso direito secular a posse do archipelago do delta do rio Parnahyba até a barra da Tutoya, o qual nos pertence desde os primeiros tempos do Brazil colônia, desde o século XVI, mas que esta actualmente sobre a jurisdicção do Maranhão.
> O Piauhy, foi e continua a ser prejudicado territorialmente pelos seus visinhos, estados do Maranhão e Ceará, que tém ultrapassado os limites, apezar de determinados em diversos alvaras decretos e leis. (NORTISTA, 1901, Ano 1, n°6).

Como observado no trecho do jornal Nortista (1901), paira nas escritas piauienses em destaque, o ato de inflamar o direito entendido como piauiense, envolvendo o patriotismo dos conterrâneos e insuflando o desejo de devolução de sua faixa litorânea. O próprio *Almanack da Parnahyba* (1924) retrata questões como a necessidade do Piauí em um porto, retrata esse desejo de forma inflamada, chamando a responsabilidade para aqueles que devem agilizar a instalação portuária. Se voltarmos um pouco, observaremos Joaquim Nogueira, ao falar das impressões de viagem, citando que:

> Os limites entre o Piauí e o Maranhão, deste ponto para o sul, não estão definidos: o mesmo também acontece ao delta parnaibano, em consequência da pretensão do Maranhão ao domínio exclusivo da barra da Tutoia, contra o direito do Piauí.
> Sendo o rio Parnaíba conhecido, em sua parte setentrional, desde os tempos coloniais, outro tanto não acontecia com as suas vertentes. A zona do sudoeste do Piauí foi a última a ser conhecida e povoada. A exploração e povoamento não foram feitos na direção da montante do rio, mas do oriente

> para o ocidente, o que deu lugar ao erro em que caíram os primeiros exploradores, considerando, como sendo o Parnaíba o primeiro grande afluente deste, que encontraram.
> Não estando definitivamente discriminados os limites entre o Piauí e o Maranhão, nos pontos extremos do grande e majestoso Parnaíba, é de conveniência que seja confiada à comissão que tiver de continuar os trabalhos de desobstrução do referido rio a incumbência desse estude, quanto à parte geográfica. (Paranaguá, Nogueira, 2019, p. 131).

Dessa forma, Joaquim Nogueira (2019), observa em um de seus apontamentos que os limites do Piauí com o estado do Maranhão não se mostravam resolvidos, que seria necessários estudos sobre o rio Parnaíba, sobre suas características. Essas questões versam por várias áreas do campo da História, como as que flertam com o ramo da política, da economia piauiense, e assim sucessivamente.

Um dado a ser considerado é que, desde 1980, como mostra o Almanack da Parnahyba (1927) o Piauí busca concluir um sonho antigo, a construção de um porto em Luís Correia, o primeiro do estado, com capacidade de integrar a rota marítima e executar em grande escala o comércio marítimo.

3.1. CONVERGÊNCIAS ENTRE ODILON NUNES (2007) PE. CLÁUDIO MELO (1985) E ANTONINO FREIRE (1907): UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA SOBRE ASPECTOS DO LITORAL PIAUIENSE

Ao longo deste capítulo, iremos analisar a convergência discursiva entre os estudos de alguns dos grandes nomes da historiografia piauiense, como é o caso de Odilon Nunes, em "*Pesquisas para a história do Piauí",* Volume 1, de 2007, bem como sua proximidade descritiva com Pe. Cláudio Melo, em *"A prioridade do norte no povoamento do Piauí",* de 1985 e Antonino Freire, em "*Limites entre os estados do Piauhy e Maranhão"* publicado em 1907. Veremos também outras escritas e considerações sobre o rio Parnaíba, o litoral do Piauí.

Reforçaremos as escritas de pesquisadores, que apresentam formas similares de pensamentos sobre algumas questões que remetem ao litoral piauiense. Todas as "fatias" da história do Piauí nos auxiliam na compreensão de como se desenvolveu as divisões das Províncias, bem como a compreensão da perca paulatina do litoral do Piauí e as narrativas que surgem sobre a titularidade da barra da Tutóia, tida, sob a ótica analisada em face das fontes esmiunçadas, que trabalham a temática, como genuinamente piauiense. Tais debates fermentam a escrita e reinauguram incessantemente a multiplicidade das pesquisas historiográficas.

Para um historiador que busca respaldo historiográfico capaz de validar sua escrita, poder desfrutar da oportunidade de aproximar um dos maiores gigantes da historiografia piauiense, Odilon Nunes (2007) e suas escritas sobre o Piauí, às ideias que seguem elucidadas por Antonino Freire (1907) e Pe. Cláudio Melo (1985), - isso para não citar outros tantos nomes alinhados na esteira da pesquisa - anuncia novas possibilidades que fertilizam o campo da historiografia piauiense, que muito ainda deve ser observada, pesquisada e explorada, em seus múltiplos aspectos.

Foi graças a uma dessas inquietações e reflexões de pesquisadores da história do Piauí, que hoje temos acesso a tantas outras possibilidades de interpelar o nosso passado, ganhando novas reflexões, novas possibilidades de pesquisa, além de constantemente revisionar e acrescentar novos capítulos ao infindável *métier* historiográfico.

Ao longo dos anos, desde as divisões das capitanias, pesquisas foram implementadas em prol de investigações que objetivassem analisar o pertencimento de um litoral piauiense que constasse nas linhas do tempo, munido de documentações que validassem tais debates, caros para a historiografia piauiense, mas, que há muito atravessa longos debates e questionamentos sobre o real direito piauiense ao litoral.

Das ideias que se aproximam, uma delas chama atenção para os conceitos de "povoamento do Piauí", retratado, por exemplo, por Pe. Claudio Melo (1985) em *"A prioridade do Norte no povoamento do Piauí"*, bem como "colonização do Piauí", "Conquista"[52], termo utilizado por Odilon Nunes (2014) em. "*Estudos de história do Piauí"*, ao citar "Filiamo-nos à corrente que aceitam Domingos Jorge Velho como precursor de nossa colonização" (NUNES, 2014, p. 29), assim como o livro de Odilon Nunes, em "*Pesquisas para a história do Piauí",* Volume 1, de 2007.

Entre os três pesquisadores, podemos observar a presença de narrativas sobre o náufrago Nicoláu de Resende e os demais náufragos que com ele seguia, notamos a consistência da ideia de ser um dos primeiros invasores estrangeiros a se instalarem no que hoje compreendemos como litoral do Piauí. Pe. Cláudio Melo (1985) relata que é dele a chancela de primeiro "povoador"[53] do Piauí.

---

[52] Quando se fala em conceitos como "povoamento" e "colonização", presentes na historiografia tradicional piauiense, o termos que melhor se adequa é o de invasão. Através de pesquisas, que se desvinculam da escrita romantizada, europeizada. Desse modo, a escolha em manter os termos estaria fundamentada na forma com os autores e o recorte temporal, utilizado na pesquisa, interpelam o passado e se apropria de suas falas. Mas vale ressaltar que os termos são facilmente substituídos por termos como "invasões", que, aliás, não foram nada passivas, mas contou com muitas, guerras que envolviam os bandeirantes, tribos, estrangeiros, em que tribos inteiras e povos foram dizimados.

[53] Pe. Cláudio Melo cita que a Nicoláu de Resende e seus companheiros, são "os únicos a merecerem, até o momento, o título de descobridores do Piauí, pois aqui vieram, aqui viveram, constituíram família, trabalharam,

De acordo com Pe. Cláudio Melo, começa em Luís Correia e Parnaíba a ocupação europeia no Piauí. "Assim, os primeiros europeus que conhecemos residindo no litoral piauiense, foram Nicolau de Resende e seus companheiros, os quais informou Gabriel Soares de Sousa...". (REGO, 2013, p. 67).

Partindo de documentações que apontam ter sido do português Nicoláu de Resende o registro histórico que leva a conclusão dos autores de que teria sido ele, um dos primeiros a povoar[54] o Piauí, juntamente com sua tripulação, ao naufragarem nas proximidades do litoral piauiense. Esses dados encontram-se localizadas nos registros de Gabriel Soares de Sousa, em "*Tratado descritivo do Piauí em 1587".* Agora quando se fala em "colonização[55]", tal discussão já deságua nos bandeirantes que no Piauí exterminaram povos indígenas, em prol da invasão, pacificação e ocupação territorial.

Jóina Freitas Borges, em "*A história negada"* (2004) chama atenção para o fato de que "Mapas de 1519 e 1527 já demonstravam um significativo conhecimento do litoral norte, onde aparecem tanto o rio do Ano Bom (Parnaíba), como seu delta e outros acidentes geográficos". (BORGES, 2004, p. 86).

Dessa forma, de acordo com as pesquisas realizadas, observamos a presença do nome de Nicolau de Resende em alguns formatos de descrições historiográficas, como cita também, fora desse eixe da tríade de autores em questão, Jóina Freitas Borges (2004)

> (...) Apesar das fontes falaram de Diogo Ribeiro em 1514 e Nicolau de Resende, em 1571, poucos são os estudos que dão precedência e importância à ocupação branca no litoral. Segundo Gabriel Soares de Sousa (1971, p. 47), Nicoláu de Resende e seus companheiros haviam-se perdido "nos baixos do Maranhão" e conviviam pacificamente com os *gentios* "haverá dezesseis anos". Já Padre Melo (1985, p. 23) levanta a possibilidade da busca de preciosidades por parte dos portugueses (como pérolas que estariam em uma lagoa, onde nasceria o Rio Parnaíba, segundo os índios), pois não houve menção de seus retornos no texto de Gabriel Soares. (BORGES, 2004, p. 90).

Jóina Borges (2004) chama atenção para a sua menção ao Português Nicolau de Resende, que teria naufragado e convivido com os Tremembés. Sobre essa questão, sua pesquisa também se alinha às pesquisas de Padre Cláudio Melo (1985). Jóina Borges cita

---

quer desbravando terras, quer comerciando com os europeus. (MELO, 1985, p. 27-28). Optamos por manter o termo "descobridores", como na escrita original analisada.

[54] Nesse ponto, os autores passam a ideia de que, do processo de invasão do então território do Piauí e região, Nicolau de Resende teria sido, de acordo com os documentos encontrados, o primeiro estrangeiro a ser identificado nas terras em questão.

[55] Optamos por deixar o termo "colonização", por fazer parte dos termos observados. Sabe-se que não só o atual Piauí, mas o então Brasil, foram invadidos e submetidos às regras dos invasores. Com batalhas, guerras e bruscas alterações na formação embrionária do atual Brasil, dos costumes e ambiente encontrados.

também as perdas no tempo de nomes com que eram conhecidos o Rio Parnaíba, como o exemplo do termo "Rio do Ano Bom", "Rio Grande".

Empregando-nos rapidamente do termo utilizado por Jóina Borges, ao citar a palavra "mudez" historiográfica[56], podemos também problematizar essas questões apontadas por as pesquisas encontradas, a cerca da total ocupação do rio Parnaíba e suas bocas, observando as versões oficias e analisá-las de vários ângulos e perspectivas, conforme seus contrastes.

Essa aproximação de ideias que concordam entre si em grande medida, parte da percepção de ter, segundo Pe. Cláudio Melo (1985) o náufrago Nicolau de Resende, no ano de 1571, fincado raízes no litoral piauiense antes mesmo da chegada dos bandeirantes, Domingo Jorge Velho e Afonso Mafrense, no século XVII. Vejamos o que Pe. Cláudio Melo (1985) nos diz a respeito disso:

> Os primeiros brancos que conhecemos residindo no litoral piauiense foram Nicoláu de Resende e seus companheiros que, segundo Gabriel Soares Sousa, naufragaram quase às nossas praias em 1571, e foram bem acolhidos pelos Tremembés, com quem conviveram pacificamente. Foram estes homens os que, por primeiro, deram ao sangue nativo o componente luso, e os únicos a merecerem, até o momento, o título de descobridores do Piauí, pois aqui vieram, aqui viveram, constituíram família, trabalharam, quer desbravaram terras, quer comerciando com os europeus. (MELO, 1985, p. 27-28).

Na citação, Pe. Cláudio Melo (1985) chama atenção para uma informação que não é tão comum ouvir e falar, a afirmativa de ser Nicolau de Resende[57], em 1571, o primeiro a "colonizar" (invadir) o litoral do Piauí. Afastando-se de discursos que eram difundidos com frequência, no caso da menção no próprio hino do Piauí, sobre a "aventura de dois bandeirantes", que estariam à frente da tutela de "primeiros povoadores".

Sobre essa afirmativa, é possível também encontrar menções aos náufragos nas escritas de Odilon Nunes, ao observar as narrativas de Gabriel Soares de Souza (1879), em sua obra "*Tratado descritivo do Piauí em 1587.* Vejamos:

> Gabriel Soares de Sousa, em seu Tratado descritivo do Piauí em 1587, já se refere a navios e caravelões da costa entram pelo rio grande dos Tapuias (Parnaíba) por várias léguas adentro, e fazem nele boa colheita. Sua informação se baseia, em parte, no que lhe dissera Nicolau de Resende, tripulante de navio que se perdera nos baixos do Maranhão, pelo ano de 1571, e que conseguira, pelo litoral, com seus companheiros, regressar às capitanias vizinhas já colonizadas. (NUNES, 2007, p. 76).

---

[56] A autora chama atenção para o fato de que não é comum, por exemplo, que sejam lembradas as presenças de pinturas rupestres ou do homem branco no litoral, que antecede as datas tidas como oficiais acerca da ocupação piauiense, fugiria de uma história dita como oficial, propagada com uma maior fluidez nas escritas da historiografia piauiense. Por exemplo, é comum na história relacionada ao Piauí serem consideradas apenas as observações e datações sobre a instalação de Domingos Jorge Velho e Domingos Afonso Mafrense.

[57] Em alguns livros encontramos a escrita diferenciada: Nicollau de Rezende, Nicoláu de Resende.

Assim como observado ao longo da pesquisa, Odilon Nunes (2007) e Antonino Freire (1907) compartilham tal informação, sobre o náufrago que pisou em solo piauiense. Nicolau de Resende já mencionava as atividades comerciais que existiam na região, bem como trocas de especiarias por pedras preciosas, etc.

"Embora o delta do rio Parnaíba fosse conhecido, habitado e explorado como local de comércio desde cedo, o mesmo não se dava com os inúmeros vales úmidos formados pelos afluentes do rio Parnaíba". (REGO, 2013, p. 67)[58].

Tanto em "*Pesquisas para a história do Piauí"*, edição 1, Odilon Nunes (2007), como em "*Piauhy, das origens à nova capital",* de Cid de Castro Dias 1° edição, do ano de 2008 é possível observar as declarações sobre as primeiras expedições que tinham por fim a descoberta e mapeamento do rio Paraguaçu[59], outra denominação para rio Parnaíba.

À frente da expedição de 1776, no governo de Pedro César de Meneses, estavam os irmãos Padre Superior Pier Luigi Consalvi e Antônio Ribeiro, e o "verdadeiro objetivo dessa expedição era fazer reconhecimento, ou melhor, espionagem" (NUNES, 2007, p. 76). Alinhado a esta linha interpretativa está também as considerações de Cid de Castro Dias (2008), ao fazer menção ao mesmo episódio.

Cid de Castro Dias (2008) também menciona em suas escritas a estadia de Nicolau de Resende, como sendo o primeiro a "povoar" o litoral do que posteriormente seria Piauí. O autor também fala sobre a distribuição das capitanias e nos dá uma possível pista do porquê de ainda existirem discussões em torno das divisões entre os estados do Piauí e Maranhão.

Cid de Castro Dias (2008)[60] menciona o fato de que, para alguns historiadores, Antônio Cardoso de Barros, donatário da Capitania do Ceará, teria, de forma frustrada, tentado colonizar Tutóia, com base nas ruinas de pedra e cal:

> Após seis anos no Brasil, Antônio Cardoso de Barros, ao voltar à Europa, morreria no naufrágio que também vitimou o bispo Dom Pero Fernandes Sardinha, devorados pelos índios *caetés* que habitavam a região, na foz do rio Coruripe. (DIAS, Cid de Castro, 2008, p. 18).

Como consta em Cid de Castro Dias (2008), após a tentativa de colonizar Tutóia, Antônio Cardoso de Barros, teria sido morto, durante um naufrágio e devorado pelos índios *caetés.*

---

[58] "Lima Sobrinho esclarece que o nome Paraíba começa a ser usado depois de 1680, por meio de cartas sesmarias [...]". (REGO, 2013, p. 66).

[59] No livro "*Piauhy, das origens à nova capital"* de Cid de Castro Dias 1° edição, observamos alguns dos nomes que também fazem referencia ao rio Parnaíba, tais como rio Punaré, Rio Grande dos Tapuias, rio Pará, rio do Ano Bom.

[60] Disponível em: Cid de Castro Dias - Piauhy, Das Origens À Nova Capital | PDF (scribd.com). Acesso em: 23 de Maio de 2023.

Já sobre os primeiros curraleiros, uma quebra de padrão vem sendo construída e reconstruída. Até mesmo sobre essa temática, Pe. Cláudio Melo (1985) discorre em suas pesquisas. Para ele, Domingos Jorge Velho seria o primeiros entre os curraleiros do Piauí, portanto, o primeiro a povoar o Piauí:

> Se recordarmos estas tribos com quem conviveu o Brandeirante, se revemos as citações do Padre Antônio de Sousa Leal, se refletimo sobre os textos vários que falam da presença dos Paulistas no Piauí, se observarmos que não há contradições de datas, como pensava Barbosa Lima Sobrinho, não creio que possa perdurar a idéia demera coincidência.
> Domingos Jorge Velho é o primeiro entre os curraleiros do Piauí. (MELO, 1985, p. 58).

Dessa forma, Pe. Cláudio Melo (1985) chama atenção para outros nomes que estiveram no Piauí, mas que não são acessados com facilidade nas informações dos "primeiros núcleos de povoamentos piauienses". Na citação acima, percebemos que Pe. Cláudio Melo evidencia sua opinião sobre a quem deve ser atribuída a empreitada de primeiro povoador.

Diferente da tese de Pe. Cláudio Melo (1985), que sustenta ter o Piauí seu povoamento do litoral para o interior, Cid de Castro Dias (2008), em "*Piauhy, das origens à nova capital",* atribui o primeiro povoamento do território piauiense a paulista Domingos Jorge Velho. Vejamos:

> Diferentemente dos outros estados, nossa colonização começou do interior para o litoral e está diretamente relacionada com interesses da iniciativa privada, tendo à frente o bandeirante paulista, Domingos Jorge Velho, e os d'Ávila, da Casa da Torre, na Bahia. (DIAS, Cid de Castro, 2008, p. 2).

Cid de Castro Dias (2008) relaciona a colonização do território brasileiro do interior para o litoral em razão das tribos indígenas e os povos que viviam nas regiões litorâneas, dificultando o processo de colonização. Outro fator levantado seriam as questões econômicas e a proximidade com as áreas comerciais e centros de poder. Inclusive, vale ressaltar que, por um tempo, o Piauí foi um dos corredores de acesso para o interior, sendo utilizado por as capitanias do Maranhão e Ceará. Desse modo, o autor reacende essas narrativas e nos possibilita observar discussões bibliográficas que descortinam novas saídas e possibilidades de pesquisas acadêmicas.

Em suas escritas, Cid de Castro Dias (2008) ressalta as questões que orbitam em torno do litígio entre Piauí e Ceará, bem como Piauí e Maranhão. Mencionando as ações e militâncias do presidente Manoel de Souza Martins e suas lutas por a integridade territorial do Piauí:

> Como presidente, Manoel de Souza Martins não fez somente a guerra. Voltou-se para diversos assuntos de natureza administrativa. Lutou pelos interesses do Piauí, defendendo de maneira enérgica as fronteiras do litoral, exigindo, a princípio, sem sucesso, a incorporação de Tutóia e, posteriormente, a faixa litorânea que vai da barra do Igaraçu à barra da Timonha. Numa linguagem direta, incisiva, sem artifícios, como era é do seu estilo, reclamou junto ao Imperador. (DIAS, 2008, p. 197).

Por mais que as discussões sobre o litígio que envolve o Piauí e Maranhão não sejam evidenciadas com certa frequência, poder constatar, através das pesquisas levantadas ao longo deste trabalho, que tais discussões permaneceram na inércia do tempo, mas que reaparecem nas linhas escritas reforçando a importância das pesquisas históricas, bem como o quão vasta é a possibilidade de novas descobertas e redirecionamentos na historiografia piauiense.

Sobre essas questões, Antonino Freire (1907) cita que Manoel de Souza Martins, governador do Piauí, preocupado em manter a unidade territorial do Piauí, estava consciente da necessidade de reforçar os cuidados e defesas contra o inimigo invasor, em especial, na barra da Tutóia. Isto que em "Em 10 de dezembro de 1825, um manifesto de Pedro I, declarava guerra a República das Províncias Unidas do Prata [...]. (FREIRE, 1907, p. CIII).

Antonino Freire (1907) destaca que Manoel de Souza Martins escrevia para o governo imperial "pedindo anexação, ao Piauhy, de toda a barra da Tutóia. Só assim o presidente do Piauhy se sentia forte para defende-la contra os inimigos externos"; (FREIRE, 1907, p. C-CI).

Sobre essa questão, também constam nas escritas de Judith Santana (1982), em seu livro intitulado "*Parnaíba"* que "Uma representação do presidente da província dirigida do Governo Imperial a 30 de abril de 1825 solicitava a anexação à mesma província da barra da Tutóia... (SANTANA, 1983, p. 44). Tal reconhecimento dos limites teria sido deixado para realizar-se quando os limites das demais províncias do Império fossem também demarcadas.

Desse modo, Antonino Freire (1907), ao reivindicar a barra da Tutóia como piauiense, destaca que Manoel de Souza Martins, que governou a Província do Piauí de 1828 a 1843, escreveria pessoalmente ao governo imperial pedindo a anexação ao Piauí.

Preocupado com a declaração de guerra à republica das Províncias Unidas do Prata, em 1825, e em face da "politica desleal de que o governo de Buenos Ayres usava contra o Império, fomentando revolução na província Cisplatina (FREIRE, 1907, p. CIII), Manoel de Souza Martins, governador do Piauí, tomaria as providencias para salvaguardar as barras do *Parnahyba:*

> SOUZA MARTINS, que então governava o Piauhy, foi logo sciente, por comunicação oficial, d'aquella declaração de guerra e de todas as consequências que esta acarretara.
>
> Este administrador, cuja única sciencia e qualidade recomendável cifrava-se no tino militar de que era dotado em alto gráo, providenciou, com presteza,

> para manter a segurança da província, mandando, com os seus antecessores, em idênticas circustancias, fortificar e guarnecer de tropas as barras do Parnahyba. (FREIRE, 1907, p. CIII)

Segundo Antonino Freire (1907), Manoel de Souza Martins solicitava a fortificação de todas as barras do Parnaíba. Para o autor, este registro histórico sinaliza que ao defender todo o rio Parnaíba, indicaria que o Piauí estava relacionado com as áreas litorâneas resguardadas. Assim como o sentimento que pairava no restante do Estado-nação, que sonhava com a exaltação da nacionalidade e patriotismo enraizado nas veias das províncias, como mencionado, Manoel de Sousa Martins, escreve ao Imperador, visando a unidade territorial, reclamando também o território usurpado por o outro estado vizinho, o Ceará:

> "A perda deste legítimo terreno no Piauí muito tem concorrido para a diminuição de seus réditos e de população da Vila da Parnaíba e, portanto, de nenhum modo devo deixar de pedir a V Majestade Imperial a reivindicação do sobredito terreno, que o Ceará há usurpado ao Piauí, o qual é (contanto pela costa, desde a Barra do Igaraçu à Barra do Timonha, na tromba da Serra da Ibiapaba), que forma a linha de divisão destas duas Províncias, pelo centro. Quem pensaria que o Ceará, não contente de ser o flagelo Província, pela profusão de sua gente que derrama sobre ela, que inquietam os seus habitantes pelos roubos, assassínios e todas as qualidades de maldades com que se nutrem, por serem vagantes e ociosos, também, queiram tirar ao Piauí o terreno que lhe pertence!. (Anexo n° 12 – Questionamento sobre o litoral piauiense). (DIAS, 2008, p. 197).

É sabido que as narrativas relacionadas à reivindicação territorial do Piauí são, em maior número, evidenciadas na história, quando referidas ao estado do Ceará e suas disputas seculares no que tange ao litígio envolvendo o Piauí. Por outro lado, observa-se que falar sobre os debates litigiosos entre Piauí e Maranhão não chega a ser algo tão divulgado e comentado.

O acesso a essas fontes nos possibilitam checar a real existência desses debates e observar como essa temática é identificada e abordada nas escritas. Uma coisa é certa, as vibrações do tempo repercutem até os dias atuais e espelham um passado e suas várias curvaturas.

Ao observar as descrições territoriais estabelecidas por Bernardo Pereira de Berredo, um historiador que publicava em 1749 os "*Annaes Históricos dos Maranhão"* constatamos que o autor acaba por não fazer menção do termo "rio Parnaíba", ao se referir ao Maranhão. Mas quando descreve a capitania do Piauí, percebe-se a presença da descrição do rio. Ao falar sobre um importante "príncipe soberano dos rios" o autor se refere ao rio Meary, dessa forma, acaba não mencionando o termo "rio Parnaíba". Vejamos o que descortina Bernardo Berredo:

> O príncipe soberano de todos os rios da Capitania do Maranhão he o celebrado Meary, que tem a sua boca quarenta léguas da Cidade de S. Luiz pelo rumo do Sudueste: em embarcações, que forem de quilha não póde navegarse; fica com pouca agua, e perigosos baixos, que só se salvão nas canoas com maré cheya (...) (BERREDO, p. 10[61]).

Ao longo dos estudos sobre as pesquisas do Piauí, nos deparamos com narrativas que nos requer atenção e cuidado, isso porque é comum, por exemplo, a duplicata de nomes em mapas, cartas corográficas, ou até mesmo menções sobre um rio, no caso o Parnaíba, mas que à época recebe outra nomenclatura, como citam as escritas de Bernardo Berredo, ao se referir ao rio Meary. Vejamos um mapa de 1629, extraído da Biblioteca Digital Luso-Brasileira:

Figura 9- Maranhão e Grão-Pará, 1629. Descrição: "Pequeno Atlas do Maranhão e Grão-Pará, corte 2, desenhado a tinta pelo cartógrafo João Teixeira Albernaz I, em 1629, em três tábuas, em formato 47,3 cm x 59,7 cm. A primeira tábua mostra a cidade de São Luís do Maranhão em destaque, no canto direito, muito bem localizada em relação ao Atlântico e com possibilidade de controle de uma extensa região".



Fonte: Albanez I, João Teixeira. Pequeno atlas do Maranhão e Grão-Pará. fl. 1602-1649. Ca.1629.

O atlas é de autoria de João Teixeira Albanez I[62], datado de 1630. No atlas podemos ver os atuais estados do Ceará, Piauí, Maranhã e Pará, além de uma parte da Amazônia. É

[61] Página 64 do arquivo digital, na íntegra. Site: Câmara dos Deputados. Biblioteca Digital. Disponível em: Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br)

[62] Albanez I, João Teixeira. Pequeno atlas do Maranhão e Grão-Pará.fl. 1602-1649. Ca.1629. Biblioteca Digital Luso-Brasileira. Disponível em: Disponível em: objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart555828/cart555828.pdf.

possível vermos os rios Paramery, rio Parauasu e das Preguiças. Próximo à cidade de São Luís temos os rios Pereya, many, Meari, entre outras regiões detalhadas no atlas. Notamos, no mapa exposto, que o rio Parnaíba, como atualmente é conhecido, aparece no mapa retratado como rio Parauasu.

O documento retratado na figura (9), mostra o território que compreendia o Maranhão e o Grão-Pará. De acordo com o atual mapa geográfico do território, seriam referentes aos estados do Maranhão, à direita, ao meio seria o que hoje corresponde ao Piauí e ao lado esquerdo é o que corresponde ao estado do Ceará.

4. O PAPEL DA CARTOGRAFIA E A NECESSIDADE PORTUÁRIA

Observar as questões que rondam o litígio territorial que envolve o Piauí é de suma importância para alinharmos raciocínios que no levaram para os estudos sobre o litoral piauiense, em especial, o rastreamento dessas pautas que resistem no tempo e nos fazem revisitar o passado. Como nosso foco é o litoral, vamos orbitar nessas narrativas que auxiliam na compreensão da questão litorânea, que, por vezes, remontam ao período das invasões estrangeiras, descritas como "colonização".

Observaremos como a cartografia pode auxiliar em pesquisas historiográficas, analisando ligeiramente o poder político, econômico e social por trás dessas análises de mapas. Estão presentes questões sobre a navegabilidade do rio Parnaíba e desejo de um porto comercial. Todas essas questões são observadas em estudos bibliográficos, como as pesquisas de Junia Motta Antonaccio Napoleão do Rego (2013), em seu livro *"Dos Sertões aos Mares: história do Comércio e dos Comerciantes da cidade de Parnaíba – Piauí",* além de fontes como Odilon Nunes (2007), em "*Pesquisas para História do Piauí", entre outros estudos*, Antonino Freire (1907), "*Limites entre os estados do Piauhy e Maranhão"*, entre outras pesquisas.

Observaremos as escritas dos professores Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro e Dr. José Lins Duarte, no artigo intitulado *"A transferência da capital do Piauí no século XIX: motivações e embates nesse transcurso".* O Almanack da Parnaíba (1924) mostrando como era pensado o projeto de melhoramento do porto de Amarração, já que a elite comercial piauiense sonhava com um porto.

Iniciaremos abordando uma das ideias de Antonino Freire (1907), em "*Limites entre os estados do Piauhy e Maranhão"* que seria a presença de um Mapa Geográfico da Capitania do Piauí, obra do engenheiro Militar Enrico Antonio Gallucci, que retrata um mapa/carta da capitania do Piauí, em 1760, o *"Mappa Geografico da Capitania do Piauhy"*[63]. Tal carta nos revela a preciosidade de tal documentação e o papel do engenheiro na cartografia piauiense até os dias atuais[64].

[63] Disponível no site da Biblioteca Nacional Digital (Brasil). *"Mappa geographico da capitania do Piauhy, e parte das do Maranhão, e do Gram Pará [Cartográfico]"*, de autoria do Engenheiro Militar Enrico Antonio Gallucci.Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=17952. Acesso em 23 de Abril de 2023.

[64] Quando o assunto é discussão territorial do Piauí, esses debates nos levam para a temática que envolve o litígio entre o Piauí Ceará. No referido Mapa de Gallucci (1760), importante documento da Cartografia piauiense, notamos a semelhança da Carta com a atual formação territorial do Piauí. Outro dado que chama atenção é a área que hoje corresponde a Crateús (Caratius) inserido no mapa da Capitania do Piauí, desde 1760. Mas, o Piauí era apontado como sendo ausente de faixa litorânea e, em meio a essa necessidade de saída para o

A geógrafa brasileira Mônica Balestrin Nunes (2016), em "*Cartografia e paisagem: o mapa como objeto de estudo*"[65] ao trabalhar com temáticas da cartografia e de mapas, revela alguns aspectos a serem observados, no que tange à construção dos mapas no tempo em que foram criados:

> Um aspecto a ser considerado no contexto dos mapas como ferramentas do poder reside no fato de que, ao representar o território em papel, eliminavam-se as "interferências" da realidade, ou seja, a presença de populações inteiras podia ser simplesmente ignorada na divisão política de terras entre colonizadores, como, por exemplo, foi o caso da divisão das colônias da África.
> Quanto ao conteúdo dos mapas e suas funções no exercício do poder, Harley afirma que os mapas podem conter imprecisões intencionais ou inconscientes, omitir informações (o silêncio dos mapas) e ainda definir hierarquias segundo um objetivo prévio. (NUNES, 2007, p. 99).

A autora também cita os casos em que percebemos distorções nas construções de alguns mapas. Isso serviria como "silenciamento" de informações, destacando outros aspectos escolhidos. Para Mônica Nunes (2007)[66], tais movimentos acabam configurando-se como instrumentos de poder político, econômico, social.

Portanto, as cartas e mapas nos possibilitam enxergar sob o prisma dos olhos de quem analisou e colheu os dados na época de sua idealização. No caso do Brasil, o ramo cartografia sofre influencias europeia. Nesse caso, imprimia-se nos mapas os interesses da Coroa, nos relatos de viajantes, expedições estrangeiras, contando com características dos povos, da fauna, flora.

Ao falarmos sobre mapas e cartas, podemos observar uma carta corográfica de 1855, que registra na sua impressão as províncias do Maranhão e Piauhy e parte das do Pará, Goyás, Bahia, Pernambuco e Ceará:

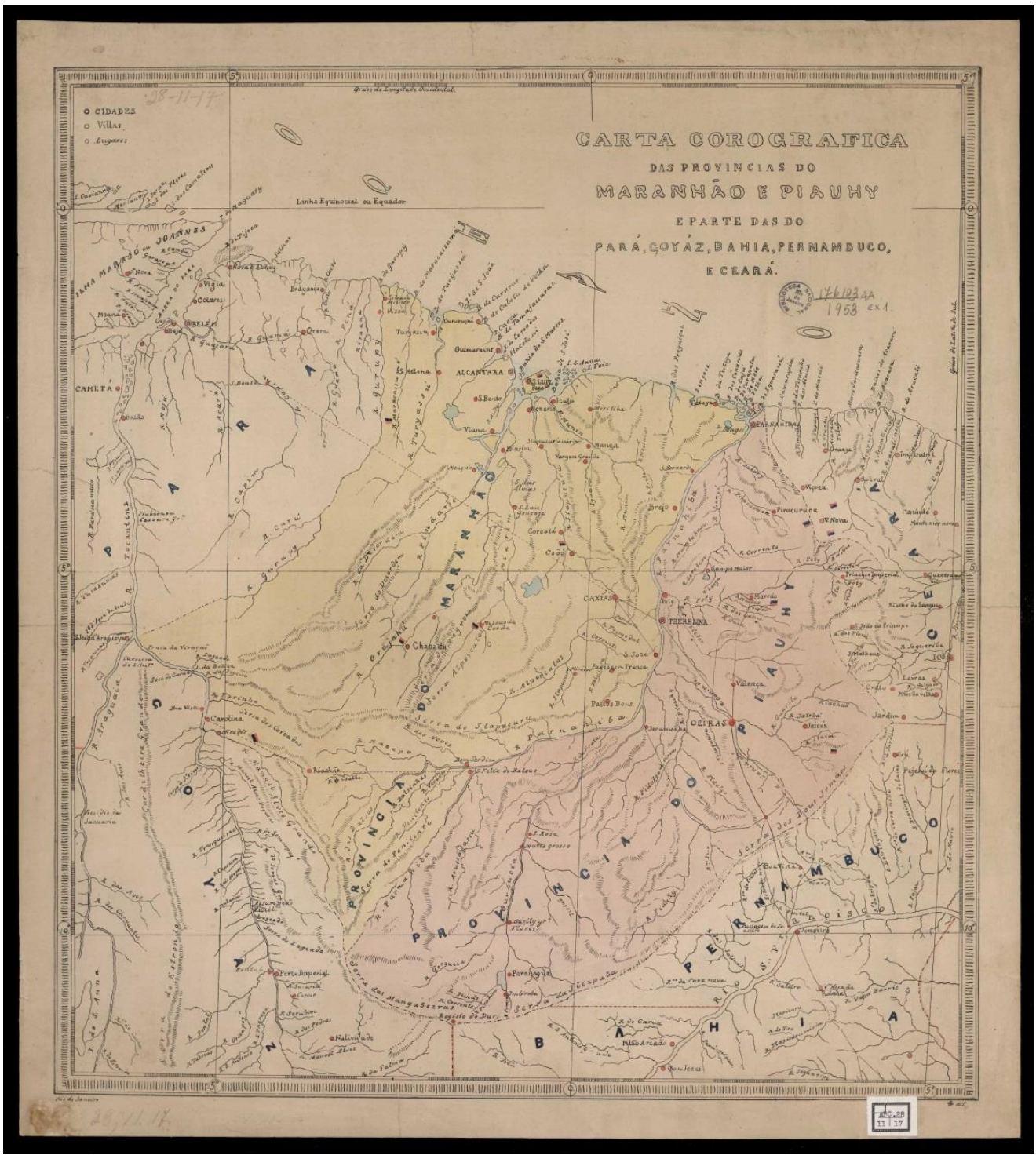
---

mar, movimentações econômicas, de embarcações, pessoas, mercadorias, animais, etc., fica decido, em 1880, por decreto imperial, a realização da troca de Príncipe Imperial (Crateús) por Amarração (Luís Correia). Tais discussões podem ser encontradas detalhadamente em pesquisas como a do geógrafo Eric de Melo Lima (2020), em "*Configurações de Territórios: Litígios entre os estados do Piauí e do Ceará"* em que o autor trabalha minuciosamente com a temática de litígio entre o estados do Piauí e Ceará. Seu artigo encontra-se disponível para pesquisa no link: (PDF) CONFIGURAÇÃO DE TERRITÓRIOS: LITÍGIOS ENTRE OS ESTADOS DO PIAUÍ E DO CEARÁ Histórico do Artigo: Recebido Agosto de 2020 (researchgate.net). Acesso em 04 de Abril de 2023.

[65] NUNES, Mônica Balestrin. **Cartografia e paisagem: o mapa como objeto de estudo.** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 65, p. 96-119, dez. 2016. Disponível em: Cartografia e paisagem: o mapa como objeto de estudo | Revista do Instituto de Estudos Brasileiros (usp.br). Acesso: 05 de nov. 2022.

[66]Disponível em: Cartografia e paisagem: o mapa como objeto de estudo | Revista do Instituto de Estudos Brasileiros (usp.br). Acesso: 05 de nov. 2022.

Figura 1- Carta corografica das provincias do Maranhão e Piauhy e parte das do Pará, Goyás, Bahia, Pernambuco e Ceará. Do ano de 1855.



Fonte: Biblioteca Nacional Digital. Carta Cartográfica do Piauí e do Maranhão. 1855. Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=17950. Acesso em 4 de Abril de 2023.

Como ilustrado na figura (10), no ano de 1855[67], temos essa carta que evidencia as capitanias do Maranhão, Piauí e Ceará. Isso porque, ao relembrarmos as discussões sobre o litígio entre Piauí e Ceará, percebemos que essas informações nos mapas, funcionam como peças importantes para observarmos como o litoral era abordado compreendido e discutido[68].

Vimos que pesquisadores como Pe. Claudio Melo (1985), Antonino Freire (1907), já defendiam em suas escritas que o Piauí já possuía um litoral, que era comentado e retratado. Desse modo, nos chama atenção o fato de que, na figura (10), notamos Príncipe Imperial lotado no território compreendido como Piauí assim como o litoral continua também dentro do perímetro compreendido como território piauiense[69]. Desse modo, a cartografia auxilia na verificação de discussões que respingam nas questões do território piauiense e sua faixa litorânea.

Sabe-se que as questões envolvendo a invasão do litoral do Piauí, surgem nas escritas da historiografia piauiense como resultado de uma empreitada de cunho econômico e político, que almejava o domínio das terras litorâneas, assim como o aniquilamento e/ou a expulsão de povos que ali viviam. Essas novas terras davam acesso e entradas para as rotas marítimas, os melhores ancoradouros e portos e consequentemente as melhores condições para comercializações marítimas, assim, possibilitando a movimentação do eixo econômico piauiense.

Junia Rego (2013) destaca que o Piauí oitocentista passa a olhar para o rio Parnaíba, na intenção de superar obstáculos e traçar metas que pudessem contribuir para a movimentação portuária piauiense.

Em sua tese de doutorado, José Lins Duarte (2022), em *"A companhia de navegação a vapor no rio Parnaíba***:** *o Piauí nas águas do progresso (1859-1900)*", comenta sobre o rio Parnaíba e suas voltas sinuosas:

> Por fim, faltando poucas léguas para chegar ao oceano, o rio dividia-se em braços distintos, sendo que um deles, de nome Igaraçu, era por onde se fazia a navegação entre Parnaíba e Amarração. Porém, essa via apresentava voltas

[67] Carta Cartográfica do Piauí e do Maranhão - 1855. Disponível em http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart176103/cart176103.jpg. Acesso em 28 de Setembro de 2022

[68] Vale ressaltar que, ao longo da pesquisa, o recorte temporal escolhido, de 1901 a 1910, se refere às fontes analisadas no período de suas escritas, mas o recuo no tempo também se faz dentro dessas narrativas.

[69] Subentende-se que, até o momento da confecção da carta corográfica, não haviam sido realizadas trocas, já que ambos os territórios (Príncipe Imperial, atual Crateús – CE) bem como Amarração (atual Luís Correia – PI) seguem no mapa do Piauí. Vale ressaltara que a lei que regulamentaria essa troca está arrolada no decreto-lei 3.012 de 22 de outubro de 1880, trocando Amarração, que deixaria de ser do Ceará, por Príncipe Imperial e Independência, que deixavam de pertencer ao Piauí para ficar sob a tutela do Ceará. Esses argumentos são importantes, uma vez que as discussões sobre ter o Piauí uma saída para o mar ou não, muitas vezes estão relacionadas com as questões envolvendo suas atividades portuárias.

> muito acentuadas e de difícil passagem. Ainda assim, era o trajeto que possuía as mais favoráveis condições ao tráfego, mesmo sem haver alterações no seu traçado, vindo a ser de muita utilidade. (LINS, 2022, p. 123).

Em busca de melhores rotas para a comercialização marítima, o Piauí manteve-se em busca de melhores alternativas para o escoamento de seus produtos. Nesse cenário, o rio Parnaíba era compreendido como a veia pulsante que ligaria o Piauí ao comércio. José Lins Duarte destaca que "O rio Parnaíba, além de ser a principal via de comunicação do Piauí, ligando o interior ao litoral, funcionava como um itinerário que tendia a aglutinar pessoas" (DUARTE, 2022, p.124).

A navegabilidade do rio Parnaíba era peça fundamental para que a roda da economia girasse em torno do escoamento de produtos. Com as rota Parnaíba – Tutoia – Parnaíba, Junia Motta Antonaccio Napoleão do Rego (2013), em seu livro *"Dos Sertões aos Mares: história do Comércio e dos Comerciantes da cidade de Parnaíba – Piauí".* cita que "em 1917, as rotas fluviais eram organizadas da seguinte maneira":

> Companhia de Navegação a Vapor no Rio Parnaíba: com 3 rotas: norte (de Teresina a Parnaíba), sul (de Teresina a Floriano) e Tutoia (de Parnaíba a Tutoia) – Fundada em 4.10.1858, fez sua viagem inaugural em 24.11.1858, com navegação entre a capital e Parnaíba, com paradas em União e Repartição (Luzilândia). Em 1908, faziam quatro viagens de Teresina a Parnaíba nos dias 5, 12, 20 e 28 de cada mês e duas de Teresina a Floriano nos dias 7 e 22 de cada mês.
>
> Empresa Fluvial Piauiense: operava com 3 linhas: Alto Parnaíba (de Uruçuí a Floriano), Baixo Parnaíba (de Uruçuí a Vitória), rio Balsas (de Uruçuí a Santo Antônio de Balsas).
>
> Navegação Fluvial LTDA. – As embarcações navegavam do litoral até Floriano e Balsas. (REGO, 2013, p. 115).

A Companhia de Navegação a Vapor no Rio Parnaíba inaugura sua rota em 1858, com as rotas concentradas de Teresina a Parnaíba, de Teresina a Floriano e de Parnaíba a Tutóia. Por tanto, durante a segunda metade do século XIX, temos a Tutóia inserida como uma das principais veias do rio Parnaíba, com rotas comerciais que alimentavam o comércio de exportação do Piauí.

Vale ressaltar que, para Antonino Freire (1907), quando o Piauí começa a utilizar a barra da Tutóia para fins de exportações comerciais ganha também a condição de anonimato, já que ficava a cargo do Maranhão as negociações diretas com a metrópole. Os professores Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro e Dr. José Lins Duarte, no artigo intitulado *"A*

transferência da capital do Piauí no século XIX: motivações e embates nesse transcurso"[70], ao falar sobre a busca por a centralização da província, ressaltam que:

> Dessa forma, procurou-se estabelecer essa causa como sendo a única capaz de alcançar uma condição satisfatória e adequada aos interesses piauienses, objetivando atingir uma situação de prestígio no país, uma vez que o seu desempenho econômico não conseguia gerar boas arrecadações. Circunstância essa agravada, em decorrência dos seus produtos de exportação, serem na maioria escoados pelos portos de Tutóia no Maranhão e Camocim no Ceará, assim, fugindo a arrecadação do fico local. (NUNES, 1975, p. 105 apud MONTEIRO e LINS, 2021, p. 11)

Com isso, o Piauí não conseguia boas arrecadações e seguia na invisibilidade comercial, visto que não fazia parte diretamente das negociações de exportações. Ficava com o porto de Tutóia, no Maranhão ou Camocim no Ceará a tarefa de escoar esses produtos piauienses.

Se voltarmos um pouco, para o período colonial, Odilon Nunes (2007), em "*Pesquisas para História do Piauí"* destaca que o Piauí não desfrutava de bons resultados no comércio de exportação, isso porque as áreas conquistadas eram extensas demais e com uma baixa densidade demográfica:

> No período colonial, como consequência dessa circunstância, jamais o Piauí teve comércio, a não ser o itinerante, próprio do mascate, feito em costas de cavalos ou de éguas, ou o comércio do boiadeiro que vai vender, no longínquo litoral, donde traz escravos e pequenas utilidades, os seus gados que não necessitam de quem os carregue, pois são eles os que sentem nas longas marchas todo o peso dos seus corpos, e apenas se faz necessário que haja quem os encaminhe. Só mesmo os gados e os escravos, que com os bois, são os que nas longas caminhadas sentem o peso dos seus corpos, poderiam constituir base de comércio no Piauí. (NUNES, 2007, p. 122).

Dessa forma, "em virtude dessa circunstância, o Piauí não cultivava a cana-de-açúcar, nem mesmo o algodão, produtos que faziam a riqueza e o progresso doutras regiões" (NUNES, 2007, p.122). O fato de não haver uma facilidade de acesso ao litoral, também dificultava as empreitadas comerciais do Piauí.

Junia Mota Antonaccio Napoleão do Rego (2013) salienta que o rio não era utilizado como meio de escoamento de produtos, e isso afetava a economia piauiense, tudo isso se dava porque o rio Parnaíba, desde descrições remotas, era observado como um rio tortuoso, que mudava o percurso das águas, em alguns trechos, de acordo com o volume das chuvas, além de ser arenoso, com areia movediça, com cascalhos em alguns trechos, além de formar as

[70]MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa e DUARTE, José Lins. Artigo intitulado *"A transferência da capital do Paiuí no século XIX: motivações e embates nesse transcurso* Disponível em: 50.8 - Revista La razón histórica (revistalarazonhistorica.com). Acesso em 28 de abril de 2023.

"coroas", que indicavam um problema para as embarcações, oferecendo riscos de interrupção das viagens. Aos poucos, mudanças forma sendo implementadas:

> Conforme já foi dito por Felipe Mendes (2003, p.40), por todo o século XIX, principalmente na segunda metade, o rio Parnaíba passou a ser visto como o eixo de desenvolvimento da economia piauiense. Inúmeros relatos oficiais e de especialistas repetiram "com frequência que o rio Parnaíba era o principal recurso a ser aproveitado para o desenvolvimento do Piauí" (Id. Ibid). Gandara (2008) observa que, a partir da navegação a vapor, o rio Parnaíba começava a "tomar ar comercial" (p. 116). Os navios a vapor passaram a percorrer assiduamente o rio, integrando comercialmente as cidades do seu vale à cidade de Parnaíba, e esta aos portos brasileiros e do Exterior. (REGO, 2013, p. 74).

Então, após os investimentos em relatórios e estudos realizados por comissões, na intenção de viabilizar a navegação do rio Parnaíba e girar a roda da economia comercial, o rio passa a ter um protagonismo em face das novas possibilidades de escoamentos de produtos. Rego (2013) nos lembra que a barra que fazia uma melhor proximidade de rota era a barra das Canárias, mesmo com as dificuldades, com era o caso da impraticabilidade durante o inverno, o lado positivo era que os navios ancoravam a duas léguas de Parnaíba.

Antes das Canárias ser considerada a melhor opção para escoar os produtos comerciais, durante o período colonial, as embarcações faziam uso da barra da Tutóia, um dos braços do rio Parnaíba. O Piauí praticava a barra da Tutóia até o decênio de trinta do século XIX. A barra das Canárias passa a ser preferencia, já que distava de vinte léguas.

Odilon Nunes (2007), em *"Pesquisa para a história do Piauí: Lutas partidárias e a situação da Província",* afirmava que, "Outrora, no período colonial, quando havia navegação marítima ligando o Piauí ao Estado do Maranhão e ao Estado do Brasil, os navios preferencialmente penetravam na Parnaíba pela barra da Tutóia". (NUNES, p. 131).

Já no século XX, em meio à necessidade e cobrança de um porto, que atendesse a elite comercial e a sociedade piauiense, o Almanack da Parnahyba (1927) [71] discorre sobre o anseio da sociedade para que fossem executadas as obras do Porto de Amarração, já que, segundo o Almanack, o projeto demorava a acontecer, tornando difícil o melhor proveito comercial. A figura (6) faz referencia ao projeto que era ansiosamente aguardado pela sociedade:

[71] O Almanack da Parnahyba consiste em um livro que reúne temáticas que vão desde curiosidades a valiosas informações. É uma das peças fundamentais para compreendermos como se desenvolvia o comércio marítimo do Piauí, como andavam os controles das alfandegas, as rotas marítimas, etc. de fácil acesso na Plataforma Mundos do Trabalho – Piauí, temos disponível as edições do Almanack desde 1924 a 1994. Disponível em: Mundos do Trabalho - Piauí: Almanaques da Parnaíba (mundosdotrabalhopi.com.br). Acesso em Março de 2023.

Figura 11- Projeto de melhoramento do Porto de Amarração.



Fonte: Almanack da Parnahyba, 1927. . Disponível em: Mundos do Trabalho - Piauí: Almanaques da Parnaíba (mundosdotrabalhopi.com.br).

O Almanack da Parnahyba (1927), página 37, do arquivo digital, trabalha em sua edição, com a pauta do projeto de melhoramento do Porto de Amarração. No corpo do texto,

fica claro que a situação da vila era de um comércio em decadência e um povo desiludido, devido a demora da execução do projeto, que havia sido sinalizado em 1922, pelo presidente Epitácio Pessoa. “e quando se converter em realidade essa sua famosa aspiração, a vila de Amarração, como a phenix da fabula, ressurgirá de suas próprias cinzas e se tornará uma das mais ricas e opulentas do Piauí”. (Almanack da Parnahyba, 1927).

Essas discussões que envolvem desde as análises sobre cartas corográficas que registram o litoral do Piauí e a presença de Príncipe Imperial no mesmo mapa, ou até mesmo nas falas do Almanack da Parnahyba (1927) sobre o desejo da elite comercial piauiense em usufruir de um porto para o comércio marítimo, nos oferece a oportunidade de verificar que o Piauí esteve engajado em prol da busca por comercialização e exportação via rotas marítimas. Isso se observa nas discussões sobre o uso e praticagem da barra da Tutóia, as demais notícias sobre o litoral, sobre a necessidade portuária. Desse modo, essas são discussões estão relacionadas com política, economia, poder e patriotismo.

4.1 ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE A CAPITANIA DO PIAUÍ E MARANHÃO: ENTRE CARTÓGRAFIAS, MAPAS E A NECESSIDADE DE DEMARCAÇÕES TERRITORIAIS.

Dos autores e escritas analisadas, temos Graciete Guerra da Costa (2015), em “*Fortes Portugueses na Amazônia Brasileira”*, Nívia Paula Dias de Assis (2016), em “*O Mappa Geografico da Capitania do Piauhy, de Antonio Galluzzi”*, Riccardo Fontana (2005), em “*As obras dos engenheiros militares Galluzzi e Sambuceti e do arquiteto Landi no Brasil colonial do séc. XVIII”* e Antonino Freire (1907), em “*Limites entre os estados do Piauhy e Maranhão”*, entre outros nomes imprescindíveis, que sequenciam uma gama de olhares em torno da vida e trajetória do engenheiro Militar Enrico Antonio Galluzzi, que através de suas contribuições para a cartografia brasileira, entra para as linhas da nossa história nacional e piauiense.

Seguiremos analisando a importante passagem do Ajud. Engenheiro Militar Enrico Antonio Galluzzi, bem como sua trajetória na Comissão Demarcadora de Limites do norte do Brasil, iniciada no Brasil em 1753, findando com a confecção de um importante mapa para o Piauí: *Mappa Geográfico da Capitania do Piauhy,* de 1760.

Alguns escritores especulam sobre qual seria a data correta do nascimento de Enrico Galluzzi[72], se seria em 1720 ou 1728, o fato é que nasce em Mântua, na Itália, aquele que mais tarde assumiria profissões como as de ajudante, engenheiro militar e alcançando o cargo de Sargento-mor de Infantaria.

Passados cerca de 30 anos após seu nascimento, no ano de 1750 Galluzzi entraria para a história do Brasil Colônia, ao ser contratado para compor o quadro de profissionais que trabalhariam nas demarcações das fronteiras entre Portugal e Espanha, no exato ano da assinatura de um acordo diplomático assinado entre Portugal e Espanha, no acordo que ficou conhecido como Tratado de Madri.

Para a contextualização da discussão levantada sobre esse quebra-cabeça, recordaremos uma das consequências do Tratado de Madri: a expansão territorial no interior do Brasil. Essa ampliação territorial rendeu a Portugal melhores condições para as entradas de Bandeirantes, em busca de metais preciosos e novos desbravamentos no interior do Brasil, na busca por pedras preciosas e a escravização de povos indígenas.

Dessa forma, o Tratado de Madri objetivava dar fim aos conflitos e disputas territoriais entre os reinos de João V e Fernando VI, em 13 de janeiro de 1750, findando as disputas e questões fronteiriças entre os estados ibéricos em expansão. Com as divisões territoriais temos a criação do Estado do Grão – Pará e Maranhão.

Sobre essa questão, Graciete Guerra da Costa (2015) corrobora:

> Não há dúvida que se fazia necessária uma ocupação do território delimitado pelo Tratado de Madri. As medidas tomadas implicam na criação do Estado do Grão- Pará e Maranhão, em 1751. Nomeado como governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão de Pombal, atuou com pulso firme. Fez viagens, e apoiou a construção de fortificações e de demarcações. Criou e promoveu o povoamento por meio de açorianos e do casamento de soldados com índias. (COSTA, 2015, p. 62).

Graciete Costa (2015) ressalta que a criação do Estado do Grão – Pará e Maranhão ficariam sob a tutela de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão de José de Carvalho de Melo, o Conde de Oeiras (1759) e mais tarde Marquês de Pombal, em 1769. Dessa forma, temos as primeiras investidas em prol do povoamento e desenvolvimento local. A autora nos lembra que junto com a expansão ultramarina portuguesa, vieram militares, comerciantes, bem como religiosos.

---

[72] De origem judia, Galluzzi e outros cientistas, foram perseguidos pela Inquisição tardia presente no Grão-Pará em 1763. Pouco se sabe sobre a vida do engenheiro militar nos anos que antecedem a sua vinda ao então Brasil.

A cartografia brasileira origina-se da cartografia portuguesa, devido aos novos empreendimentos e necessidade de mapear rotas, correntes marítimas, etc., no período que compreendia as Grandes Navegações. A busca por precisões de deslocamentos era de fundamental importância para o sucesso das descobertas de novos territórios, continentes e o mundo, de modo geral. Rosely Sampaio Archela (2007), no texto *"Evolução Histórica da Cartografia no Brasil, Instituições, Formação Profissional e Técnicas Cartográficas"* fala sobre a representação da primeira cartografia brasileira:

> A primeira representação cartográfica do território brasileiro de forma integrada foi feita em Terra Brasilis, atribuída aos cartógrafos Lopo Homem, Pedro e Jorge Reinel. Esse mapa faz parte do Atlas Miller, de 1519, pertencente à Biblioteca Nacional da França. O mapa representa o escambo do pau-brasil no século XVI, sendo considerado o primeiro mapa econômico do Brasil e a primeira imagem do desmatamento no país (FARIA; ADONIAS, 2006). (ARCHELA, 2007, p. 214).

Rosely Archela (2007), ao tratar da cartografia brasileira, esclarece que os mapas também foram desenvolvidos por holandeses, franceses, espanhóis, ingleses. Esses mapas que compreendem desde as primeiras retratações do território brasileiro estão relacionados como os primeiros da cartografia nacional.

A vastidão do território brasileiro vislumbrava a quem o conhecia e se instalava, tanto por sua grandeza como por suas riquezas, requerendo soberania territorial e unidades demarcadas no império português. No que se referia a fortificações territoriais e delimitações fronteiriças, Enrico Antonio Gallucci se destacava, tanto na cartografia, astronomia e engenharia.

Assim como Gallucci, outros nomes capacitados e qualificados estiveram presentes na comissão destinada a demarcar o norte do território português. Estiveram presentes membros da Alemanha, Itália, Portugal, entre outras competências estrangeiras. Alguns dos nomes selecionados são listados por Riccardo Fontana (2005):

> Depois do Tratado de Madrid, a corte de Lisboa selecionou e convidou matemáticos, astrônomos, cartógrafos, arquitetos e engenheiros militares italianos para integrarem a I Comissão Demarcadora luso-espanhola em 1753. Entre eles, os mais conceituados foram: Brunelli, Ciera, Landi, Galluzzi, Sambuceti e Blasco. (FONTANA, 2005, p. 47).

Na comissão destinada às demarcações das fronteiras do norte, temos os pedidos de mapeamentos territoriais do Bispado do Pará, requerido por o governo do Estado do Grão-Pará e Maranhão, o Capitão-Geral Xavier de Mendonça Furtado.

Seu irmão, o Conde de Oeiras, e mais tarde Marquês de Pombal, é inserido na política portuguesa, assumindo o posto de ministro do novo rei D. José I, com o qual compartilhava

sonhos de transformar Portugal em um grande centro e potência econômica no cenário europeu e restaurar Lisboa, acometida por um terremoto no ano de 1755.

Renata Malcher de Araújo (2012) em *"A urbanização da Amazónia e do Mato Grosso no século XVIII povoações civis, decorosas e úteis para o bem comum da coroa e dos povos"* fala sobre a decisão de enviar Galluzzi ao Piauí:

> Ao longo da primeira metade do século XVIII, algumas ações foram tentadas para a estabilização e pacificação dos sesmeiros, que ali tinham sobretudo fazendas de gado, e dos indígenas, que em mais de uma ocasião revoltaram-se, pondo em causa a segurança da ligação do Maranhão com a Bahia. Mas será no âmbito da administração pombalina e sob a tutela de Mendonça Furtado que se vai efetivamente criar, em 1758, o governo autónomo da capitania do Piauí. João Pereira Caldas, o primeiro governador, começou seu governo em 1759. A decisão vem na sequência da criação, em 1755, da capitania do Rio Negro e justifica-se pela mesma necessidade de estabelecer uma gestão direta da área. Mas, na capitania do Piauí, o mais interessante é que a metodologia utilizada conjuga de maneira concertada a ação cartográfica de levantamento da capitania com a criação de novas vilas, que foram feitas tendo em conta a leitura global do território. Para tal importa referir outro elemento cartográfico crucial que é o Mappa Geographico da capitania do Piauhi... delineado por Henriques António Galucio em 1760, e, sobretudo, ao conjunto de cartas régias emitidas em 1761 para a elevação da vila de Mocha à capital da capitania, com nome de Oeiras, e para a criação de novas vilas em cada uma das freguesias da capitania. (ARAÚJO, Renata, 2012, p. 19[73]).

Renata Araújo (2012) cita também as ações concentradas em criar vilas na capitania do Piauí. Com a criação do governo autônomo, o Piauí passara a se ocupar em contratar o cartógrafo engenheiro para que os limites fossem estabelecidos e para que houvesse um maior controle territorial.

Mendonça Furtado tinha muitos planos para o serem executados pelo Engenheiro Enrico Antonio Gallucci. Eram também tempos em que se pensava e falava muito em grandes nações. Para tal feito capaz de drenar as riquezas, explorar novas terras e expandir a economia portuguesa em solo luso-brasileiro, seria necessário que Marques de Pombal delegasse funções de sua ambição expansiva.

Ao assumir o cargo de Primeiro-ministro, Pombal assume também a direção das colônias do Brasil, o período que compreende de 1750 a 1777 fica na história conhecido como Período Pombalino, recheado de mudanças e desejos de progresso ao Estado português. Uma de suas marcantes passagens é a expulsão dos Jesuítas do Brasil, influenciado por ideias Iluministas que visavam também uma rota de ensino voltado para o estado e diminuição das influências da Igreja.

[73] Página 19 do arquivo digital e página 59 do arquivo impresso, na íntegra.

Todas essas passagens históricas e contextuais nos levam para o momento em que se percebe a necessidade de delimitar e consolidar limites e fortificar as bases portuguesas, solidificando suas defesas, e nesse caso, tudo o que se compreendia como região amazônica (norte) seria voltada para demarcações fronteiriças e fortificações.

Dessa forma, se deflagrava a necessidade das contribuições do engenheiro militar ajudante e depois Sargento-Mor do Exército Português, Enrico Antonio Gallucci, indicado por Carlos Martel como encarregado das obras da Comissão Demarcadora de Limites no norte do Brasil, iniciada no Brasil em 1753.

A respeito desse mapeamento, Nívia Paula Dias de Assis (2016) faz as seguintes considerações:

> Ao assumir o governo do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado encomendou o mapeamento do Bispado do Pará, buscando identificar o grau de povoamento e os espaços ocupados por missionários jesuítas e carmelitas. Isso ocorreu por ocasião das demarcações das fronteiras do norte, no âmbito do Tratado de Madri. Consistia em uma comissão de cartógrafos e outros profissionais (Tabela 1), entre os quais figurava Henrique Antônio Galúcio. Ainda que os trabalhos de demarcação não se tenham realizado, foram organizadas várias campanhas de reconhecimento e mapeamento do território amazônico. (ASSIS, 2016, p. 64).

Como observamos na escrita de Nívia de Assis (2016), esse período é também marcado pela hegemonia territorial do que se compreende naquele período como Estado do Grão-Pará e Maranhão, detentor de regiões que passariam por vários anos de litígio, como era o caso do Piauí, região subordinada desde 1718 até o ano de 1761 quando finalmente assume o posto de capitania independente, e em homenagem ao rei de Portugal D. José I, ganha o nome de Capitania de São José do Piauhy, por meio de um alvará de uma Carta Régia de 29 de julho de 1758.

As habilidades do engenheiro militar possibilitavam que novas formas de planejamentos, tanto econômicos como políticos, fossem idealizados, buscando reformas urbanas e territoriais que fossem integrados nas áreas que eram mapeadas. Dessas noções territoriais se observam as vilas em evidencias, como foi o caso das vilas presentes na capitania do Piauí.

O mapa correspondente ao ano que antecede a emancipação territorial do Piauí com o Maranhão, foi feito sob encomenda por João Pereira Caldas, o primeiro governador da nova Capitania do Piauí, que tomara posse após 40 anos da criação da Capitania. Odilon Nunes, em "*Súmula de História do Piauí",* 2001 ressalta que "A capitania já recebera o nome de S. José

do Piauí, em homenagem ao Rei D. José, e Môcha, o de Oeiras, em homenagem ao Conde de Oeiras, mais tarde Marquês de Pombal". (NUNES, 2001, p. 57).

Desse modo, temos a elaboração de um importante documento: *Mappa Geográfico da Capitania do Piauhy,* de 1760, idealizado pelo Ajud. Engenheiro Henriques Antonio Galuzzi, no ano de 1760.

Renata Malcher de Araújo (2011) cita que:

> O nome de João Pereira Caldas para o governo do Piauí terá sido também indicação de Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Filho do brigadeiro Gonçalo Pereira Lobato, governador do Maranhão entre 1753 e 1761, João Pereira Caldas era ajudante de ordens de Mendonça Furtado e sempre mereceu os maiores elogios do capitão general. O encargo do Piauí não era fácil e pedia homem de confiança. Como se sabe, a ocupação efectiva e continuada dos campos do Piauí teve início no último quarto do século XVII e o seus principais agentes foram sertanistas, ligados sobretudo ao clã da Casa da Torre de Garcia d'Avila, que estabeleceram ali fazendas de gado e que foram agraciados com generosas sesmarias inicialmente dadas quer pelo governador da Bahia, quer pelo de Pernambuco. A personagem mais conspícua deste processo foi Domingos Afonso Mafrense (também conhecido como Domingos Afonso Sertão) que viria a ser dono de um considerável conjunto de fazendas, as quais deixou em legado aos jesuítas, tornando a ordem num dos grandes detentores de terra nos sertões do Piauí. (ARAÚJO, Renata, p. 4 -5, 2011).

Foi durante o governo de João Pereira Caldas que ficou determinado a tarefa de se deslocar para o *Piauhy* e em 1760 forjar uma das cartas mais importantes para o entendimento das distribuições e demarcações territoriais, que delineiam não só o território piauiense, como também expressa toda a bacia do rio Parnaíba. Tal função estava agora a cargo do capitão de engenheiros Antonio Gallucci. Vejamos tal narrativa a respeito dessa escolha e pedido:

> Mandou, por isso, no governo do João Pereira Caldas, ao capitão de engenheiros Henrique Antonio Gallucci, official ilustre e de grande mereciemnto, que então servia ao Pará, que viesse a nova capitania, para o fim especial de levantar-lhe a carta topographica e demarcar-lhe os limites
> Esta missão cumpriu-a Gallucci, traçando-os, no litoral, desde a barra do rio Timonha até à barra da Tutoya. Dá restemunho disso não só o original dessa carta, como também a copia que della fez José Pedro Cesar de Menezes, no governo do coronel Carlos Cesar Burlamaqui.
> De posseo governo portuguez do trabalho de Gallucci, nenhum acto expediu, ao que nos conste, approvando os limites por elle demarcados ao Piauhy. Ou marcanndo-lhe novos. E foi assim que este ficou sem ter as suas divisas territoriais traçadas por um acto expresso e positivo. (FREIRE, 1907, p. XXVII).

Antonino Freire (1907) destaca que ficou a cargo de Antonio Galucci a produção do mapa topográfico do Piauí, entregue em 1760. Uma carta que, aliás, impressiona pela sua semelhança com o mapa do atual estado do Piauí. Desenhado sob as circunstancias de outro

tempo e dispondo de outras ferramentas para desenhar, a carta nos revela muita técnica e riqueza de detalhes.

Encontramos na Biblioteca Nacional Digital (Brasil), o *"Mappa geographico da capitania do Piauhy, e parte das do Maranhão, e do Gram Pará [Cartográfico]",* do Engenheiro Militar Enrico Antonio Gallucci. No mapa de Gallucci que retrata a Capitania do Piauí notamos a presença de Príncipe Imperial (atualmente Crateús-CE), detalhada no território do Piauí. Inclusive, na carta também é possível observar o quão largo era o litoral do Piauí, grafado como "Piauhy" e o percurso da bacia do rio Parnaíba (Parnahyba):

Figura 12- carta hidrográfica de Galluzzi (1760)



Fonte: Biblioteca Nacional Digital (Brasil). *"Mappa geographico da capitania do Piauhy, e parte das do Maranhão, e do Gram Pará [Cartográfico]"*, de autoria do Engenheiro Militar Enrico Antonio Gallucci.Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=17952. Acesso em 23 de Abril de 2023.

Com base no reconhecimento de mapas como construção de documentos de ampla relevância histórica, observaremos o presente mapa, do engenheiro militar Enrico Antonio Galulcci, retratado à cima, figura (12). Ao ser encomendado essa carta topográfica, durante o governo de João Pereira Caldas, não se nota, posteriormente, nenhum reconhecimento oficial por parte do governo português, ao passo em que também não foi realizado nenhum tipo de veto a tal levantamento topográfico solicitado[74].

Fazendo um *link* com as duas situações elencadas nas páginas anteriores, sobre a presença do litoral (que, com base nas divisões pensadas, deveria basear-se como marco divisor a serra da Ibiapaba), e de Caratiús (Crateús CE), este no mapa do Piauí, referenciamos um recorte desse mesmo mapa de Gallucci, de 1760:

Figura 13- Recorte do mapa de Gallucci, de 1760. Sinalizando a presença simultanea de Caratiús e Amarração no mapa da Capitania do Piauí.



Fonte: Recorte feito por a autora. Site Biblioteca Nacional Digital – BND–Mapa inteiramente disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=17952.

Temos nesse momento da história do Piauí e do Brasil, um mapa desenhado e um governo português que não faz o reconhecimento oficial das divisões territoriais estabelecidos no documento, mas que em contra partida, também não negou-lhes as informações descritas.

[74] Tal medida, entendida como silenciamento por parte do estado português, em não buscar uma ênfase clara no que foi levantado por Galluzzi, se dava pelo fato de que em meados do século XVIII não era comum a preocupação interestadual com suas áreas limítrofes. Portanto, até o momento, nenhuma capitania existiu com as fronteiras claramente definidas e delimitadas por lei (FREIRE, 1907).

Desse modo, ficaria o mapa[75] desconsiderado para as questões que envolviam litígio entre os estados do Piauí e Ceará. Esse fato também acaba contribuindo para uma não resolução das questões territoriais, já que eram desconsiderados, de forma oficial, os limites já postulados por o Engenheiro Militar.

Sobre a estabilização e pacificação dos sesmeiros, a produção de um mapa como o de Gallucci, seria de grande importância para fossem realizadas ações incisivas de mapeamento e controle de posse de terras aos sesmeiros. Sobre essa pauta, Renata Malcher de Araujo (2012) em "A Urbanização da Amazónia e do Mato Grosso no século XVIII Povoações civis, decorosas e úteis para o bem comum da coroa e dos povos" cita que:

> Ao longo da primeira metade do século XVIII, algumas ações foram tentadas para a estabilização e pacificação dos sesmeiros, que ali tinham sobretudo fazendas de gado, e dos indígenas, que em mais de uma ocasião revoltaram-se, pondo em causa a segurança da ligação do Maranhão com a Bahia. Mas será no âmbito da administração pombalina e sob a tutela de Mendonça Furtado que se vai efetivamente criar, em 1758, o governo autónomo da capitania do Piauí. João Pereira Caldas, o primeiro governador, começou seu governo em 1759. A decisão vem na sequência da criação, em 1755, da capitania do Rio Negro e justifica-se pela mesma necessidade de estabelecer uma gestão direta da área. Mas, na capitania do Piauí, o mais interessante é que a metodologia utilizada conjuga de maneira concertada a ação cartográfica de levantamento da capitania com a criação de novas vilas, que foram feitas tendo em conta a leitura global do território. Para tal importa referir outro elemento cartográfico crucial que é o Mappa Geographico da capitania do Piauhi... delineado por Henriques António Galucio em 1760, e, sobretudo, ao conjunto de cartas régias emitidas em 1761 para a elevação da vila de Mocha à capital da capitania, com nome de Oeiras, e para a criação de novas vilas em cada uma das freguesias da capitania. (ARAÚJO, 2012, p.59).

Renata Malcher de Araújo (2012) fala sobre as ações que foram implementadas para que ocorresse uma estabilização e pacificação dos sesmeiros. O governo de João Pereira Caldas é marcado também pela necessidade de exercer uma gestão mais próxima das regiões governadas.

Assim, a encomenda do mapa da Capitania do Piauí se deu no momento em que seu primeiro governador, João Pereira Caldas, solicita um documento que atesta a territorialidade do Piauí e que auxiliaria nas defesas militares.

Sobre a criação da capitania[76] do Piauí, temos a Carta Régia de 29 de Julho de 1758, seguia-se a nova capitania de roupagem administrativa composta por seu primeiro

[75]Biblioteca Nacional Digital – BND. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart215946/cart215946.jpg Acesso em 28 de Setembro de 2022.

[76] Sabe-se que a comarca do Piauí (Piauhy) passou a ser oficializada a partir da Carta Régia de 30 de junho de 1712, com sua sede na Vila da Mocha, provida em 1723, com seu primeiro ouvidor Vicente Leite Ripado.

governador, o coronel João Pereira Caldas. Segundo Renata Malcher de Araújo (2011), o nome de João Pereira Caldas para o governo do Piauí teria sido uma indicação de Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

Para Antonino Freire (1901), a Carta Régia de 1758 tornaria o Piauí independente do Maranhão. O autor afirma que a província do Piauí era de vastíssimas riquezas. Sobre essas mudanças, Cid de Castro Dias (2008), em *Piauhy das origens à nova Capital:*

> A autonomia do governo Piauiense se efetivaria em julho de 1758, tendo seu primeiro Governador, João Pereira Caldas, assumindo as rédeas da administração somente em 20 de setembro de 1759.
> Como governo autônomo, desvinculado do Maranhão, a primeira organização político-administrativa a ser implantada no Piauí recaiu sobre os ombros do Governador. (DIAS, Cid de Castro, 2008, p. 129).

Assumindo o novo governo e com uma série de delegações, João Pereira Caldas achou-se no dever de fazer um levantamento sobre as jurisdições territoriais as quais a capitania do Piauí estava inserida, na intenção de agir com efetividade sob as dinâmicas econômicas, bem como o próprio reconhecimento e defesa territorial.

E foi desse modo que governador contou com o engenheiro militar Enrico Antonio Gallucci[77], para a realização de uma carta topográfica capaz de apontar seus limites e reconhecimentos territoriais por parte da nova capitania. Vejamos o que relatam os dados levantados por Gallucci e entregues a João Pereira Caldas:

> Esta missão cumpriu-a Gallucci, traçando-os, no littoral, desde a barra do rio Timonha até à barhia da Tutoya. Dá testemunho disso não só o original dessa carta, como também a copia que della fez José Pedro Cesar de Menezes, no governo do coronel Carlos Cesar Burlamaqui.
> De posso o governo portuguez do trabalho de Gallucci, nenhum acto expediu, ao que nos conste, approvando os limites por elle demarcados ao Piauhy, ou marcando-le novos. E foi assim que este ficou sem ter as suas divisas territoriais traçadas por um acto de expresso e positivo. (FREIRE, 1901, p. XXVII).

Dessa forma, Antonino Freire (1907) esclarece que desde os primeiros anos da criação da capitania do Piauí, ficou clara a preocupação com as demarcações territoriais, através de encomendas de cartas topográficas, mas a pouca vontade do governo português em reconhecer tais limites territoriais fez com que a carta elaborada por Gallucci não obtivesse validade/reconhecimento dentro daquele contexto que se encontrava as decisões do governo. Tal situação, como mencionada anteriormente, era justificada pelo fato de que até o dado

---

[77] Enrico Antonio Gallucci ou Henrique Antonio Galluci. O nome do engenheiro surge de formas diferentes em vários documentos que o retratam.

momento, nenhuma outra capitania existia com seus limites de fronteira claramente estabelecidos.

Falamos sobre a importância do engenheiro Henrique Antonio Galluci para a cartografia piauiense. Agora, vejamos a seguir, como ficam estabelecidos os mapas que constam o atual litoral do Piauí e o mapa com o atual delta do rio Parnaíba:

Figura 14- Mapa atual do Litoral do Piauí

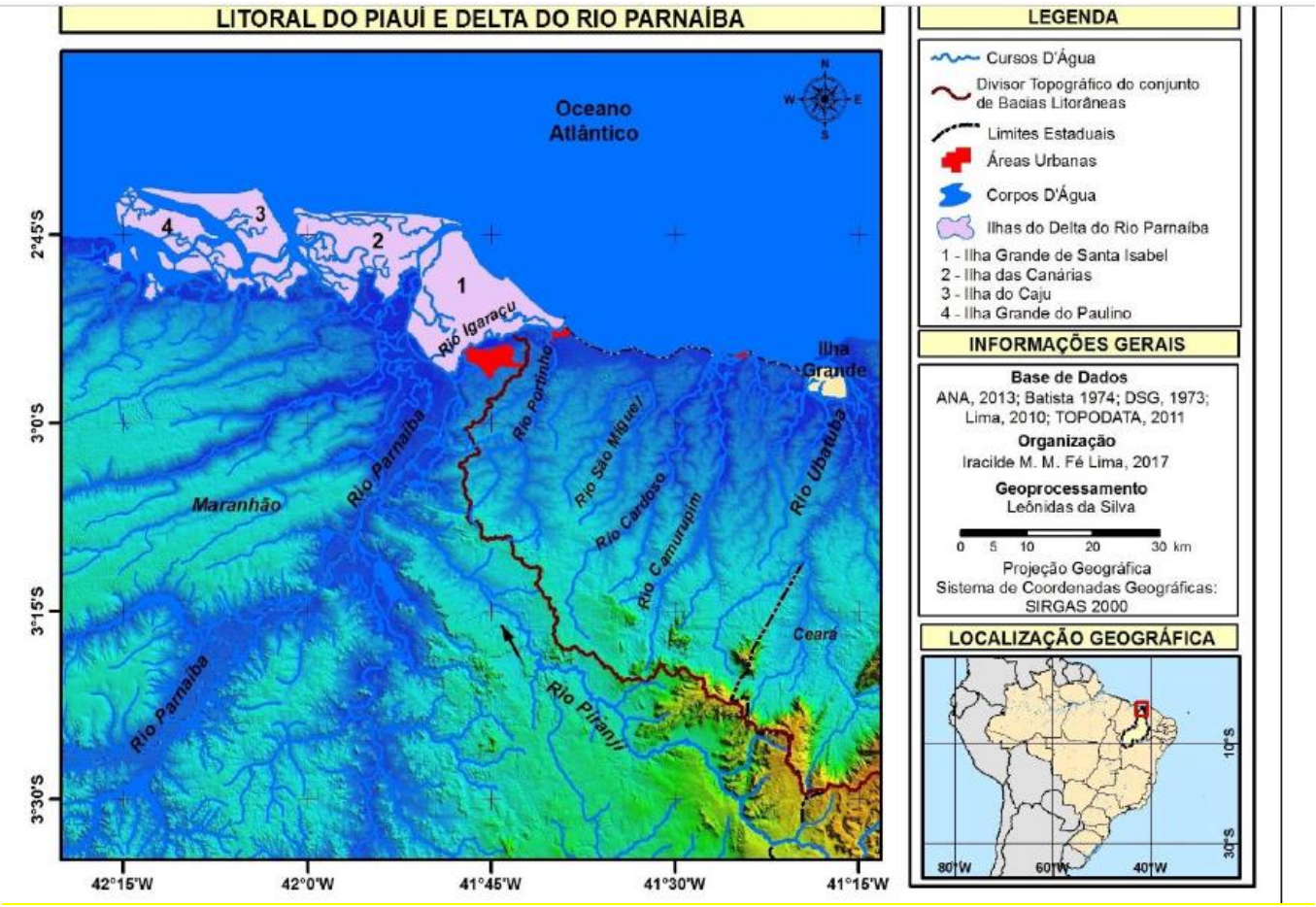


Fonte: IBGE; CPRM (2020) Atual mapa do Litoral do Piauí.

Notamos na figura (14) o mapa do litoral do Piauí, com as principais sinalizações: Pedra do Sal, Atalaia, Coqueiro, Macapá, Barra Grande e Cajueiro da Praia, entre outras regiões que fazem parte da rota de turismo e da história do Piauí.

Sobre o rio Parnaíba, Iracilde M.M.Fé Lima (2017), em *"Hidrografia do Estado do Piauí, disponibilidades e usos. In: AQUINO, C. M. S. A.; SANTOS, F. A. Recursos Hídricos do Estado do Piauí: fundamentos de gestão e estudos de casos em bacias hidrográficas do centro-norte piauiense",* em seu capítulo 3, aborda em uma figura o Mapa do Litoral do Piauí e Delta do rio Parnaíba. Vejamos:

Figura 15- Mapa Atual do Delta do rio Parnaíba



Fonte: Org.: Iracilde M.M.Fé Lima (2017).

O Delta do rio Parnaíba envolve 73 ilhas fluviais e faz parte da foz do rio Parnaíba, que conta com 5 braços. O delta do rio Parnaíba fica entre os estados do Piauí e Maranhão. Com base em dados recentes, Iracilde Maria de Moura Fé Lima (2017)[78] nos possibilita observar de forma ampla e clara como atualmente encontra-se o litoral do Piauí, bem com suas curvas d'água, as ilhas do Delta do rio Parnaíba.

"Os rios de maior extensão que têm suas bacias totalmente incluídas na faixa litorânea piauiense e suas desembocaduras diretamente no Oceano Atlântico são o Portinho, o São Miguel, o Cardoso, o Camurupim e o Ubatuba (DSG, 1973)". (LIMA, 2017, p. 19) Iracilde Lima (2017) estabelece que o nascedouro do rio Parnaíba recebe o nome de Riacho Água

[78] Iracilde Maria de Moura Fé Lima é Doutora em Geografia. Docente dos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Federal do Piauí. A figura retratada encontra-se em: LIMA, I. M. M. F. Hidrografia do Estado do Piauí, disponibilidades e usos. In: AQUINO, C. M. S. A.; SANTOS, F. A. **Recursos Hídricos do Estado do Piauí: fundamentos de gestão e estudos de casos em bacias hidrográficas do centro-norte piauiense.** Cap. 3. Teresina: EDUFPI, 2017, p.43-68. ISBN: 978-85-509-0201-2. Disponível em: (PDF) HIDROGRAFIA DO ESTADO DO PIAUÍ, DISPONIBIDADES E USOS DA ÁGUA (researchgate.net)

Quente, posteriormente Rio Parnaíba, com a foz de seu afluente denominado de riacho Curriola, ou Surubim, identificado como principal formador do rio Parnaíba.

Pensando para fins de reconhecimento territorial e eventuais proteções militares da área que compreendia a nova capitania, e nesse contexto de buscas por melhores controles territoriais e reconhecimentos territoriais, que podemos analisar as contribuições de Galluzzi e sua trajetória no Brasil, uma vez que boa parte de suas contribuições seguem até os dias atuais.

Dessa forma, ainda temos muito que pesquisar, não apenas na história do Brasil, de modo geral, mas em todos os pormenores que constituem nossas histórias passadas e que se conectam com nossas histórias atuais e futuras, como é o caso das contribuições de um dos grandes nomes para as primeiras noções de cartografia brasileira, o Antonio Galluzzi. O exercício desenvolvido manteve o foco em torno de abrir espaços para as narrativas que retratam o engenheiro militar Enrico Galluzzi e como essa figura contribuiu para as noções de territorialidade brasileira, bem como sua relevância para a história do Piauí.

No tópico apresentado, observamos como a figura do engenheiro militar foi indispensável para a cartografia militar, seja para a compreensão do território nacional, ou até mesmo para o nordeste do atual Brasil, como é o caso do Piauí, quando João Pereira Caldas, primeiro governador do estado do Piauí, encomenda a Gallucci uma carta que retrate todo o território em questão, na intenção de conhecer os limites estaduais e buscar estratégias governamentais.

Ao longo de cada pesquisa, nos deparamos com novas e infinitas possibilidades de ver, sentir e praticar o tempo, afinal, a função do historiador é algo inacabável, não existe uma história pronta, com um ponto final. Hayden White, em "*Trópicos do discurso, ensaios sobre a crítica da Cultura*", ressalta a importância de se trabalhar a história como se trabalha com a própria arte, pautada na liberdade, na fuga de traços pré-moldados, engessados, mas que se busque explorar as múltiplas faces sem enquadramentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi abordar as questões historiográficas e bibliográficas sobre o rio Parnaíba, a titularidade da barra da Tutóia e sua praticagem ao longo dos séculos, que são retratadas, em sua maioria, por fontes do século XX analisadas. A pesquisa nos mostra que essas temáticas que envolvem território, em especial, o litoral do Piauí, estão longe de serem finalizadas. Cabendo a nós, historiadores, pesquisadores, a arte de esmiuçar fontes, vasculhar arquivos e lapidar essas narrativas. Buscamos analisar, através de mediações, como se deram as narrativas sobre o litoral do Piauí, a praticagem da barra da Tutóia e como essas questões vibram ao longo dos anos.

No primeiro momento, verificamos as contentas territoriais que envolvendo os estados do Piauí e Maranhão. Verificamos leituras com as de Justo Jansen Ferreira, que em 1908 publicava "*A Barra da Tutóia"*, debates em prol da causa maranhense no que se refere à tutela da barra da Tutóia, uma escrita inteiramente dedicada à contestação do que escrevia Antonino Freire , em 1907, no livro "*Limites entre os estados do Piauhy e Maranhão"*. observamos as escritas de Milton Santos (2004), em *"Por uma Geografia Nova: Da Crítica a uma Geografia Crítica",* onde verificamos informações sobre aspectos geográficos. Seguimos analisando as escritas do jornal Nortista (1901), em prol de uma barra da Tutóia genuinamente piauiense. Observamos as escritas de Gabriel Soares de Sousa, sobre o náufrago Nicolau de Resende, que teria morado "por essas bandas" - como se refere algumas escritas – e teria convivido, juntamente com seus companheiros de naufrágio, com os Tremembés. Buscamos alinhar de forma clara as passagens bibliográficas que apontam as indagações sobre a praticagem da barra da Tutóia, observamos as variedades toponímicas[79].

Observamos os estudos de Pe. Cláudio Melo (1985) e suas contribuições para a historiografia piauiense. Foram observadas cartas, como o exemplo das cartas de Diogo Homem (1558-1568), e como estas apresentavam o rio Parnaíba e a visão geral de como era interpretado o que esses autores compreendiam sobre o que hoje é o Brasil.

No segundo capítulo, observamos as narrativas sobre a praticagem da barra da Tutóia. Observamos os estudos de Gercinair Silvério Gandara (2008), em são observadas as declarações sobre o primeiro regulamento para a praticagem das barras do rio Parnaíba. Seguimos observando os estudos de Antonino Freire (1907), que muito inspirou esta escrita, com base em suas fontes e referencias recomendadas em sua escrita.

---

[79]MENDES, Francisco Iweltman Vasconcelos, em *"**Parnaíba: educação e sociedade (Da colonização ao fim do Estado Novo)"***, sobre o termo "rio Parnaíba", afirma que "A toponímia "Parnaíba" é de origem indígena e significa "rio caudaloso" (**Paraná**), ruim ou imprestável (*ayba*)". (MENDES, 2007, p. 13).

Temos as escritas de Mairton Celestino das Silva (2016), em sua tese de Doutorado intitulada "*Um caminho para o Estado do Brasil: colonos, missionários, escravos e índios no tempo das conquistas do Estado do Maranhão e do Piauí, 1600-1800",* Me. Marcus Pierre de Carvalho Baptista e Dr. Francisco de Assis de Sousa Nascimento (2021) refletem sobre os serviços de praticagem, no texto *"Amarração entre o Piauí e o Ceará: modernidade, conflitos e litígio entre piauienses e cearenses na segunda metade do século XIX"*.

Observamos um importante mapa, de Simplício Dias da Silva (1806 e 1826), ilustrando o rio Parnaíba. Para compreendermos um pouco sobre as contendas territoriais entre Piauí e Ceará, temos as escritas de Eric de Melo Lima e Iracilde Maria de Moura Fé Lima (2020), o artigo intitulado "*Configurações de Territórios: Litígios entre os estados do Piauí e do Ceará"*. Analisamos as contribuições de Jorge Pimentel Cintra (2013), em "*Os Limites das Capitanias Hereditárias do Sul e o Conceito de Território"* auxiliando nas discussões sobre as distribuições das capitanias. Além disso, observamos as narrativas de Pe. Cláudio Melo (1985), em "*A Prioridade do Norte no povoamento do Piauí".*

Fontes como o jornal Nortista (1901-1902) e seus esforços em meio a publicação após publicação, reunindo documentos e fôlegos que expressassem a necessidade de inflamar o povo piauiense em prol da reintegração territorial do Piauí, em prol da barra da Tutóia, que era compreendida como genuinamente piauiense. Temos também o Almanack da Parnahyba (1924). Observamos as considerações de Miguel Rosa, ao escrever no Jornal Pátria (1902), colocando-se favorável ao Piauí, na questão da barra da Tutóia.

No terceiro capítulo observamos o papel da cartografia. Observamos, através do *Almanack da Parnahybai (1924),* sobre o anseio da população e da elite comercial em ter um porto piauiense. Observamos o jornal Nortista (1901), que despertava o patriotismo de parnaibanos, para que continuassem na busca de reunião de documentações e provas que atestavam ao Piauí o direito à barra da Tutoya (Tutóia). Vislumbramos também uma tabela, com argumentos defendidos por piauienses e maranhenses.

No quarto momento, buscou-se observar as contribuições da cartografia, em especial, o mapa do Ajud. Engenheiro Militar Enrico Antonio Galluzzi "*Mappa Geográfico da Capitania do Piauhy",* de 1760. e a sua importância para a historiografia piauiense, revelando uma preocupação por parte do primeiro governador do Piauí, João Pereira Caldas, em estar por dentro dos limites territoriais do Piauí. Na época da elaboração do mapa, suas informações não foram reconhecidas devidamente, isso se teria ocorrido porque na época, não estavam sendo realizados mapeamentos territoriais em outras regiões.

Autores como Junia Motta Antonaccio Napoleão do Rego (2013), em seu livro *"Dos Sertões aos Mares: história do Comércio e dos Comerciantes da cidade de Parnaíba – Piauí"*, nos ajudam a entender sobre o Piauí, sua economia comercial, uso das rotas marítimas. Com as escritas de Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro e Dr. José Lins Duarte, no artigo intitulado *"A transferência da capital do Piauí no século XIX: motivações e embates nesse transcurso"*, podemos analisar outras faces do Piauí. Com as pesquisas de José Lins Duarte (2022), em sua tese de doutorado "*A companhia de navegação a vapor no rio Parnaíba***:** *o Piauí nas águas do progresso (1859-1900)",* observamos informações importantes sobre o rio Parnaíba, rotas fluviais, importância da navegação a vapor para o progresso do Piauí.

Seguimos observando uma carta corográfica de 1855, intitulada "*Carta corografica das provincias do Maranhão e Piauhy e parte das do Pará, Goyás, Bahia, Pernambuco e Ceará"*, do ano de 1855, que retrata o Piauí e alguns pontos de vista dos estudos sobre o litoral do piauiense.

Observamos Odilon Nunes (2007), em *"Pesquisa para a história do Piauí: Lutas partidárias e a situação da Província",* contribuindo para compreendermos sobre como era o acesso ao litoral do Piauí. Temos *Almanack da Parnahyba* (1924) mostrando como era pensado e desejado o projeto de melhoramento do porto de Amarração, sonho da elite comercial piauiense.

Alguns padrões, ao longo desta pesquisa foram observados, o primeiro seria a histórica reivindicação piauiense sobre a barra da Tutóia, principalmente entre os anos de 1901 a 1910, recheada de fontes e narrativas bibliográficas disponibilizadas pela própria bibliografia de autores visitados para a presente pesquisa.

O segundo padrão encontrado nas narrativas do Jornal Nortista (1901 e 1902) e no trecho de Miguel Rosa, no jornal Pátria (1902), seria o ato de inflamar os piauienses ao "reconhecimento desse direito secular", como consta também nos estudos de Antonino Freire (1907). Outro fator, dentro desse cenário, que chama atenção é a questão cultural dos que viviam na região identificada como litigiosa entre o Piauí e o Maranhão.

O terceiro padrão observado foi o de que, a maioria das pesquisas realizadas, entre fontes e bibliografias, aconselham-nos a seguir no labor historiográfico, ao afirmarem que ainda há muito que se escrever e responder sobre a História do Piauí, assim como ressaltou também Pe. Claudio Melo (1985), Antonino Freire (1907) e o jornal Nortista (1901-1902).

Dessa forma, recorremos a fontes bibliográficas de autores piauieses, maarahenses, entre outros autores que versão sobre a temática abordada, assim como fontes hemerográficas,

livros, sites, mapas, plantas, que retratam a história o Piauí.

Como nos fala Michel de Certeau (2000), em "*A escrita da História"*, a prática de um historiador se assemelha a de um operário, e que como tal, o historiador trabalha com seus materiais, para transformá-los em História.

Ao decorrer deste estudo, trabalhamos com as ideias de buscar entender as tramas e novelos que cercam o debate sobre o litoral do Piauí e a titularidade da barra da Tutóia – MA e sua praticagem ao longo dos anos. Através dessas abordagens, observamos discursos que clamam por uma barra da Tutóia genuinamente piauiense, mostrando-nos que a praticagem portuária foi assumida pelo estado maranhense, mas que guarda rastros de uma possível tutela piauienses, segundo as fontes e bibliografias analisadas. Vimos também as falas de maranhenses, que atesto ser do Maranhão a barra da Tutóia, como o caso das escritas de maranhense José Ribeiro Amaral (1910), em "*Limites do Maranhão com o Piauí ou a questão da Tutoya"*, Justo Jansen Ferreira, que em 1908 publicava "*A Barra da Tutóia"*.

Observamos que todas essas questões, como diria Pe. Claudio Melo (1985), merecem uma atenção e cuidado por parte dos historiadores, que ainda têm muito que pesquisar e enveredar nas pistas deixadas por escritas e fontes. Tal pesquisa nos oferece a possibilidade de analisar novos caminhos interpretativos, partindo de bibliografias utilizadas, bem como observar as lacunas temporais a serem elucidadas.

Um dos principais focos desta dissertação se concentra no levantamento de fontes, bibliografia, arquivos, etc., que chancelem a presença dessas narrativas, reivindicações e debates relacionados ao recorte temporal analisado, que se referem ao litoral do Piauí, e principalmente, à praticagem da barra da Tutóia, por parte do Piauí, seguido de como os piauienses (através do jornal, por exemplo), as escritas e demais fontes entendiam e defendiam a tutela de um dos braços do rio Parnaíba, mostrando, finalmente, que tais debates existiram e ainda ecoam no tempo. Ao final, espera-se que a pesquisa realizada auxilie no desenvolvimento de novas pesquisas e no entendimento de novas possibilidades de enxergar a historiografia piauiense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGÁFICAS.

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. Memória cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí. Teresina: SEDUC, 2005.

AMARAL, José Ribeiro. **Limites do Maranhão com o Piauí ou a questão da Tutoya.** Imprensa oficial. Maranhão, 1910.

ARAUJO, Renata Malcher. **A Urbanização da Amazónia e do Mato Grosso no século XVIII Povoações civis, decorosas e úteis para o bem comum da coroa e dos povos**. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.20. n.1. p. 41-76. jan.- jun. 2012. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0101-47142012000100003. Acesso em: 8 de Dez. de 2022.

ARCHELA, Rosely Sampaio. **EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA CARTOGRAFIA NO BRASIL Instituições, formação profissional e técnicas cartográficas.** Revista Brasileira de Cartografia No 59/03, Dezembro 2007. (ISSN 1808-0936). Disponível em: https://www.bing.com/ck/a?!&&p=3d64e3341c84b4b2JmltdHM9MTY3NTU1NTIwMCZpZ3VpZD0wNGI5NzU3YS1jZTg3LTY5NzEtMDgyOC02NzFkY2Y5MzY4NzYmaW5zaWQ9NTE4MA&ptn=3&hsh=3&fclid=04b9757a-ce87-6971-0828-671dcf936876&psq=cartografia+brasileira+pdf&u=a1aHR0cHM6Ly9kb2NzLnVmcHIuYnIvfmRlbmlfZXJuL0NEMjAyMC9BMS8zMTUtODk1LTEtUEIlMjAlMjgxJTI5LnBkZg&ntb=1. Acesso: 02 dez. 2022.

ASSIS. Nívia Paula Dias de. **O MAPPA GEOGRAFICO DA CAPITANIA DO PIAUHY, DE ANTONIO GALLUZZI**. In: 3° Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica. CRCH – UFMG – Belo Horizonte/MG – Brasil. 2016.

BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho. NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa**.“Amarração entre o Piauí e o Ceará: Modernidade, Conflitos e Litígio entre piauienses e cearenses na segunda metade do século XIX”**. Artigo disponível em: 1627923360_ARQUIVO_4f0b6ce419672d00d434c432e642435b.pdf (anpuh.org). Acesso em 20 de Abril de 2023.

BARBOSA, Edison Gayoso Castelo Branco. **O Parnaíba; contribuição à história de sua navegação**. Teresina, Projeto Petrônio Portella, 1986.

BAIÃO, António. Introdução. In: BARROS, João de. *Ásia*, de João de Barros. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1988 [fac-símile da edição de 1932]

BERREDO, Bernardo Pereira de. **Annaes Historicos do Estado do Maranhão, em que se dá notícias do seu descobrimento, e tudo o mais que nelle tem succcedido desde o anno em que foy descuberto até o de 1718.** Segunda edição. Impresso por A. J. da Cruz. Typographia maranhense, 1849. Disponível em: Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br). Acesso em: 04 de jan. de 2023.

BORGES, Jóina Feitas. **A História Negada: Em busca de Novos Caminhos** / Jóina Freitas Borges – Teresina: FUNDAPI; 2004. 134 p. (Coleção Grandes Textos).

BRITTO, Bugyja. **O Piauí e a unidade nacional.** Rio de Janeiro. 1976.

CAMPOS, Maria Natielly Soares. Um Piauí no Maranhão ou um Maranhão no Piauí: Discursos e narrativas bibliográficas sobre a genuinidade da barra da Tutóia (1901-1910). 2019.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

CHAVES, Joaquim Raimundo Ferreira. **O índio no solo piauiense.** 3ª ed. F.C.M.C, 1995.

CHAVES, Pe. Joaquim**. O índio no solo piauiense**. CADERNO N. 2, 1953.

CINTRA, Jorge Pimentel. **Reconstruindo o mapa das capitanias hereditárias.** 2007. An. mus. paul. vol.21 no.2 São Paulo July/Dec. 2013. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0101-47142013000200002

CINTRA, Jorge Pimentel**. Limites das Capitanias Hereditárias do Sul e o Conceito de Território.** 2007. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-02672017v25n0208

COSTA, F. A. Pereira**. Cronologia histórica do estado do Piauí: desde os seus tempos primitivos até a proclamação da República**. v. 2. Teresina: Artenova, 1974.

COSTA, Graciete Guerra da. **FORTES PORTUGUESES NA AMAZÔNIA BRASILEIRA** / Graciete Guerra da Costa – Brasília: UnB, 2015.

DIAS, Cid de Castro. **PIAUHY das origens à nova Capital.** 1° edição, 2008. Disponível em: Cid de Castro Dias - Piauhy, Das Origens À Nova Capital | PDF (scribd.com). Acesso em: 23 de Maio de 2023.

DODT, Gustavo Luiz Guilherme. **Descripção dos rios Parnahyba e Gurupy. Relatorio sobre as explorações dos mesmos seguidos de uma memoria sobre o porto de San Luiz**

do Maranhão. Maranhão. Typo do Paiz. Imp. M. F. V. Pires. 1873. Disponível em: Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin: Descripção dos rios Parnahyba e Gurupy, relatorios sobre a exploração dos mesmos seguidos de uma memoria sobre o porto de San'Luiz do Maranhão. (usp.br). Acesso em: 25 de Abril de 2023.

DUARTE, José Lins. ***A COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO A VAPOR NO RIO PARNAÍBA: O PIAUÍ NAS ÁGUAS DO PROGRESSO (1859-1900)***. Teresina. 2022.

FERREIRA, Justo Jansen. **A barra da Tutoya.** Maranhão. 1908.

FREIRE, Antonino. **Limites entre os estados do Piauí e Maranhão**. Teresina. 1907.

FONTANA, Riccardo. **As obras dos engenheiros militares Galluzzi e Sambuceti e do arquiteto Landi no Brasil colonial do séc. XVIII** / Riccardo Fontana. -- Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. 102 p. : il., fots. -- (Edições do Senado Federal ; v. 46).

GANDARA, Gercinair Silvério. **Rio Parnaíba... Cidades-Beira.** Brasília – DF. 2008.

LIMA, Eric de Melo (2020). **Configuração de Territórios: Litígios entre os Estados do Piauí e do Ceará.** Revista Equador (UFPI), Vol. 9, Nº 4, p.193 - 213 Home: http://www.ojs.ufpi.br/index.php/equador. ISSN 2317-3491.

LIMA, I. M. M. F. Hidrografia do Estado do Piauí, disponibilidades e usos. In: AQUINO, C. M. S. A.; SANTOS, F. A. **Recursos Hídricos do Estado do Piauí: fundamentos de gestão e estudos de casos em bacias hidrográficas do centro-norte piauiense.** Cap. 3. Teresina: EDUFPI, 2017, p.43-68. ISBN: 978-85-509-0201-2

MELO, Pe. Claudio, **A prioridade do norte no povoamento do Piauí.** Teresina. 1985.

MENDES, Francisco Iweltman Vasconcelos, em *"**Parnaíba: educação e sociedade (Da colonização ao fim do Estado Novo)**"*. 2° edição. Parnaíba, SIEART, 2007.

MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa e DUARTE, José Lins. ***"A transferência da capital do Paiuí no século XIX: motivações e embates nesse transcurso".*** Disponível em: 50.8 - Revista La razón histórica (revistalarazonhistorica.com). Acesso em 28 de abril de 2023.

MORAES, José de. **História da Companhia de Jesus na extincta província do Maranhão e Pará**-pag. 17, edição de Paris, de MDCCCXVIII.

NUNES, Odilon. **Estudos de história do Piauí**./ Odilon Nunes. 2. Ed. – Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2014. 350 p. (Coleção Centenário, 8)

NUNES, Odilon. **Pesquisa para a história do Piauí: Lutas partidárias e a situação da Província. Em bsuca de organização: escolha e trabalho...** / Odilon Nunes. – Teresina> FUNDAPI; Fund. Mons. Chaves, 2007. 344p (Coleção Grandes Textos, v. IV).

NUNES, Odilon. **Súmula de História do Piauí**. 2° Edição; ed. Academia Piauiense de Letras – Convênio com o Banco do Nordeste: Teresina, 2001.

NUNES, Mônica Balestrin. **Cartografia e paisagem: o mapa como objeto de estudo.** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 65, p. 96-119, dez. 2016. Disponível em: Cartografia e paisagem: o mapa como objeto de estudo | Revista do Instituto de Estudos Brasileiros (usp.br). Acesso: 05 de nov. 2022.

PARANAGUÁ, Joaquim Nogueira, 1855-1926. **Do Rio de Janeiro ao Piauí pelo interior do país: impressões de viagem** / Joaquim Nogueira Paranaguá. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2019.

PINTO, Luciana de Queiroz. **Uma análise sobre a representação do indígena em dois mapas de Diogo Homem , 1558 e 1568.** In: 3° Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica. CRCH – UFMG – Belo Horizonte/MG – Brasil. 2016. Disponível em: 27LucianaPinto_3SBCH.pdf (ufmg.br). Acesso em: 05 de março de 2023.

QUEIROZ, Teresinha. **Economia Piauiense**: da pecuária ao extrativismo. 3.ed. Teresina: Edufpi, 2006. p. 15.

SANTANA, Judith. **Parnaíba.** 1982.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo (SP): Ática, 1993. Disponível em: (3).pdf (google.com). Acesso em: 28 de Maio de 2023.

REGO, Junia Mota Antonaccio Napoleão do. **Dos sertões aos mares: história do comércio e dos comerciantes de Parnaíba, Piauí** / Junia Mota Antonaccio Napoleão do Rego. – Teresina: EDUFPI, 2013. 295 p. **(1700-1950)**.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: Da Crítica a uma Geografia Crítica** / Milton Santos. – 6. Ed.- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. – (Coleção Milton Santos; 2). Disponível em: Milton Santos - Por Uma Geografia Nova.pdf [34wmok8kwzl7] (idoc.pub). Acesso em: 04 de Abril de 2023.

SILVA, Alexandre Wellington dos Santos (Org). "*Trabalho e cotidiano no Delta do Parnaíba no entresséculos (XIX e XX)", IN:* **"Mundos do Trabalho no Piauí, história, sociabilidades e resistências"**. Alexandre Wellington dos Santos Silva (Org). Taipa Editorial: Parnaíba, 2020.

SILVA, Mairton Celestino da. **Um caminho para o Estado do Brasil: colonos, missionários, escravos e índios no tempo das conquistas do Estado do Maranhão e Piauí, 1600-1800** / Mairton Celestino da Silva. – 2016.

SOUSA, Cleto Sandys Nascimento de, 1968- **Almanack da Parnahyba [recurso eletrônico] : desejo de modernidade sob o véu da barbárie em Parnaíba - Piauí (1924 - 1941)** / Cleto Sandys Nascimento de Sousa. - 2018.

SOUZA, Gabriel Soares de. ***Tratado descritivo do Brasil em 1587***. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1879.

VASCONCELOS, Benedito de Barros. **A Tutoya e o Delta do Parnayba.** Maranhão.

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: EDUSP, 2001)

PERIÓDICOS

REVISTAS E ALMANAQUES

ALMANAQUE DA PARNAÍBA. 1 ed. Fortaleza: Tipografia Gadelha, 1924

Almanack da Parnahyba. Disponível em: Mundos do Trabalho - Piauí: Almanaques da Parnaíba (mundosdotrabalhopi.com.br). Acesso em 03 de novembro de 2022.

Almanack da Parnahyba. TYP. RENASCENÇA, De A. Prado e Cia. Fortaleza, Ceará. 1924. Pág. 9.

Almanack da Parnahyba. TYP. RENASCENÇA, De A. Prado e Cia. Fortaleza, Ceará. 1925. Pág. 40 no arquivo digital, pág. 35 no arquivo original.

Almanack da Parnahyba. J. B DOS SANTOS & COMP. Livreiros – editores. Livraria Clássica | Livraria do Povo. Pará, Belém. 1927. Pág. 37 do arquivo digital, pág. 30 no arquivo original.

NORTISTA. Ano I. Parnaíba, Domingo e Segunda-Feira, 12 de outubro de 1901. Nº 1. Pág. 1 e 2

Nortista. Ano I. Parnaíba, Domingo e Segunda-Feira, 12 de outubro de 1901. Nº 7. Pág. 1 e 2

Pátria. Jornal semanal. Ano I – NUM. 9. 1902.

SITIO

Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin. SOUSA, Gabriel Soares de. Tratado descriptivo do Brasil em 1587.
Rio de Janeiro : Typographia de João Ignacio da Silva. 1879, 2° edição. Página: 11. Disponível em: Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin: Tratado descriptivo do Brasil em 1587 (usp.br). Página 11. Acesso 18 de abril de 2023.

Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Disponível em: Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br). Acesso em: 20 de Jan. de 2023.

Biblioteca Digital Luso-Brasileira: **Carta corografica das provincias do Maranhão e Piauhy e parte das do Pará, Goyás, Bahia, Pernambuco e Ceará**. 1855. Acesso: 08 de jul. 2022.

Biblioteca Nacional Digital (Brasil). ***"Mappa geographico da capitania do Piauhy, e parte das do Maranhão, e do Gram Pará [Cartográfico]"***, de autoria do Engenheiro Militar Enrico Antonio Gallucci.Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=17952. Acesso em 23 de Abril de 2023.

INTERPI – Instituto de Terras do Piauí: http://biblioteca.interpi.pi.gov.br/Terras-war/index.xhtml. Acesso: 08 de jan. 2023
Hemeroteca Digital Brasileira, da Biblioteca Nacional Digital Brasileira. Disponível em: . Hemeroteca (bn.br). Acesso: 20 de dez. 2023

HÁ 350 ANOS, PI e CE **disputam terras em área de litígio**. Disponível em: http://www.cidadeverde.com>. Acesso em: 16 Maio de 2018.

Histo é História: **MAPAS HISTÓRICOS - CAPITANIAS HEREDITÁRIAS SÉC. XVI.** 2015. Disponível em: https://dougnahistoria.blogspot.com/2015/11/mapas-historicos-capitanias.html. Acesso: 10 de jul. 2022.

PROMEM - Instituto Pró-Memória do Maranhão: https://promem.org.br/categoria/o-promem/

Planta que mostra as fozes do rio Parnahiba e barras da provincia do Piauhy até a barra da Tutoia, da provincia do Maranhão suas communicaçoens por garapés e as habitaçoens colocadas nos lugares que o autor vio [Cartográfico] – 1826. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart514927/cart514927.jpg. Acesso em 20 de nov.2022.

Site Novo Milênio. **Mapa Mundo Novo.** Diogo Homem. Disponível em: http://www.novomilenio.inf.br/santos/mapa20.htm. Acesso 04 de fevereiro de 2023

Site: Plataforma Mundos do Trabalho – Piauí. Digitalização dos Almanaques. Disponível em: Mundos do Trabalho - Piauí: Almanaques da Parnaíba (mundosdotrabalhopi.com.br). Acesso 06 de maio de 2022.